



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
LINHA DE PESQUISA: ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS**

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE
INICIAL: O QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DE LETRAS SOBRE A
CONCORDÂNCIA VARIÁVEL?**

THAÍS SCHOFFEN RODRIGUES

**MARINGÁ
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS
LINHA DE PESQUISA: ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS**

**CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: O
QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DE LETRAS SOBRE A CONCORDÂNCIA
VARIÁVEL?**

Dissertação apresentada por Thaís Schoffen Rodrigues, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de mestra em Letras.

Linha de Pesquisa: Ensino e Aprendizagem de Línguas

Orientador: Prof. Dr.: Flávio Brandão-Silva

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

R696c

Rodrigues, Thaís Schoffen

Crenças e atitudes linguísticas na formação docente inicial : o que pensam os acadêmicos de letras sobre a concordância variável? / Thaís Schoffen Rodrigues. -- Maringá, PR, 2022.
129 f.: il. color.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Brandão Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2022.

1. Sociolinguística educacional. 2. Escola pública. 3. Crenças e atitudes linguísticas. 4. Aprendizagem. 5. Concordância variável. I. Silva, Flávio Brandão, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 23.ed. 410

THAÍS SCHOFFEN RODRIGUES

CRENÇAS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: O QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DE LETRAS SOBRE A CONCORDÂNCIA VARIÁVEL?

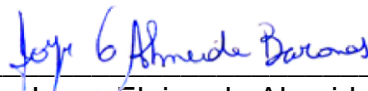
Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Aprovado em 30 de maio de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Flávio Brandão-Silva
Presidente – Orientador



Profa. Dra. Joyce Elaine de Almeida Baronas
Membro Externo (UEL – Londrina/PR)



Profa. Dra. Jacqueline Ortelan Maia Botassini
Membro Titular - UEM/PLE

Dedico este trabalho para o meu primeiro professor de Sociolinguística, o meu vovô, Joaquim José Rodrigues (*in memoriam*) e a todos os brasileiros que, como ele, foram vítimas da Covid-19 e do descaso desgovernamental nos anos de desenvolvimento desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Eu não sou muito boa com protocolos ou com ir direto ao ponto, nas tentativas de escrita desses agradecimentos não foi possível apenas dizer agradeço ao fulano por isso e a cicrano por aquilo. Então eu me peguei pensando no que foi de fato necessário para a escrita desta dissertação e em como eu fui tão ajudada em cada um desses pontos. Cheguei à conclusão de que, para o desenvolvimento desse trabalho entre os anos de 2020 e 2022, eu precisei majoritariamente de três verbos: *sobreviver*; *conhecer*; *querer*. Os mortos não escrevem; os ignorantes em um determinado assunto escrevem (até demais), mas não deveriam; e os que escrevem sem vontade sofrem um processo doloroso demais, o que eu acredito que não foi o meu caso. Por trás de tudo que envolve o ato de escrever e o ato de pesquisar, me sobra a inegável certeza de que ninguém sobrevive, conhece ou quer sozinho.

Na esfera do *sobreviver*, agradeço com muito carinho ao meu namorado, talvez mais responsável por esse trabalho do que eu mesma, que sempre me ofereceu seu amor, seu apoio, sua admiração e compreensão em todos os momentos da realização desse curso. Agradeço à Letícia, a psicóloga que nesse tempo foi responsável pelo meu processo de psicoterapia (autoexplicativo). Agradeço também a minha família, toda a família mesmo, mas principalmente aos meus pais que foram tão essenciais em todos os seus amparos. Agradeço aos meus colegas e agora amigos de pós-graduação, Aroldo, Clau, Laura, Luiza e Gabi, por tornarem essa jornada mais doce em sua companhia. Agradeço a toda equipe do CNA Maringá, em especial a Victória, a Isa e ao Héller, que foram também amigas indispensáveis para a sobrevivência nesses tempos. Por fim, agradeço a todos os meus amigos que de perto, ou de longe, foram meus companheiros e confidentes durante a realização desse trabalho, em especial ao Bruno, Larissa e Wagner pelo acolhimento tão necessário.

Na esfera do *conhecer*, primeiramente e também mais importante eu só poderia agradecer ao meu orientador, carinhosamente lembrado por mim como Profe Brandão, por ter sido sempre uma pessoa tão paciente em me ensinar e tão humano nos momentos não tão fáceis. Agradeço também à minha banca, as Professoras Joyce e Jacqueline, pelas inúmeras contribuições que foram tão importantes para o desenvolvimento desse trabalho e para o meu crescimento enquanto pesquisadora. Quero também agradecer de maneira especial ao Professor Hércius por todas as ideias e contribuições, mas principalmente pela sua paixão por ensinar que nos inspira

em todos os momentos. Por fim, gostaria de agradecer todos os meus professores do Programa de pós-graduação em Letras da UEM, todos foram, de alguma forma, importantes para que essa pesquisa pudesse se tornar realidade.

Na esfera do querer agradeço a todos os meus alunos. Para os meus alunos deixo todo o meu carinho, admiração e gratidão. Gratidão principalmente por todos os dias me fazerem perguntas difíceis, por serem seres tão fantásticos em todos os seus detalhes e por me motivarem a ser uma professora melhor. Deixo, no início de cada capítulo dessa dissertação, uma homenagem para os meus alunos, para suas crenças e para suas atitudes que foram os grandes motivadores da vontade de seguir pesquisando.

Por fim, em tudo, agradeço a Deus por seu amor em me permitir escrever e defender esta dissertação.

*Não há porque amar
Se não pra semear conhecimento*

(Castello)

RODRIGUES, Thaís Schoffen **CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS NA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL: O QUE PENSAM OS ACADÊMICOS DE LETRAS SOBRE A CONCORDÂNCIA VARIÁVEL?** (129 f.). Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Flávio Brandão Silva. Maringá, 2022.

RESUMO

O presente estudo teve como principal objetivo verificar quais as crenças e atitudes que acadêmicos formandos em Letras, futuros professores, apresentam em relação ao fenômeno da concordância verbal variável. Mais especificamente, também se objetivou identificar se há a ocorrência de concordância verbal variável em textos escritos em norma culta, na esfera acadêmica. Diante desses objetivos surgiram os seguintes questionamentos de pesquisa: A concordância verbal variável é um fenômeno que ocorre em textos escritos da esfera acadêmica? Quais são as crenças e atitudes dos acadêmicos de Letras, futuros professores, sobre a concordância e outros fenômenos variáveis na escrita em norma culta? O que faz que um mesmo fenômeno variável seja estigmatizado e aceito em diferentes contextos? Para a resposta a tais questões, esta pesquisa foi desenvolvida sob uma metodologia quanti-qualitativa em que os dados obtidos foram quantificados a partir de gráficos e porcentagens e também debatidos com respaldo em uma base teórica das áreas da Sociolinguística Educacional e da Sociolinguística Variacionista. Os dados de crenças e atitudes foram obtidos pela técnica de questionário em que foram coletadas 30 respostas de acadêmicos formandos em Letras- Português, a fim de verificar suas crenças e atitudes sobre a concordância verbal enquanto um fenômeno variável no Português Brasileiro. Também foram coletadas 40 amostras de 500 palavras cada, de diferentes teses defendidas na área das Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Maringá e na Universidade Estadual de Londrina, a fim de verificar se os textos continham marcas de variação quanto à concordância da terceira pessoa do plural. Como resultado, foram encontrados 8 períodos que continham marcas de variação de concordância na amostra analisada, o que representou que 17% das teses analisadas possuíam, em algum ponto, uma concordância não padrão. Os resultados do teste de crenças e atitudes indicam que todos os acadêmicos possuem uma base de formação Sociolinguística, porém também foi possível observar que as construções com variação de concordância mais características da elite intelectual foram mais consideradas como corretas e as mais estereotipadas foram mais consideradas como erradas. Destacam-se, ainda, as crenças de que este fenômeno variável seria total ou majoritariamente ligado à modalidade falada e mais característico das situações informais, como também prioritariamente associado a indivíduos com baixa escolaridade.

Palavras-chave: Sociolinguística Educacional; Crenças e Atitudes Linguísticas; Concordância Variável; Escola Pública; Aprendizagem.

RODRIGUES, Thaís Schoffen **LANGUAGE BELIEFS AND ATTITUDES IN FIRST TEACHERS FORMATION: WHAT DO THE STUDENTS OF LETTERS THINK ABOUT THE VARIABLE AGREEMENT IN BRAZILIAN PORTUGUESE?** (129 f.). Dissertation (Master in Letters) – State University of Maringá. Supervisor: Flávio Brandão Silva. Maringá, 2022.

ABSTRACT

The present study had as the main objective to verify what beliefs and attitudes the Letters academic students, teachers to be, present about the verbal variable agreement phenomenon. In a more specific way, it also aimed if there are occurrences of variable agreement in written texts based in the reference norm in the academic area. Considering these objectives, the following research questions are presented: Is variable agreement a phenomenon which occurs in written texts from the academic area? Which are the beliefs and attitudes of Letters academic students about the variable agreement and others variable phenomena? Why the same variable phenomenon is accepted or stigmatized in different contexts? Aiming to answers these questions, this research was developed in a base of a quanti-qualitative methodology, in which the data were not only quantified by graphics and percent numbers, but also debated in a base of theoretical areas of the Educational Sociolinguistics and Variationist Sociolinguistics. The beliefs and attitudes data were obtained by the questionnaire technique, 30 answers were collected from graduating students to verify their beliefs and attitudes about the verbal agreement as a variable phenomenon in Brazilian Portuguese. 40 samples of 5000 words each were also collected from doctor degree thesis defended in the Applied Social Science area at Maringá State University and Londrina State University, with the porpuse of verifying if the texts contained variable traces in the third person of plural. As a result, 8 periods which contain variable traces were found, which represents that 17% of the analized thesis presented, at some point, non-reference agreement. The results of the beliefs and attitudes test indicated that all the participants have a base formation in Sociolinguistics, however it was possible to observe that the variable constructions which were more characteristic of the intellectual elite were more considered as correct and the ones which were more stereotyped were more considered as wrong. We highlight the beliefs that this variable phenomenon is majority or totally linked to the spoken modalite, more characteristic from the informal situations and also primary associated to low scholar people.

Key words: Educational Sociolinguistics; Language Beliefs and attitudes; Variable Agreement; Public School; Learning.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Casos especiais da concordância conforme Rocha-Lima (2011).....	48
Quadro 2 – Casos Particulares da concordância verbal conforme Cunha e Cintra (2016)	55
Quadro 3 –Concordância do verbo andar no presente do indicativo.....	64
Quadro 4 – Teses e Dissertações sobre a concordância variável de 2010 a 2019...	67
Quadro 5 – Questionário de crenças e atitudes linguísticas aplicado aos acadêmicos de Letras.	85
Quadro 6 – Sentenças da questão 3 por ordem de formalidade	100

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Respostas à questão 1	95
Gráfico 2- Respostas à questão 2	97
Gráfico 3- Respostas à questão 3	99
Gráfico 4- Respostas à questão 4	102
Gráfico 5- Respostas à questão 5	104
Gráfico 6- Respostas à questão 6	106
Gráfico 7- Respostas à questão 7	108
Gráfico 8- Respostas à questão 8	110

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA	16
2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	16
2.2 NORMAS LINGUÍSTICAS E ENSINO	19
2.3 SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL – PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO	28
2.4 CRENÇAS E ATITUDES LINGUÍSTICAS E ENSINO	36
3. O FENÔMENO DA CONCORDÂNCIA	45
3.1 A CONCORDÂNCIA NAS GRAMÁTICAS	45
3.1.1 <i>Língua Portuguesa Luso=Brasileira</i> (F.T.D., 1925).....	46
3.1.2 <i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> (ROCHA-LIMA, 2011)	47
3.1.3 <i>Moderna Gramática Portuguesa</i> (BECHARA, 2009)	50
3.1.4 <i>Nova Gramática do Português Contemporâneo</i> (CUNHA; CINTRA, 2016)	54
3.1.5 <i>Gramática Descritiva do Português</i> (PERINI, 2005)	57
3.1.6 <i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i> (CASTILHO, 2010).....	59
3.2 A OCORRÊNCIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÚMERO NO PB	61
3.3 A REALIZAÇÃO DA VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA (estado da arte)	66
3.3.1 Trabalhos de natureza descritiva.....	70
3.3.2 Trabalhos relacionados ao ensino de língua	78
4. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS	82
4.1 CONSTITUIÇÃO DOS <i>CORPORA</i> DE PESQUISA	84
4.1.1 Teses	84
4.1.2 Questionário de Crenças e atitudes dos acadêmicos formandos em Letras	85
4.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	88
5. ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO	89
5.1 TESES DE DOUTORADO DA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	89
5.2 QUESTIONÁRIOS DOS ACADÊMICOS: QUESTÕES OBJETIVAS	94
5.2.1 Questão 1	94
5.2.2 Questão 2	95
5.2.3 Questão 3	98
5.2.4 Questão 4	102

5.2.5 Questão 5	104
5.2.6 Questão 6	105
5.2.7 Questão 7	107
5.2.8 Questão 8	109
5.2.9 Considerações Gerais Sobre As Questões Objetivas	111
5.3 QUESTIONÁRIOS DOS ACADÊMICOS: QUESTÃO SUBJETIVA.....	112
5.3.1 Sim e esse fenômeno ocorre tanto na fala quanto na escrita	112
5.3.2 Sim, mas de maneira mais explícita na fala.....	113
5.3.3 Sim, mas apenas na fala	114
5.3.4 Sim, mas a partir de condições específicas.....	115
5.3.5 Considerações Gerais Sobre As Questão Subjetiva.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS.....	122

1. INTRODUÇÃO

O que você entende por Sociolinguística?

Eu acho que sociolinguística é o estudo que trata, tipo assim, da variação linguística com relação à variação de classes sociais, é isso que eu acho.

J.M, masculino, 20 anos.

A partir do desenvolvimento da Sociolinguística Educacional no Brasil, muito se tem discutido sobre a importância do trabalho com a variação linguística em sala de aula. Essas discussões têm se mostrado importantes para a formação de professores mais preparados para lidar com a diversidade linguística, combater o preconceito e formar alunos que sejam capazes de se comunicar adequadamente, nas mais diversificadas situações de interação. As variedades linguísticas utilizadas pelos falantes marcam sua identidade social (BORTONI-RICARDO, 2004). Assim, é relevante que a escola se coloque de maneira a considerar o valor de todas as variedades.

Alguns fenômenos linguísticos que não estão de acordo com a norma padrão (como ocorre com alguns casos da concordância variável) ainda sofrem estigmatização. Isso faz que os falantes que empregam essas variedades recebam avaliações negativas e sejam vítimas de preconceito, muitas vezes, limitando seu acesso a determinados espaços sociais. Callou (2014) destaca que o purismo linguístico dentro da escola não traz resultados positivos, porque os alunos pertencem aos mais diversos grupos sociais. Dessa forma, a sobreposição da norma de prestígio em relação às outras, além de desconsiderar, geralmente, a variedade do aluno, limita as possibilidades do trabalho com a língua real.

Os fenômenos variáveis não ocorrem apenas na fala, mas migram da fala para a escrita, nem tampouco ocorrem apenas nas normas populares, pois as normas cultas também estão sujeitas à variação (FARACO, 2008). Por mais que a concordância verbal variável ainda seja alvo de preconceito linguístico em determinados contextos, o fenômeno vem ganhando espaço em gêneros formais escritos em norma culta, como textos produzidos na esfera jornalística (BRANDÃO-SILVA; ALMEIDA-BARONAS, 2020).

Nesse sentido, é importante que a escola ofereça um ensino de língua materna que reconheça a heterogeneidade linguística que caracteriza o português brasileiro.

Um ensino que sensibilize os alunos para combater os estigmas linguísticos (FARACO, 2008) e que possibilite o desenvolvimento da adequação linguística durante o processo de aprendizagem (BORTONI-RICARDO, 2004). É direito do aluno que a escola lhe possibilite a aquisição e o desenvolvimento das normas representativas do universo letrado, ao mesmo tempo que não exclua outras variedades linguísticas.

A variação linguística é uma realidade em todas as línguas. Lidar com as variações é uma tarefa que todo falante cumpre todos os dias, mesmo que inconscientemente. Há algum tempo, no Brasil, são desenvolvidas pesquisas que objetivam estudar a língua a partir da fala, é possível citar, como exemplo, o projeto Norma Urbana Linguística Culta (NURC), que, desde a década de 1970, objetivou documentar a fala culta de cinco capitais brasileiras. As pesquisas da fala são, sem dúvida, muito importantes para a constituição da Sociolinguística enquanto ciência, no entanto os estudos que documentem a escrita e suas variações são menos frequentes na área.

Brandão-Silva e Almeida-Baronas (2020) observaram a realização de fenômenos linguísticos variáveis, como a concordância verbal, em textos da esfera jornalística, escritos em norma culta. Dessa forma, é importante que se realizem investigações no sentido de verificar se, em textos produzidos em outras esferas, como, por exemplo, a acadêmica, cujos textos empregam a norma culta, também ocorrem fenômenos linguísticos variáveis.

Assim, pesquisas que tenham como escopo a verificação de fenômenos linguísticos em escrita formal podem contribuir para confirmar ou não a hipótese de que, apesar de uma maior estabilidade da escrita em relação à fala, todas as normas são variáveis em alguma medida, pois correspondem a usos linguísticos diversos, o que inclui, também, a norma culta.

O reconhecimento de que a norma culta é plural repercute diretamente no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa, o qual, por meio da escola, deve favorecer que o estudante tenha clareza de que todas as normas são válidas. Além disso, é importante que o ensino de língua possibilite ao sujeito a consciência de que o emprego de uma ou outra variedade deve ocorrer conforme a situação discursiva e as intenções de quem a utiliza. Nesse processo, o professor de língua portuguesa terá papel fundamental. Portanto, é necessário que a formação do professor dê a base teórica e metodológica que o ajude a trabalhar com a diversidade

linguística em suas aulas, de forma a contribuir para o desenvolvimento/aprimoramento das práticas linguísticas de seus estudantes.

Conforme Preti (1997), a diferença entre um falante culto e um falante não escolarizado seria a habilidade de adaptar-se às mais diversas situações de interação. Enquanto o falante culto tem facilidade de utilizar a língua em todas as situações, o falante não escolarizado percebe-se limitado naquelas que exigem um uso da norma culta. Nesse sentido, o presente estudo observou a escrita e as crenças e atitudes de falantes cultos.

Brandão-Silva e Botassini (2015), em um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas de alunos de Letras, tiveram como participantes os alunos de Letras e constataram as seguintes crenças e atitudes quanto ao ensino de língua portuguesa:

As crenças dos informantes (alunos de Letras) é predominantemente negativa em relação ao ensino de língua portuguesa na escola, em virtude, sobretudo, do despreparo dos professores, de alguns problemas de currículo e da falta de conhecimento prévio dos alunos. Um número significativo de informantes acredita que saber português está relacionado a ter domínio/conhecimento das regras gramaticais. Esse resultado aponta que, embora os falantes, em sua maioria, tenham relatado que tiveram contato com a Sociolinguística e com estudos variacionistas, suas crenças ainda são fortemente marcadas pelo ensino de língua portuguesa voltado para a normatização (certo *versus* errado). Tais crenças, de certa forma, contribuem para reforçar a prática de um ensino de língua portuguesa voltado para o estudo da gramática normativa (BRANDÃO-SILVA; BOTASSINI, 2015, p. 82).

Além desses fatores, conforme Antonio (2005), as “[...] inadequações na formação dos alunos de Letras e a falta de uma política eficaz de formação continuada de professores podem estar barrando os avanços benéficos que poderiam ser obtidos com a entrada dessas teorias lingüísticas na prática pedagógica do professor” (ANTONIO, 2005, p. 1). Diante desse quadro, faz-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas que abordem as crenças e atitudes de acadêmicos de Letras, sobretudo dos alunos formandos que, em pouco tempo, ocuparão as salas de aula como professores. As crenças e atitudes desses participantes podem revelar muito sobre como a abordagem dos fenômenos variáveis ocorre dentro dos cursos de Letras e ocorrerá na escola pelos próximos anos.

Assim, com base nos pressupostos elencados, apresentam-se as seguintes perguntas de pesquisa: A concordância verbal variável é um fenômeno que ocorre em textos escritos da esfera acadêmica? Quais são as crenças e atitudes dos acadêmicos

de Letras, futuros professores, sobre a concordância e outros fenômenos variáveis na escrita em norma culta? O que faz que um mesmo fenômeno variável seja estigmatizado e aceito em diferentes contextos?

Por mais que existam muitos trabalhos acadêmicos que abordem a variação na escola, este tema permite muitas possibilidades ainda não tão exploradas. Em consulta às plataformas Sucupira, *Google Acadêmico* e *Scielo*, nota-se que a maior parte das pesquisas que se propuseram a estudar a relação variação e ensino o fazem a partir de gêneros da esfera escolar. Com base nessa consulta, apresentam-se os objetivos do presente trabalho:

GERAL

- Verificar quais as crenças e atitudes que acadêmicos (formandos) de Letras, futuros professores, apresentam em relação ao fenômeno da concordância verbal variável.

ESPECÍFICOS

- i) Identificar se há a ocorrência de fenômenos variáveis (de modo particular, a concordância verbal) em textos escritos em norma culta, na esfera acadêmica.
- ii) Refletir sobre o preconceito linguístico que torna algumas variantes da concordância verbal estigmatizadas e outras não.
- iii) Refletir sobre a importância de uma abordagem sistemática da variação linguística no processo formativo dos futuros professores da área de Letras.

Dessa forma, esta dissertação foi organizada em 5 capítulos. No capítulo dois, apresentam-se os conceitos basilares deste trabalho, a saber: Sociolinguística Variacionista; Norma Linguística; Sociolinguística Educacional e Crenças e atitudes Linguísticas.

O capítulo três traz uma discussão acerca do fenômeno da concordância variável, sua história e ocorrência no Brasil e como este fenômeno é classificado por diferentes gramáticas e um estado da arte, com 30 teses e dissertações sobre o fenômeno da concordância variável.

No capítulo quatro, são apresentados os encaminhamentos metodológicos utilizados no desenvolvimento dessa pesquisa.

O capítulo cinco descreve as análises e os resultados, além de propor discussões sobre os dados encontrados. Em seguida, há as considerações finais e as referências.

2. A SOCIOLINGUÍSTICA E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

O que você acha que é variação linguística?

Variação acontece dentro de uma mesma língua e vai de pessoa pra pessoa e de local pra local, é palavras que têm o mesmo significado ou as vezes é diferentezinho e é uma característica única da região e da cultura das pessoas também.

D., masculino, 15 anos.

Neste capítulo, apresentam-se descrições e reflexões sobre a Sociolinguística Variacionista e sobre a Sociolinguística Educacional, teorias norteadoras deste trabalho. Além disso, propõe-se uma discussão a respeito dos conceitos de norma linguística e de crenças e atitudes relacionados ao ensino, que foram fundamentais para o desenvolvimento da análise nesta pesquisa.

2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

A Sociolinguística estabeleceu-se como uma ciência que estuda a relação língua e sociedade a partir das variações linguísticas. A variação ocorre quando há diferentes formas de expressar uma mesma palavra ou construção, sem prejuízo de sentido; essas diferentes formas são chamadas de variantes (TARALLO, 1986). Embora o conceito de variação tenha sido primeiramente introduzido apenas nos anos 1960, por Labov, esse fenômeno sempre permeou a história das línguas e das sociedades humanas. Brandão-Silva e Botassini (2015) pontuam que:

A variação linguística vai além dos espaços temporais e sociais, são os vários modos de comunicação entre os falantes, que se expressam conforme o grau de letramento que possuem e os diferentes momentos de interação verbal nas relações sociais, que vão de uma conversa informal na família a uma entrevista de emprego. (BRANDÃO-SILVA; BOTASSINI, 2015, p. 64)

O verbo “cantar”, por exemplo, pode sofrer variação quando conjugado na terceira pessoa do plural no pretérito perfeito, sendo possíveis, entre outras, as três variantes a seguir: /kλ'taru/; /kλ'tarãu/; /kλ'tou/. Por mais que as três variantes apresentem o mesmo significado, não possuem o mesmo valor social; as formas /kλ'tou/ ou /kλ'taru/ são mais estigmatizadas.

A variação linguística também é o processo pelo qual as línguas evoluem. Todas as línguas com falantes vivos apresentam variações em nível diastrático, diatópico, diafásico e diacrônico e as variações podem levar a mudanças linguísticas. Labov, considerado o fundador da Sociolinguística Variacionista, a partir de uma pesquisa em Língua Inglesa, na ilha de Martha's Vineyard, nos Estados Unidos, entre agosto de 1961 e janeiro de 1962, comprovou que, por se tratar de um ponto turístico, ocorriam variações linguísticas de acordo com a época do ano, devido ao fluxo de visitantes. O objeto dessa pesquisa foi a centralização das vogais nucleares nos ditongos decrescentes. O autor constatou que falantes com as mesmas características sociais realizavam a variante com diferenças no grau de centralização de acordo com sua crença, positiva ou negativa, sobre o local.

Desse modo, toda variação ocorre com base em normas estabelecidas socialmente. Nessa perspectiva, todos os falantes de uma língua variam a sua fala e/ou escrita de acordo com o contexto em que estão inseridos.

Um dos princípios fundamentais da investigação sociolinguística pode simplesmente ser definido como: não há falantes de um único estilo. Com isso, queremos dizer que todo falante demonstrará alguma variação em regras fonológicas ou sintáticas de acordo com o contexto imediato em que está falando. Tais mudanças estilísticas são determinadas por: (a) relações do falante, destinatário e audiência, e particularmente as relações de poder ou solidariedade entre eles; (b) o contexto social mais amplo: escola, trabalho, casa, bairro, igreja; (c) o assunto. (LABOV, 2003, p, 235, tradução nossa).¹

Labov também observou o conceito de estratificação social e como o prestígio atribuído a cada uma das variantes estava diretamente ligado a uma norma culta que se pautava na elite econômica. “Assim, vemos que os mesmos recursos linguísticos são usados para registrar a mudança de estilo e estratificação social, variedades funcionais e níveis culturais. (LABOV, 2003, p. 237, tradução nossa).² Com a observação da estratificação social, foi possível perceber que determinadas variações

¹ One of the fundamental principles of sociolinguistic investigation might simply be stated as: There are no single-style speakers. By this we mean that every speaker will show some variation in phonological and syntactic rules according to the immediate context in which he is speaking. We can demonstrate that such stylistic shifts are determined by (a) the relations of the speaker, addressee, and audience, and particularly the relations of power or solidarity among them; (b) the wider social context or "domain": school, job, home, neighborhood, church; (c) the topic.

² Thus we see that the same linguistic features are used to register style shifting and social stratification functional varieties and cultural levels.

podem ocorrer de maneira mais acentuada em comunidades de fala de acordo com o sexo, a idade, a região, o tempo, o poder aquisitivo e a situacionalidade, de acordo com o contexto em que os falantes estão inseridos.

A partir das pesquisas de Labov, desenvolveram-se os estudos sociolinguísticos chamados de estudos de primeira onda, assim definidos por Eckert:

O que chamo de primeira onda de estudos de variação, lançado pelo estudo de William Labov em Nova York (Labov, 1966), formou uma base sólida para o estudo da variação ao estabelecer amplas correlações entre variáveis linguísticas e as categorias sociais primárias de classe socioeconômica, sexo, classe e idade. Esses padrões apontavam para questionamentos sobre o que está por trás das categorias sociais primárias, dando origem a uma segunda onda, caracterizada por estudos etnográficos de populações localmente mais definidas (ECKERT, 2005, p. 1, tradução nossa).³

Enquanto os estudos de primeira onda eram centrados em um método quantitativo que não excedia as variáveis de classe econômica, sexo e idade, os estudos chamados de segunda onda caracterizam-se como etnográficos. Esses estudos têm seu foco em comunidades menores por um período de tempo mais longo e as categorias para a análise da variação são definidas conforme a prática social de cada comunidade (ECKERT, 2005).

Já nos estudos de terceira onda “A conexão entre a competência do falante individual, por um lado, e a instituição, por outro, estão, portanto, na camada de comunidades dos contatos mais próximos e familiares do falante individual para a comunidade imaginada que é o mundo de língua inglesa” (ECKERT, 2005, p. 16, tradução nossa).⁴ Dessa forma, os estudos de terceira onda ocorrem de uma perspectiva focada no falante enquanto um ser individual. É importante ressaltar que os estudos dessas três ondas não se sobrepõem de maneira cronológica, de modo que ainda hoje são desenvolvidas pesquisas que adotam uma ou mais das três perspectivas apresentadas ao mesmo tempo.

³ What I call the first wave of variation studies, launched by William Labov's New York City study (Labov, 1966), laid a solid foundation for the study of variation by establishing broad correlations between linguistic variables and the primary social categories of socioeconomic class, sex class, and age. These patterns pointed to questions about what underlies the primary social categories, giving rise to a second wave, characterized by ethnographic studies of more locally-defined populations.

⁴ The connection between the individual speaker's competence on the one hand, and the institution on the other, therefore, lies in the layering of communities from the individual speaker's most intimate contacts to the imagined community that is the English speaking world.

Tanto Labov quanto Eckert desenvolveram seus estudos citados acima com base em sua língua materna, a Língua Inglesa, no entanto todas as línguas são comprovadamente sujeitas à variação.

Os estudos desse campo da Sociolinguística, hoje denominado Variacionista, foram de grande importância para os estudos linguísticos, destacam-se suas principais contribuições:

- (i) Definição apurada de conceitos básicos para o tratamento de fenômenos variáveis;
- (ii) Reconhecimento da pluralidade de normas brasileiras, complexo tecido de variedades em convivência; e
- (iii) Estabelecimento de diversas semelhanças entre o que se convencionou chamar “norma culta” e “norma popular”, não obstante os estereótipos linguísticos facilmente identificados pela maioria dos falantes (MARTINS; VIEIRA; TAVARES, 2014, p.10)

Além das conquistas citadas, os estudos da Sociolinguística Variacionista também demonstraram a existência do preconceito linguístico. Esse preconceito linguístico pode ser definido como a rejeição social de variedades de menor prestígio (BAGNO, 2007), o qual está muito ligado à posição social ocupada pelos falantes que utilizam um determinado fenômeno variável.

Neste trabalho, enfoca-se o fenômeno variável da concordância verbal de número, um fenômeno que é alvo de preconceito em determinados contextos, mas que é socialmente aceito em outros.

2.2 NORMAS LINGUÍSTICAS E ENSINO

Falar sobre o ensino de Língua Portuguesa sob uma perspectiva dos usos reais da língua que se fazem pela variação linguística implica, primeiramente, uma discussão sobre o conceito de norma linguística. Uma das grandes descobertas de Coseriu (1979), um dos primeiros linguistas a falar sobre norma, é o fato de que toda língua funciona a partir de normas e que essas normas estão condicionadas ao uso. O autor destaca que a norma ocorre por meio de uma variação facultativa normal, por modelos que, dentro de um sistema linguístico, são utilizados, o que resultaria em uma diversidade de normas dentro de um mesmo sistema. Lucchesi e Lobo, ao discorrerem sobre a noção de norma para Coseriu, afirmam que:

[...] a norma se configuraria pela variação facultativa normal, ou seja, por modelos sem valor funcional dentro do sistema linguístico, fixados pelo costume, hábito ou pela tradição. Dessa forma, a partir de um mesmo sistema linguístico, observam-se várias normas, sendo que essas normas operariam uma restrição às possibilidades oferecidas pelo sistema, dentro dos marcos fixados pelas realizações tradicionais, costumeiras, ou normais dentro da comunidade (LUCCHESI, LOBO, 1988, p. 74).

O fato da normatização da língua e as suas variações foram observados de maneira mais sistematizada primeiramente por Labov (2003); o autor destaca que, de um ponto de vista sociolinguístico, as normas que recebem mais valor social são estabelecidas por uma classe média.

Vimos que o comportamento sociolinguístico mostra diferenciação social. Tal comportamento reflete um conjunto de normas, crenças ou atitudes subjetivas em relação a características particulares e à linguagem em geral. Essa estratificação regular de comportamento tem uma contrapartida subjetiva: normas linguísticas uniformes, em que todos os falantes da comunidade concordam na avaliação de um determinado traço. Em nossa sociedade, esses valores são normas da classe média, já que a classe média é o grupo dominante na escola, nos negócios e na comunicação de massa (LABOV, 2003, p. 243, tradução nossa).⁵

O conceito de norma é tema recorrente nos estudos linguísticos. Görski e Coelho (2009) definem norma linguística:

Entende-se a norma linguística como o conjunto de usos e atitudes (valores socioculturais agregados às formas) comuns a determinados grupos sociais, que funciona como um elemento de identificação de cada grupo. Em sociedades diversificadas como a nossa existem, então, várias normas: a norma linguística dos pescadores de determinada região, a norma linguística das comunidades rurais, a norma linguística dos moradores do morro, e assim por diante. No caso de um estudo sistematizado desses falares, teríamos, ao contrário das regras prescritivas da gramática normativa, regras descritivas formuladas a partir do uso linguístico. Assim, diferentes comunidades de fala, nos termos da definição abaixo, apresentam diferentes normas linguísticas, ou variedades, ou dialetos (GÖRSKI; COELHO, 2009, p. 79).

⁵ We have seen that sociolinguistic behavior shows social differentiation. Such behavior reflects a set of norms, beliefs, or subjective attitude towards particular features and language in general. The regular stratification of behavior shown above has a subjective counterpart: uniform linguistic norms, in which all speakers of the community agree in their evaluation of the feature in question. In our society, these values are middle class norms, since the middle class is the dominant group in school, business, and mass communications.

As autoras ressaltam a existência de várias normas em uma língua. Isso fica evidente ao chamarem a atenção para como os estudos dos falares só ocorrem a partir de uma gramática descritiva. Ao contrário de uma gramática normativa, que apresenta a língua como uniforme e prescreve a norma, uma gramática descritiva expõe a norma linguística tal qual como ocorre na língua propriamente.

Conforme Faraco, “a norma, qualquer que seja, não pode ser compreendida apenas como um conjunto de formas linguísticas; ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas (FARACO, 2002, p. 39). No mesmo sentido, para Bagno, “[...] a norma é, antes de mais nada, um construto teórico que emerge do exame das relações sociais” (BAGNO, 2012, p. 15). Ao contrário do que se possa acreditar, com base em senso comum, **todas** as variações linguísticas ocorrem a partir de uma norma, assim como tudo na língua. É preciso distinguir o que é normal do que é normativo (BAGNO, 2012).

O normal representa aquilo que ocorre a partir de uma norma linguística desenvolvida de maneira natural. Por exemplo, os próprios casos da concordância variável de número não ocorrem de maneira aleatória, mas regular, normal. Além disso, há, ainda, uma série de fatores que contribuem para que este fenômeno ocorra da forma como se mostra no Português Brasileiro. Já o normativo refere-se à gramática tradicional, seus preceitos impostos em que a língua ocorre de uma maneira ideal e não natural. Na escola, tanto o normal quanto o normativo devem estar presentes no ensino de língua materna.

Na perspectiva de distinguir o normal do normativo, citam-se as definições de norma padrão e de norma culta para Lucchesi e Lobo:

[...] apresentamos para o conceito de *norma culta* o mesmo entendimento que norteou a constituição do corpus do Projeto NURC, ou seja, a norma culta compreenderia os modelos comuns à fala das pessoas possuidoras da cultura do tipo formalizado, isto é, a cultura sistematizada e difundida pelo sistema de educação formal. Por outro lado, a *norma padrão* compreenderia os modelos apresentados pelas gramáticas normativas. Essa distinção entre *norma padrão* e *norma culta* nem sempre é feita. Antes, pelo contrário, as duas expressões são muitas vezes apresentadas como equivalentes, sendo comum ouvir-se ‘norma padrão ou norma culta’. Uma intuição inicial, realmente apontaria nesse sentido, ou seja, é de se esperar que uma norma difundida pelo sistema de educação formal venha coincidir com a norma apreendida nos atos de fala das pessoas formadas nesse sistema. (LUCCHESI; LOBO, 1988, p. 74, grifos dos autores)

Os autores destacam que a norma culta e a norma padrão têm diferenças eminentes, no entanto são entendidas, muitas vezes, como sinônimas. E além disso entendidas, em diversos contextos, como as únicas normas possíveis dentro do sistema da língua. Se todas as variações ocorrem a partir de um processo normal, há de se considerar a existência de infinitas normas, tão infinitas como as possibilidades de variação que uma língua permite.

O falante lida todos os dias com as normas das diversas variações que realiza,

Na sociedade brasileira, podem-se constatar empiricamente variadas normas, visto que constituem possibilidades adequadas a determinados contextos, assim há a 'norma de casa', a 'norma do emprego', a 'norma dos amigos' e assim por diante. Pensando dessa forma, pode-se associar o conceito de norma à variação, dado que cada norma constitui uma variedade; desse modo, a norma culta faz parte de um conjunto composto de outras normas que representam as variedades do Português do Brasil (BRANDÃO -SILVA; ALMEIDA-BARONAS, 2020, p. 5)

Faraco (2008) já havia destacado essa existência de múltiplas normas dentro de uma mesma língua e aponta para a existência de uma norma culta/comum/*standard*, uma norma padrão e uma norma gramatical.

Para Faraco,

A expressão norma/culta/comum/*standard* designa o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem em situações mais monitoradas de fala e escrita. Esse vínculo com os usos monitorados e com as práticas da cultura escrita leva os falantes a lhe atribuir um valor social positivo, a recobri-la com uma capa de prestígio social (FARACO, 2008, p. 71).

O autor ainda destaca que existe uma distinção entre a norma culta falada e a norma culta escrita:

É também indispensável distinguir a norma culta falada da norma culta escrita. Isso porque há fenômenos que ocorrem na fala culta (pela sua grande proximidade com a linguagem urbana), mas não ocorrem na escrita culta ou chegam mesmo a ser criticados quando nela aparecem (FARACO, 2008, p. 50).

Dessa forma, as normas cultas do Português, conforme o autor, não são as mesmas normas descritas pelas gramáticas tradicionais, mas sim as normas mais aceitas em contextos formais da língua, tanto escritos como falados, contextos que

exigem do falante um monitoramento linguístico constante. Cyranka (2007), por sua vez, afirma que a norma culta “corresponde aos usos lingüísticos do grupo social situado no extremo do contínuo do letramento e que se caracteriza pelo convívio com práticas sociais de uso formal da fala e da escrita” (CYRANKA, 2007, p. 53). A autora, então, faz uma relação direta entre a norma considerada culta e as elites letradas. Essa norma das situacionalidades formais e apresentada socialmente como a norma correta, é portanto, uma norma regida por esse grupo social específico que detém amplo acesso aos bens culturais.

O trabalho com as normas cultas/comuns/*standard* (FARACO, 2008), tanto escritas como faladas, deve ocorrer de modo a explicitar que essas normas não são mais prestigiadas por estarem de acordo com a gramática normativa. Na realidade, essa gramática não pauta completamente nenhuma variedade, mas sim por questões sociais ligadas a quem são os seus falantes.

Diferentemente da norma culta, para conceituar norma padrão, Faraco (2008) afirma que “É uma codificação relativamente abstrata, uma baliza extraída do uso real para servir de referência, em sociedades marcadas por acentuada dialeção, a projetos políticos de uniformização lingüística” (FARACO, 2008, p. 73). A norma padrão, a formação de uma gramática de referência, é muito antiga, há registros de que babilônios 2000 a.c. e hindus IV a.c. já se dedicavam ao estudo gramatical do que seria a sua norma padrão (FARACO, 2006). No entanto, a formação de uma gramática de norma padrão mais parecida com os moldes de hoje é fruto da tradição greco-romana. Na época, a norma padrão teve um papel importante para esses povos: “[...] ela foi, naquele momento, a solução intelectual para os conflitos gerados pela percepção da diversidade lingüística” (FARACO, 2006. p. 16). Dessa forma, desde de sua criação, o objetivo da existência de uma norma padrão foi o de uniformizar, em alguma medida, a língua.

A norma padrão é hoje, portanto, uma norteadora, uma referência para as outras normas e não consiste na descrição real de uma variedade da língua. Para que a escrita de uma mesma língua pudesse ser mais uniforme e não tão pautada na fala de cada variedade, surgiu a necessidade de criar uma norma padrão. Essa norma deve ter espaço na grade curricular de língua materna na escola, é importante, principalmente para o desenvolvimento da habilidade de escrever em determinados gêneros, que os alunos saibam como manejar suas prescrições. No entanto, um ensino voltado apenas para essa norma desconsidera, em grande medida, a língua

em seu uso real, uma vez que, como citado anteriormente, a norma padrão é uma codificação relativamente abstrata que não se baseia totalmente no que é corrente na língua.

Em consequência da criação de uma norma padrão, logo surgiram as gramáticas, que trouxeram consigo a norma gramatical. O objetivo da criação de gramáticas foi o de padronizar a língua. Desse modo, Faraco (2008) descreve norma gramatical como um conjunto de fenômenos que foram apresentados como cultos por alguns gramáticos. A norma gramatical não reflete a língua em sua realidade, pois prescreve uma uniformidade que não cabe na natureza da língua que é ser exatamente heterogênea e mutável.

O caráter de heterogeneidade inerente a todas as línguas responde, em qualquer comunidade lingüística, pela existência de diferentes falares e registros. Como consequência da organização das sociedades em grupos de diversificadas condições sócio-econômicas, essas variedades lingüísticas entre os membros da sociedade acabam se revestindo de certo caráter valorativo, que reflete a hierarquia desses grupos sociais. Isso significa que determinados falares são mais desvalorizados do que outros, segundo seus falantes pertençam a uma classe econômico-social mais ou menos privilegiada (CYRANKA, 2007, p. 52).

Após o entendimento de que as normas gramaticais não refletem a total realidade da língua, por desconsiderarem a heterogeneidade e as questões sociais que dizem respeito à valoração de determinadas variantes, fez-se necessário o estudo das normas naturais, as normas que não se pautam no abstrato, mas no real. Nesse sentido, Faraco (2006) destaca grandes projetos brasileiros que tiveram como objetivo documentar a norma culta/comum/*standart* e a real norma padrão brasileira, como foi, por exemplo, o VARSUL⁶:

Na área da sociolingüística, são vários os estudos das falas urbanas brasileiras realizados a partir da década de 1980, dentre os quais se destacam os trabalhos de Stella Bortoni em Brasília; o projeto Censo da Variação Lingüística do Rio de Janeiro e o projeto Variação Lingüística Urbana no Sul do Brasil (VARSUL) (FARACO, 2006, p. 24).

⁶ O projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul do Brasil) tem por objetivo descrever o Português falado e escrito de áreas socioculturalmente representativas do Sul do Brasil. O projeto é uma parceria de quatro universidades: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Paraná.

Além do VARSUL, o autor também destaca o projeto NURC, que foi *corpus* para diversos estudos, e os projetos desenvolvidos pela UNESP sobre a norma padrão escrita:

Quanto à norma padrão, dois projetos dela vêm se ocupando. O padrão falado foi focado pelo projeto NURC (Norma Urbana Culta) que gravou, na década de 1970, em cinco capitais (Rio, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Recife), várias horas de fala de pessoas com formação universitária, em diferentes situações formais (exposições, conversas e entrevistas). Esse material foi, a partir de 1986, objeto de análise sistemática, por vários lingüistas brasileiros, no projeto Gramática do Português Falado, sob a coordenação do professor Ataliba de Castilho, donde resultaram dez volumes de estudos descritivos especializados. Quanto à norma padrão escrita, a pesquisa de maior porte foi realizada pela equipe do Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – campus de Araraquara. Constituiu-se aí um banco de dados de 70 milhões de ocorrências a partir de textos escritos contemporâneos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros discursivos e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação (FARACO, 2006, p. 24-25).

A partir desses estudos, é possível constatar uma instabilidade das normas linguísticas. Todas as normas estão sujeitas à variação e à mudança linguística. Mesmo a norma padrão, uma descrição abstrata da língua, pode mudar de acordo com os usos que se tornam mais correntes. É claro que esse processo de mudança linguística a partir da variação ocorre muito vagarosamente, porém todas as normas estão sujeitas à mudança no curso do tempo.

Considerando, portanto, que as normas linguísticas são definidas a partir do uso, em uma tentativa de identificar os alunos enquanto falantes, Bortoni-Ricardo (2005) propõe três contínuos, que são o contínuo de urbanização, contínuo de oralidade-letramento e o contínuo de monitoração estilística. A justificativa dessa noção de variação em contínuos seria a de que, segundo a autora, as variantes não ocorrem de maneira isolada, mas inter-relacionada.

No contínuo da urbanização, a autora dispõe a ocorrência das variedades urbanas padronizadas, em que predominam os chamados traços graduais, na extremidade direita, e as variedades isoladas rurais, em que predominam os chamados traços descontínuos, na extremidade esquerda. Entre as extremidades, está a chamada zona rurbana, em que os falantes carregam tanto traços descontínuos como traços graduais (BORTONI-RICARDO, 2005). É importante ressaltar, portanto,

que a divisão do contínuo em rural, urbano e rurbano é volátil, ou seja, a disposição desses traços em um contínuo acontece justamente porque na prática não há uma divisão definida entre as categorias. Um mesmo falante pode transitar por todas as categorias do contínuo e essas categorias podem subdividir-se e misturar-se na língua desse mesmo falante.

Os traços descontínuos são os que recebem maior estigma dos grupos urbanos por fazerem parte das variedades de grupos marginalizados, geralmente rurais, e os traços graduais seriam mais característicos do meio urbano, por isso mais valorizados socialmente. Dessa forma, a partir do contato com as comunidades urbanas, esses traços descontínuos seriam realmente descontinuados na língua dos falantes rurais e os traços graduais são realmente inseridos nessa língua de maneira gradual.

No fenômeno variável da concordância, há tantos traços descontínuos como graduais. Enquanto as variáveis mais estereotipadas estão colocadas nos traços descontínuos, como é o caso das construções: “nós vai”; “a gente fomos”; “eles foi”; outras são traços graduais, como é o caso da concordância variável pelo sujeito posposto, que, apesar de não ser aceita como correta pela gramática tradicional, pode ser reproduzida em contextos formais sem sofrer estigmatização. Propõe-se como exemplo o seguinte período: “Passava, apesar da repressão política, manifestantes contrários ao governo”, no exemplo, o verbo “passava” não concorda com o núcleo de seu sujeito plural “manifestantes”. Contudo, esse período não seria tão estigmatizado quanto os outros exemplos citados anteriormente.

O contínuo de oralidade-letramento constitui-se por práticas sociais de oralidade e práticas sociais de letramento. Nesse contínuo, portanto, a extremidade esquerda abriga as práticas sociais de oralidade que não sofrem influência da escrita e, na outra extremidade, estão as práticas sociais de letramento que são mediadas apenas pela língua escrita. Dessa forma, há também uma zona intermediária no meio do contínuo em que estão as práticas que sobrepõem letramento e oralidade.

Por fim, o contínuo de monitoração estilística dispõe, em sua extremidade esquerda, os estilos não monitorados, aqueles presentes nas interações espontâneas, geralmente não formais. Na extremidade direita, estão os estilos com maior monitoração, as interações planejadas, mais ligadas às situações formais. O contínuo permite zonas intermediárias de estilos mais ou menos monitorados.

Conforme Bortoni-Ricardo (2005), a importância de entender a língua em contínuos seria a fluidez que permite entender as situações de interação. Um mesmo

falante pode utilizar traços graduais ou descontínuos, mais da oralidade ou do letramento, estilos mais ou menos monitorados de acordo com a situação social em que está inserido. A impressão de movimento que os contínuos transmitem combina com uma noção de língua viva e mutável. Além disso, a autora também destaca que os contínuos são abrangentes, qualquer falante se insere em algum de seus pontos.

Cyranka (2015) utiliza do contínuo de urbanização (BORTONI-RICARDO, 2005) para afirmar que os alunos de escola pública no Brasil são, em maioria, falantes rurbanos, que têm em sua fala tanto traços descontínuos, quanto traços graduais. Dessa forma, é possível observar que os trabalhos da Sociolinguística Educacional vêm se preocupando com a realidade da prática de sala de aula e contribuindo para melhor qualidade do ensino.

No mesmo viés de um ensino de norma, Vieira (2019) propõe que “[...] se a norma culta compreende um conjunto variável de formas (que vão de baixíssimos a altíssimos índices a depender do contexto/gênero textual), seria absolutamente improdutivo propor orientações pedagógicas uniformes para todas as situações de expressões/instâncias cultas” (VIEIRA, 2019, p. 256- 257). Essas orientações pedagógicas estariam diretamente relacionadas com a maneira como professores e alunos entendem a relação entre norma padrão e as normas cultas.

É urgente colaborar, então, para que os profissionais de ensino disponham de informações sobre as normas efetivamente praticadas que supostamente deveriam guiar as orientações normativas. Dispondo dessas informações, é inevitável assumir que, em diversos fenômenos linguísticos, as variedades cultas fazem uso das formas alternantes em função de modalidade (do maior ou menor grau de oralidade/fala-letramento/escrita) e registro (do mais ao menos formal/monitorado). Desse modo, a consequência natural para a orientação normativa escolar é a de que a padronização precisa ser efetivamente sensível a cada espaço desses contínuos (VIEIRA, 2019, p. 246).

Nesse sentido, em um contexto do ensino, a norma padrão, as normas efetivamente praticadas servem como norteadoras das orientações normativas. A própria padronização implica em admitir a pluralidade (VIEIRA, 2019). Um trabalho de leitura e a produção textual em sala de aula exige o domínio dos gêneros com diferentes níveis de formalidade em que são necessários usos e normas diversos. Dessa forma, é necessário que a norma de referência englobe diferentes normas, que

o ensino e a aprendizagem se desenvolvam a partir de uma norma de referência plural por meio do contínuo de textos orais e escritos.

2.3 SOCIOLINGUÍSTICA EDUCACIONAL – PEDAGOGIA DA VARIAÇÃO

Em uma perspectiva sociolinguística, não é possível desvincular a língua do meio social. É a partir da vivência das sociedades que ocorrem os processos de variação e mudança linguística. Levando em conta essas informações, é natural que os estudiosos da área quisessem ir além de apenas descrever a língua e se voltassem para os problemas sociais de ordem linguística.

Nos Estados Unidos, a partir da década de 1960, surgiu o que foi chamada hipótese do déficit linguístico, relacionada a uma teoria da deficiência cultural (SOARES, 2002). Essa teoria tentava explicar o fato de que as crianças nova-iorquinas cujas famílias detinham menor poder aquisitivo apresentavam um pior desempenho escolar em relação às crianças de famílias ricas.

A teoria da deficiência cultural afirma que as crianças das camadas populares chegam à escola com uma linguagem deficiente, que as impede de obter sucesso nas atividades e aprendizagem: seu vocabulário é pobre – não sabem o nome de objetos comuns e usam frases incompletas, curtas, monossilábicas; sua sintaxe é confusa e inadequada à expressão do pensamento lógico; cometem ‘erros’ de concordância e regência, de pronúncia; comunicam-se mais através dos recursos não verbais que recursos verbais (SOARES, 2002, p. 7)

A justificativa para o menor desempenho escolar das crianças pobres seria a de que estão inseridas em um contexto em que recebem pouco estímulo verbal. Labov (2008) reconhece que o fracasso escolar está de fato ligado à condição social que ocupam esses indivíduos. Contudo, rejeita completamente a hipótese de um déficit linguístico. Os estudos do autor sobre o chamado *Black English*, o inglês falado pelas comunidades marginalizadas socialmente por questões econômicas e/ou de raça (negros e latinos) comprovaram uma desvalorização social das variedades utilizadas por essas comunidades. Nesse sentido, conforme Labov (2008), as crianças dos guetos estão inseridas em inúmeras situações linguísticas e fazem o uso da língua e de estruturas complexas como as demais crianças, porém a variedade exigida no contexto escolar é uma variedade de prestígio que não é a mais presente em sua

realidade. Labov (2008) também destaca como os professores desse contexto não estavam preparados para lidar com a diversidade linguística. Um problema que chamou de mútua e recíproca ignorância, os professores não conheciam as regras dialetais de seus alunos, enquanto os alunos não conheciam as regras do dialeto exigido na escola.

Dessa forma, percebe-se que os estudos sociolinguísticos, desde os seus primórdios, sempre estiveram interessados nos problemas do ensino e em como a escola se posiciona perante diferentes variedades.

No Brasil, conforme Bortoni-Ricardo e Freitas (2009):

Desde a segunda metade do século XX, nos estágios formativos da ciência lingüística no Brasil, os pesquisadores pioneiros apontaram para a necessidade de seus estudos assumirem um compromisso com os problemas lingüísticos brasileiros tais como a documentação das línguas brasileiras; a descrição de línguas sobreviventes em comunidades de imigrantes; as características e o status da norma brasileira da língua portuguesa e o ensino dessa norma nas escolas do país (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2009, p. 1)

Essa preocupação social tornou-se, conseqüentemente, uma preocupação com a escola, o lugar onde as línguas são aprendidas formalmente.

Desde o seu berço a Sociolingüística, tanto na sua vertente variacionista quanto na sua vertente qualitativa, demonstrou preocupação com o desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes grupos étnicos ou redes sociais. Desde então muito tem contribuído para os avanços na pesquisa das questões educacionais em diversos países do mundo, principalmente nas últimas quatro décadas. O objetivo tem sido o de construir novas metodologias que auxiliem professores a desenvolver em seus alunos as habilidades cognitivas necessárias a uma aprendizagem mais ampla, à expansão de sua competência comunicativa (HYMES, 1974) e à capacidade de desempenhar tarefas escolares cotidianas (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2009, p. 2).

Desse modo, a Sociolingüística concentrou-se em analisar como o capital cultural influenciaria contextos particulares, como a escola (BORTONI-RICARDO; FREITAS 2009). A Sociolingüística Educacional é uma área que se preocupa com os problemas escolares cotidianos no ensino de línguas, como a formação dos professores, o preconceito linguístico na escola, a valoração ou a desvaloração das variedades no processo de ensino-aprendizagem e outros. Ao buscar respostas para os problemas escolares dentro do próprio universo da escola, a Sociolingüística

Educacional acaba por envolver-se em problemas muito mais amplos que fazem parte de um contexto social maior, considerando os aspectos micro e macro do processo (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2009).

A Sociolinguística Educacional, além dos estudos da Sociolinguística Variacionista, também está apoiada em uma “pedagogia culturalmente sensível”.

O conceito de pedagogia culturalmente sensível (*A culturally responsive pedagogy*) foi proposto por Frederick Erickson (1987) dentro da tradição dos estudos etnográficos interpretativos que focalizam a vida no interior das escolas e a relação entre a sociabilização das crianças no lar e nas escolas. De acordo com Erickson, essa proposta pedagógica consiste num tipo especial de esforço, empreendido pela escola, que pode reduzir as dificuldades de comunicação entre professores e alunos, desenvolvendo assim a confiança e prevenindo a gênese de conflitos que se movem rapidamente além dos mal-entendidos, evoluindo para o confronto amargo na troca de identidades entre alunos e professores (BORTONI-RICARDO, 2003, p. 131).

Portanto, a Sociolinguística Educacional, apoiada em uma pedagogia culturalmente sensível, deve sempre partir das condições socioculturais e sociolinguísticas do aluno (BORTONI-RICARDO, 2003). Nesse sentido, o fracasso ou o sucesso da escola em ensinar não está na cultura ou na variedade do aluno, mas na abordagem com a qual o ensino ocorre, se considera ou não as particularidades de cada contexto escolar.

O termo Sociolinguística Educacional foi cunhado pela professora Stella Maris Bortoni-Ricardo, que também foi a responsável pela tradução de textos importantes da Sociolinguística, os seus trabalhos ganharam destaque ao relacionar a teoria aos problemas escolares a partir dos anos 1980 com apoio na pedagogia culturalmente sensível. A autora passou a integrar muitos currículos de Letras após o lançamento de seu livro “Nós chegemos na escola, e agora: Sociolinguística e Educação” em que utilizou de um estudo sociolinguístico para discutir problemas tipicamente escolares e outros conceitos importantes na prática do professor de Língua Portuguesa, como os conceitos de erro, oralidade e preconceito linguístico.

Bortoni-Ricardo (2005) propõe seis princípios para a Sociolinguística Educacional. Nesses seis princípios, a autora discorre sobre a relação variação e escola.

O primeiro princípio estabelece que “a influência da escola na aquisição da língua não deve ser procurada no dialeto vernáculo dos falantes – em seu estilo mais

coloquial – mas sim em seus estilos mais formais, monitorados. É no campo da linguagem monitorada que as ações de planejamento linguístico têm influência. [...]” (BORTONI-RICARDO, 1995 apud BORTONI-RICARDO, 2005, p.131). Nesse sentido, a autora também reforça que o vernáculo, o dialeto materno do falante, não é prejudicado pela presença dos estilos mais monitorados e ainda aparece nas situações de descontração ou de extrema pressão psicológica. Dessa forma, a influência da escolarização acontece na alternância entre o vernáculo e os estilos monitorados. O objetivo da escola seria o de facilitar a incorporação ao repertório linguístico dos alunos de recursos comunicativos que possibilitem um uso seguro de estilos monitorados que exigem maior grau de planejamento.

O segundo princípio está relacionado ao caráter sociossimbólico das regras variáveis. Conforme a autora, algumas dessas regras, pertencentes às variedades de prestígio, não estão associadas à avaliação negativa na sociedade e não são objeto de correção na escola, e, por essa razão, não têm influência relevante nos estilos monitorados. Como exemplo, a autora cita as construções “Eu achei ela preocupada com a situação do país” e “Eu achei ela”, a segunda construção, em que o pronome lexical é mais saliente e está em maior destaque, seria mais corrigida no contexto escolar, enquanto a primeira, em que o pronome lexical está menos saliente, seria menos corrigida. Mesmo que as duas construções estejam erradas conforme a gramática tradicional, o pronome lexical menos saliente é mais característico das variedades de prestígio.

O terceiro princípio destaca a inserção da variação na matriz social. A dimensão social da língua e do valor atribuído às variedades brasileiras está diretamente ligada a dois fatores, o primeiro deles é a estratificação social.

Pode-se dizer que o principal fator de variação linguística no Brasil é a secular má distribuição de bens materiais e o conseqüente acesso restrito da população pobre aos bens da cultura dominante. Diferentemente de outros países, como os Estados Unidos, por exemplo, a variação linguística é um índice sociossimbólico de etnicidade, exceto nas comunidades bilíngues, sejam as de colonização europeia ou asiática, sejam as das nações indígenas. Nas comunidades monolíngues, o ensino de língua nas escolas não tem potencial de conflito interétnico que assume em outras sociedades, como a americana. Isto significa que o ensino da língua de prestígio na escola não é necessariamente fonte de conflito, embora possa ser fonte de discriminação (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 131-132).

O segundo fator destacado pela autora é a dicotomia rural-urbano. No Brasil, as variantes que seriam pertencentes a um dialeto rural são estigmatizadas, enquanto as variantes que seriam pertencentes a um dialeto urbano são prestigiadas. É importante destacar que essas variantes acontecem em um contínuo, portanto um mesmo falante pode estar inserido em contextos de influência tanto do dialeto urbano como do dialeto rural. A autora também ressalta que é relevante que os professores sejam sensíveis e conhecedores das línguas vernáculas de seus alunos e retoma estudos (OLIVEIRA, 1995; DETTONI, 1995) que comprovaram que esse conhecimento e sensibilidade tornaram a aquisição da variedade de prestígio mais eficiente.

No quarto princípio, a autora afirma que os estilos monitorados da língua são reservados à realização de eventos de letramento na escola. Nesse sentido, a autora institui a dicotomia oralidade-letramento. Os estilos mais casuais seriam, conforme a autora, os aproximados da oralidade, enquanto os estilos mais monitorados e formais, principalmente relacionados à língua escrita, seriam pertencentes ao letramento.

No quinto princípio, a autora postula que o estudo da variação na Sociolinguística Educacional não pode estar dissociado de uma análise etnográfica interpretativa do uso da variação em sala de aula. Conforme Bortoni-Ricardo (2005), “O ponto de partida da sociolinguística educacional não é a descrição da variação per si, mas sim a análise minuciosa do processo interacional na qual se avalia o significado que a variação assume” BORTONI-RICARDO, 2005, p. 130). Nesse sentido, os significados atribuídos por alunos e professores às diferentes variações pode variar muito. A autora exemplifica esses casos dizendo que há professores que consideram a variação como um obstáculo para a aprendizagem e outros que a caracterizam como um processo natural. Há alunos que entendem o vernáculo como uma manifestação cultural, outros já lhe atribuem um valor negativo. Todos esses significados devem estar bem interpretados dentro de uma pesquisa da Sociolinguística Educacional.

No sexto e último princípio, é ressaltada a necessidade do processo de conscientização crítica dos professores e alunos quanto à variação e a toda desigualdade social que deixa à mostra. Para a autora, “[...] nesse processo é necessário que o linguista não se limite a transmitir informações técnicas que são produtos da pesquisa acadêmica, é preciso que se estabeleça um efetivo diálogo com o professor por meio de pesquisa que o enriqueça e o torne apto a promover uma

autorreflexão e uma análise crítica de suas ações” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 130). Dessa forma, a autora defende um conhecimento acadêmico mais acessível, que realmente transforme os problemas no ensino de línguas a partir do diálogo entre a escola e a academia.

Apesar dos avanços da Sociolinguística Educacional, o ensino de Língua Materna representou, e representa ainda hoje, para diversas pessoas fora do meio acadêmico, uma ferramenta para “consertar” a língua errada do aluno. O mito de que o brasileiro não sabe falar português (BAGNO, 2007) pode não estar mais no pensamento de grande parte dos professores de língua, mas ainda é persistente em alunos e em suas famílias. Diante de um contexto social que ainda rejeita a existência da variação, é na escola, durante as aulas de Língua Materna, que se tem a oportunidade de mudar essas crenças, quando o ensino ocorre baseado em uma Pedagogia da Variação.

Conforme Faraco (2008), é necessário

Construir uma pedagogia da variação linguística que não escamoteie a realidade linguística do país, não dê um tratamento anedótico ou estereotipado aos fenômenos da variação. Mas, acima de tudo, uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística. (FARACO, 2008, p. 182)

A pedagogia da variação sempre esteve presente nos estudos sociolinguísticos, porém o termo foi oficialmente cunhado a partir dos estudos do professor Carlos Alberto Faraco. Faraco (2008) propõe que a pedagogia da variação consistiria em uma abordagem do ensino de línguas de modo a considerar a variação em todos os momentos. O trabalho com essa pedagogia tornaria possível ao aluno uma formação linguística mais completa e, portanto, um ensino de língua materna mais contextualizado e significativo. O conceito foi adotado por outros autores da área, como é o caso de Cyranka (2015).

Uma abordagem baseada em uma pedagogia da variação não diz respeito apenas a abordar a variação enquanto um conteúdo, um subcapítulo no livro didático, como ainda acontece (BAGNO, 2013; LIMA; VIEIRA; TAVARES, 2014). O trabalho com uma pedagogia da variação implica um ensino que reconhece, considera e estuda os fenômenos variáveis a todo instante, durante o ensino de todos os

conteúdos da disciplina, sejam do eixo literário, da gramática tradicional ou da produção de textos (FARACO, 2008).

Faraco (2006) critica um ensino centrado apenas na gramática tradicional, tomando como exemplo o caso da concordância verbal, é possível afirmar que a abordagem puramente normativa descarta o fato de que este é um fenômeno variável no PB.

Estudar, por exemplo, a concordância verbal tem sentido quando claramente articulada com o uso da norma padrão (face às diferenças entre o padrão e as demais variedades nessa área gramatical específica). Isso pressupõe – em meio às atividades de fala e escrita dos alunos – um trabalho de contraste entre a língua falada informal, a língua falada formal e a língua escrita, trabalho que está hoje favorecido pela grande quantidade de estudos descritivos dessas diferentes variedades. Mais ainda: como boa parte dos fatos de concordância envolve estruturas alternativas e não categóricas, seu estudo se justifica também como parte das atividades de reconhecimento da flexibilidade estrutural da língua que abre amplas faixas de opções expressivas para o falante. Reduzir, contudo, o estudo da concordância a uma lista de regras, cobrando sua aplicação em exercícios insossos e descontextualizados, é atividade inócua (FARACO, 2006, p. 26).

Nesse sentido, a proposta da pedagogia da variação não sugere, de forma alguma, o abandono da gramática tradicional, pelo contrário, o domínio da norma gramatical e das normas cultas/comum/*standard* são entendidas como um processo de empoderamento do aluno. Contudo, um ensino de gramática descontextualizado que dispensa a análise linguística e desconsidera a variação não representa uma aprendizagem significativa em língua materna. A necessidade de desconstrução do ensino normativo nas práticas de professores e nas expectativas dos alunos ainda é presente.

A implementação de uma pedagogia da variação linguística não é tarefa fácil. Primeiro, os professores de português (e os alunos de Letras) precisam superar criticamente o senso comum que demoniza a variação sociolinguística. Depois, precisamos, em conjunto, buscar coletar material concreto que sirva de base para trabalharmos a variação linguística na escola. Há ainda pouco material disponível e adequado didaticamente. Por fim, permanece o desafio de criarmos práticas didático-pedagógicas adequadas que não simplesmente reforcem a folclorização da variação e os estereótipos do senso comum (FARACO, 2017, n.p.).

Uma pedagogia da variação vai além um ensino de variação diatópica folclorizada, como, muitas vezes, acontece na escola. Conforme Cyranka, “Nossa proposta parte da consideração da língua como fenômeno em constante variação, visto não apenas em relação à diacronia/sincronia, mas também na sua dimensão social e política” (CYRANKA, 2015, p. 36). Nesse sentido, é fundamental que as discussões sobre variação ocorram de modo a refletir sobre as diferentes normas cultas e populares que existem dentro de um mesmo PB, bem como sua valoração social.

A variação e a mudança são, portanto, dois fenômenos que devem subsidiar o trabalho com a linguagem na escola. As atividades didáticas que, pelo menos, não incluam esse pressuposto são, no mínimo, ingênuas e improdutivas quanto ao desenvolvimento de competências de uso da língua. Temos que reconhecer, no entanto, que esta não é uma tradição, tanto na escola brasileira, quanto na de outros países, justamente porque a reflexão sociolinguística e todas as consequências derivadas da linguística da enunciação, olhadas na dimensão da história da Linguística e sua influência no trabalho escolar com a língua, são relativamente recentes. (CYRANKA, 2012, p. 67).

Essa lacuna no ensino de Língua Portuguesa ao abordar a diversidade linguística torna-se ainda mais perceptível considerando as expectativas que os novos acadêmicos de Letras têm sobre o curso. O curso de Letras é visto como uma instituição para se aprender literatura e gramática; os estudos linguísticos, muitas vezes, não são de conhecimento dos alunos novatos. Conforme Correa,

[...] tenho observado, durante o período de atuação nos cursos de Licenciatura em Letras, é que, muitas vezes, se evidencia um certo desconforto quando ocorre a iniciação dos acadêmicos, haja vista que eles se deparam com tais postulados, já imbuídos dos equívocos que costumam acompanhá-los no primeiro ano e que eles também alimentam. Em um primeiro momento, alguns deles se surpreendem ao conhecer melhor o currículo, ler os primeiros textos, discutir os conteúdos, pois constatam que a proposta de formação do professor de Língua Portuguesa e Estrangeira vem se desenvolvendo em termos bastante diferentes do que está presente no imaginário deles (CORREA, 2009, p. 72).

Brandão-Silva e Almeida-Baronas (2019), nesse mesmo sentido, constataram que a expectativa de acadêmicos do primeiro ano do curso de Letras era de que o curso seria centrado no ensino gramatical. O imaginário dos alunos de Letras de que

o curso universitário será como uma continuação da disciplina de Língua Portuguesa na escola e de que todos os estudos serão centrados na Gramática Tradicional mostra como a disciplina tem sido trabalhada no ensino básico.

O estudo da variação evoluiu muito nos últimos anos. O fato de haver ao menos um capítulo para falar de variação nos livros didáticos é uma conquista, porém ainda há um longo caminho para que o ensino de Língua Portuguesa se desenvolva a partir de uma pedagogia da variação.

A realidade e a prática em sala de aula têm mostrado que a Sociolingüística voltada para a educação pode contribuir de forma significativa para melhorar a qualidade do ensino da língua materna em cursos de formação de professores alfabetizadores porque trabalha com os fenômenos da língua em uso, com base na relação língua e sociedade e voltada para a realidade dos alunos. Licenciandos em cursos de Pedagogia que recebem formação sociolingüística estão mais bem preparados para lidar com o ensino da língua materna, pois se tornam mais eficientes como mediadores e co-construtores do conhecimento lingüístico necessários aos alunos para sua participação nas práticas sociais que acontecem na escola e na sociedade (BORTONI-RICARDO; FREITAS, 2009, p. 7).

Conforme mencionado pelas autoras, a formação de professores e pedagogos baseada nos estudos sociolingüísticos tem sido essencial para uma maior qualidade de ensino. Os professores que possuem uma maior sensibilidade lingüística para creditar a variação enquanto um fenômeno natural e não um problema a ser combatido estão mais aptos a praticar e permitir que se pratique uma alternância de estilos conforme o contexto interacional em sala de aula (BORTONI-RICARDO, 2005). E, conseqüentemente, estão mais aptos a entender a apropriação dos estilos mais monitorados como um processo que acontece de maneira natural na escola a partir do amadurecimento dos alunos (BORTONI-RICARDO, 2005).

2.4 CRENÇAS E ATITUDES LINGÜÍSTICAS E ENSINO

Os alunos, em geral, estão acostumados a uma escola que enfatiza a gramática tradicional nas suas práticas pedagógicas relativas ao estudo dos fatos gramaticais (CORREA, 2009; BRANDÃO-SILVA; ALMEIDA-BARONAS, 2019). Diante dessa realidade, iniciar um trabalho a partir de uma Pedagogia da Variação pode gerar estranhamento e perguntas como, “Mas qual é a forma correta?”, “Qual é o certo e qual é o errado?”. Nesse ponto, o professor de Língua Materna encontra-se em um

dilema, conforme Santos, “O linguista está muito à vontade para responder dentro de suas visões de língua, mas o professor de língua materna tem a responsabilidade de preparar o aluno para uma atuação onde lhe se será cobrada a forma ‘certa’ e corrigida a ‘errada’ que eventualmente ele use” (SANTOS, 1996, p. 5). Não apenas a disciplina de Língua Portuguesa, mas todo o sistema escolar, muitas vezes, limita-se aos conceitos de certo e errado.

As percepções do que é certo ou errado dentro de uma língua estão relacionadas às crenças e atitudes linguísticas dos sujeitos, conforme Brandão-Silva, “Para tentar entender um pouco melhor a forma como os professores de língua compreendem a relação entre a diversidade linguística e o ensino, a Sociolinguística Educacional tem buscado respaldo nas investigações sobre crenças e atitudes linguísticas” (BRANDÃO-SILVA, 2017, p. 63). Dessa forma, os estudos de crenças e atitudes têm contribuído para formular o que é essa compreensão do indivíduo em relação à língua.

Os estudos de crenças e atitudes tiveram sua origem na Psicologia Social, com os estudos dos irmãos Lambert e Lambert nos anos 1960, e são hoje utilizados por diversas áreas do conhecimento (BRANDÃO-SILVA, 2017). Lambert e Lambert dedicaram-se à Psicologia da Linguagem, uma subdivisão da Psicologia Social (LAMBERT; LAMBERT, 1972). O estudo pioneiro de crenças e atitudes desenvolvido pelos irmãos Lambert foi a análise de atitudes de jovens canadenses em relação ao valor que atribuíam ao Inglês canadense e ao Francês canadense (CYRANKA, 2007). Para o desenvolvimento do estudo, foram gravados falantes bilíngues desses idiomas enquanto liam um mesmo texto. Os jovens ouviram as gravações, mas não foram informados de que tanto os textos em Inglês como em Francês foram gravados pelas mesmas pessoas. Como resultado, ficou constatado que os informantes davam mais valor ao Inglês canadense do que ao Francês canadense, porque, nos textos em inglês, foram atribuídas mais características positivas ao falante que fez a gravação. Como os mesmos falantes gravaram ambos os textos, não haveria outra diferença a não ser o idioma.

A definição de crenças e atitudes está diretamente relacionada à área em que os estudos são desenvolvidos. Nesse sentido, no presente trabalho, definem-se as crenças e atitudes linguísticas a partir de estudos realizados na área da Sociolinguística Educacional e da Psicologia da Linguagem.

Popularmente, a palavra crença é sinônimo de acreditar e está muito relacionada à religião. Para Silva-Poreli, Yida e Aguilera (2010), a palavra crença é “Originária do latim *credentia,ae*, —ação de acreditar, a palavra crença ainda hoje mantém seu significado etimológico: —aquilo ou aquele em que se crê. Tal sentido nos remete ao entendimento de que crença se refere a algo em que acreditamos como sendo uma verdade, mesmo que essa verdade não tenha nenhum valor empírico” (SILVA-PORELI; YIDA; AGUILERA, 2010 p. 124).

Dessa forma, é estabelecida uma ligação entre o conceito e ao que o sujeito acredita sobre a língua, também aos conceitos de certo e errado. Considerando a ação de acreditar em algo ou alguém (LAMBERT; LAMBERT, 1972), no contexto do ensino, os estudos sobre o tópico se fazem importantes porque “[...] demonstram os estímulos psicológicos que norteiam os alunos em relação ao ensino de determinadas matérias” (SILVA-PORELI; YIDA; AGUILERA, 2010 p. 124-125). É possível afirmar que as crenças estão muito ligadas ao prestígio social que cada variedade detém dentro de uma língua, aquelas que são reproduzidas dentro da escola mostram-se fundamentais para a manutenção do prestígio nas variedades ligadas a falantes de maior poder aquisitivo.

A escolha de uma norma superior às outras foi de interesse da elite do século XIX, conforme Faraco,

Em geral, a fixação de um certo padrão responde a um projeto político que visa impor uma certa uniformidade onde a heterogeneidade é sentida como negativa (como ameaçadora de uma certa ordem). Foi esse o caso do Brasil no século XIX, em que uma certa elite letrada, diante das variedades populares [...] e face a um complexo jogo ideológico trabalhou pela fixação de uma norma-padrão (FARACO, 2008, p. 34-35).

É perceptível que a manipulação das crenças a respeito de determinadas variedades é um projeto que favorece ainda mais determinadas classes sociais até os dias de hoje. Isso mostra como as crenças não são apenas individuais, mas também sociais e até paradoxais, definidas por Barcelos (2007) como:

[...] uma forma de pensamento, construções da realidade, maneiras de ver e perceber o mundo e seus fenômenos, co-construídas em nossas experiências resultantes de um processo interativo de interpretação e (re) significação. Como tal, crenças são sociais (mas também

individuais), dinâmicas, contextuais e paradoxais (BARCELOS, 2007, p. 113).

Nessa perspectiva, é possível afirmar que as crenças são sociais e individuais, porém mesmo as crenças individuais sofrem influência e manipulação com base em um contexto social. Para Santos (1996), essa manipulação está diretamente relacionada em manter a escola seguindo os interesses das classes dominantes, que pretende conservar as normas cultas da elite como as únicas creditadas como corretas.

Santos (1996), para exemplificar as crenças e como deve ocorrer o seu estudo, traz a crença, amplamente reproduzida, de que “Português é muito difícil”. Segundo o autor, alunos e professores podem apresentar atitudes opostas diante dessa crença, os alunos poderiam rejeitar a aprendizagem da disciplina em consequência das dificuldades manifestadas na crença, enquanto professores poderiam ter uma atitude positiva por sentirem-se valorizados como detentores de um conhecimento considerado tão complexo.

Tomando como base o exemplo de Santos (1996), Cyranka afirma que existe “[...] a necessidade de não se restringir a uma única manifestação de crenças. É aconselhável se fazer o levantamento de um conjunto de crenças dos sujeitos, chegando-se mesmo a um sistema de crenças sobre o objeto investigado (CYRANKA, 2007, p. 24). Conforme a autora, a partir de um estudo de crenças em que os informantes sejam alunos e professores, será possível obter um sistema de crenças que explique melhor as atitudes tanto dos alunos, quanto dos professores.

Popularmente, o conceito de atitude está ligado aos comportamentos e ações de um indivíduo. A raiz da palavra está no latim *attitudine* que significa postura. Dessa forma, uma atitude seria uma postura ou comportamento. Dentro dos estudos de crenças e atitudes, Lambert e Lambert (1972) definem as atitudes da seguinte maneira:

Uma atitude é uma maneira organizada e coerente de pensar, sentir e reagir em relação a pessoas, grupos, questões sociais ou, mais genericamente, a qualquer acontecimento ocorrido em nosso meio circundante. Seus componentes essenciais são os pensamentos e as crenças, os sentimentos (emoções) e as tendências para reagir. Dizemos que uma atitude está formada quando esses componentes se encontram de tal modo inter-relacionados que os sentimentos e tendências reativas específicas ficam coerentemente associados com

uma maneira particular de pensar em certas pessoas e acontecimentos (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 77-78)

Mais do que uma definição de senso comum, as atitudes assumem um lugar de propósito em que são construídas socialmente em relação com outros componentes, como as crenças. Conforme Lambert e Lambert, “As atitudes desempenham uma função social na determinação do nosso comportamento; por exemplo, afetam nossos julgamentos e percepções sobre outros, ajudam a determinar os grupos com que nos associamos, as profissões que finalmente escolhemos e até as filosofias sobre as quais vivemos” (LAMBERT; LAMBERT, 1972, p. 83). Nesse sentido, as atitudes permeariam todas as escolhas de um indivíduo.

Os autores utilizam o seguinte exemplo para demonstrar a lógica das atitudes: uma pessoa que repudie, por exemplo, o comunismo tende a repudiar todas as ações daqueles que se dizem comunistas, mesmo as que não estiverem relacionadas à ideologia política. Em um outro exemplo, os autores descrevem um experimento em que se pede para que um grupo de pessoas observe uma imagem que mostra uma pessoa negra e uma outra pessoa branca segurando uma navalha; em seguida, essas pessoas descreverão a imagem conforme a sua memória. Os autores afirmam que muitas pessoas, devido a uma atitude racista, lembrariam da imagem com a pessoa negra segurando a navalha, ou diriam que a pessoa branca está em perigo. Esse tipo de experimento ajuda a externalizar as atitudes que nem sempre se mostram abertamente.

Lambert e Lambert (1972) também ressaltam que algumas pessoas aprenderam a esconder suas crenças e atitudes, uma atitude racista, como descrita no exemplo, não é bem vista na sociedade atual, por esse motivo algumas experiências podem levar o indivíduo a não revelar suas atitudes. Nesse sentido, fez-se necessário o desenvolvimento de um método eficaz para a verificação de atitudes pelos psicólogos sociais.

Os psicólogos sociais desenvolveram uma série de técnicas sistemáticas para inferir e medir atitudes. Se quisermos que um instrumento de medição seja útil, deverá idoneamente registrar, evidentemente, as variações e quantidade, de uma ou outra maneira, de modo que os elementos medidos possam ser comparados e colocados em ordem. Os mecanismos para medir atitudes, como os outros instrumentos, são testados e revistos até que fielmente reflitam graus de atitudes favoráveis ou desfavoráveis. Contudo, acumulam-se os problemas especiais decorrentes desses mecanismos psicológicos

de medição. As pessoas e suas atitudes não são necessariamente sempre as mesmas de um período de tempo para outro, de maneira que é mais difícil determinar a idoneidade de um mecanismo desse gênero do que é o caso, digamos, de uma medição física (LAMBERT; LAMBERT, 1972 p. 83-84).

Apesar das falhas que podem ocorrer no processo de verificação de atitudes, os autores propõem, como um dos métodos de levantamento de *corpus*, que a coleta de atitudes ocorra por meio de perguntas que insiram os respondentes dentro de situações específicas, para, dessa forma, interpretar as atitudes por meio das respostas. Por exemplo, para verificar se existe uma atitude preconceituosa em relação a uma determinada variedade, não se faria uma pergunta direta como “o que você pensa sobre esta variedade?”, mas sim uma pergunta que trouxesse uma situação em que aquela variedade está inserida e se observasse quais as ações esse indivíduo diria ter nessa situação determinada.

Mais recentemente, ao definir o conceito de atitudes linguísticas, Santos (1996) afirma que

[...] /atitude/ seria uma disposição, propósito ou manifestação de intento ou propósito. Tornando-se /atitude/ como manifestação, expressão de opinião ou sentimento, chega-se à conclusão de que nossas reações frente a determinadas pessoas, a determinadas situações, a determinadas coisas seriam /atitudes/ que manifestam nossas convicções íntimas, ou seja, as nossas/crenças/ em relação a essas pessoas, situações ou coisas (SANTOS, 1996, p. 8).

Nessa perspectiva, as atitudes também demonstram crenças, por isso é importante que as crenças e atitudes sejam analisadas de maneira relacionada. Sob a perspectiva de Cyranka (2007),

O estudo das atitudes linguísticas está relacionado, portanto, ao da avaliação linguística, isto é, ao exame dos julgamentos dos falantes em relação à língua ou ao dialeto utilizado por seu interlocutor, estando subentendidas aí as mudanças implementadas, ou em implementação na língua, em relação à variedade considerada padrão. Os componentes dessas atitudes são o que pensam, sentem e como reagem os falantes expostos aos estímulos linguísticos que lhes são apresentados (CYRANKA, 2007, p. 20).

A autora, portanto, destaca como as atitudes estão ligadas a uma avaliação linguística feita pelo falante, uma vez que “fazem emergir dimensões nas escalas avaliativas, ligadas, de certa forma, à subjetividade dos ouvintes em relação às

qualidades aparentes dos dialetos ou dos indivíduos” (CYRANKA, 2007, p. 32). As crenças e as atitudes de um sujeito podem não ser sempre semelhantes, mas mesmo esse distanciamento torna-se revelador na dimensão social real da comunidade estudada.

Nesse sentido, observando as avaliações positivas e negativas que o sujeito pode apresentar sobre a língua, destaca-se o preconceito linguístico enquanto crença e atitude a respeito da língua e de seus falantes. Expõe-se a definição de crença adotada por Santos (1996) em que o autor trabalha o conceito de superstição linguística:

[...] /crença/ seria uma convicção íntima, uma opinião que se adota com fé e certeza. Para deixar bem claro que se trata de uma apropriação do objeto sem uma percepção clara, sem análise, sem validade científica ou filosófica; que se trata, na literatura linguística o nome 'superstição'. Assim, teríamos superstições linguísticas estabelecidas, como as demais, 'Sem base na realidade', 'sem pensar na necessidade de examinar objetivamente para comprovar ou negar sua validade' (SANTOS, 1996, p.8).

Dessa forma, o preconceito se estabeleceria como uma superstição linguística, por não ter uma base na realidade da língua em si, mas em crenças sobre os indivíduos falantes de uma determinada variedade. A reprodução do preconceito linguístico faz que o conhecido tipo de ensino prescritivo seja perpetuado (SANTOS, 1996). Um estudo das crenças e atitudes de alunos de Letras desenvolvido por Brandão-Silva e Botassini (2015) destacou que:

As crenças dos informantes (alunos de Letras) é predominantemente negativa em relação ao ensino de língua portuguesa na escola, em virtude, sobretudo, do despreparo dos professores, de alguns problemas de currículo e da falta de conhecimento prévio dos alunos. Um número significativo de informantes acredita que saber português está relacionado a ter domínio/conhecimento das regras gramaticais. Esse resultado aponta que, embora os falantes, em sua maioria, tenham relatado que tiveram contato com a Sociolinguística e com estudos variacionistas, suas crenças ainda são fortemente marcadas pelo ensino de língua portuguesa voltado para a normatização (certo *versus* errado). Tais crenças, de certa forma, contribuem para reforçar a prática de um ensino de língua portuguesa voltado para o estudo da gramática normativa. (BRANDÃO-SILVA; BOTASSINI, 2015 p. 82).

Esse estudo (BRANDÃO-SILVA; BOTASSINI, 2015) demonstrou que, apesar da formação sociolinguística dos informantes, o ensino pautado apenas na norma

gramatical apareceu de maneira significativa em suas crenças. As pesquisas desenvolvidas com esse tipo de informante (acadêmicos de Letras) são importantes para entender como a escola tem tratado as questões de variação e de norma. Os acadêmicos, geralmente, foram alunos do ensino básico há pouco tempo; além dessa experiência recente, também já receberam parte de sua formação como professores. Isso torna o perfil dos informantes um intermediário do ser aluno e ser professor.

Nos estudos sociolinguísticos, desde o experimento de Labov em Martha's Vineyard, em 1961 e 1962, as crenças se mostraram muito importantes (BOTASSINI, 2013). O objeto dessa pesquisa foi a centralização das vogais nucleares nos ditongos decrescentes. O autor constatou que falantes com as mesmas características sociais realizavam a variante com diferenças no grau de centralização de acordo com sua crença, positiva ou negativa, sobre o local. Posteriormente, os estudos de Labov sobre o *Black English* também demonstraram crenças e atitudes, o autor observou a fala de atendentes de lojas de departamento na cidade de Nova Iorque. Como resultado, foi observado que nas lojas frequentadas pela elite o som da letra R, quando pós vocálico, era mais marcado na fala dos vendedores do que nas lojas frequentadas por classes mais baixas (LABOV, 2008). Dessa forma, o som mais marcado da letra R em posição pós vocálica era creditado enquanto pertencente à variedade das pessoas da elite. Apesar de as crenças e atitudes apresentarem-se como relevantes desde os primórdios da Sociolinguística, os estudos sociolinguísticos que tratam especificamente de crenças e atitudes são relativamente recentes (BOTASSINI, 2013).

Os estudos de crenças e atitudes, portanto, correspondem aos interesses da Sociolinguística Educacional, conforme Cyranka:

Os testes de atitudes, como se pôde notar, fazem emergir dimensões nas escalas avaliativas, ligadas, de certa forma, à subjetividade dos ouvintes em relação às qualidades aparentes dos dialetos ou dos indivíduos. Através desses julgamentos, somos capazes de surpreender significados importantes para a identificação dos grupos de falantes de determinadas variedades, tais como os ligados a questões de etnia ou de prestígio social (CYRANKA, 2007, p. 32).

Dessa forma, os estudos de crenças e atitudes proporcionam uma melhor identificação social dos falantes, ajudam a identificar possíveis preconceitos e a

entender como e porque determinadas variedades são creditadas como de prestígio e outras não. Conforme Botassini,

Estudos relacionados a esse tema têm apontado pistas para a Sociolinguística na compreensão de questões que podem estar relacionadas a determinadas atitudes linguísticas manifestadas por um grupo ou por uma comunidade de fala. Também possibilitam 'predizer' um dado comportamento linguístico. [...] em toda sociedade, as diferenças de 'poder' existentes entre os grupos sociais distintos podem ser percebidas na variação linguística e nas atitudes para com essas variações. Normalmente os padrões de uso da linguagem do grupo dominante são referenciados como o modelo necessário para a ascensão social; já o uso de linguagem, dialeto ou sotaque de baixo prestígio, pelos membros de grupos minoritários, reduz as oportunidades de sucesso na sociedade (BOTASSINI, 2013, p. 46).

Nesse sentido, conforme a autora, esses estudos também são importantes para entender até que ponto tais crenças e atitudes estão de fato relacionadas a fenômenos linguísticos ou aos usuários da língua que utilizam determinadas variedades. Por exemplo, entender se as variedades mais estigmatizadas o são por uma questão linguística, ou pelo preconceito que se tem com as classes econômicas mais baixas, geralmente associadas como falantes dessas variedades. O mesmo acontece com as normas cultas, os estudos de crenças e atitudes ajudam a levantar hipóteses de que realmente o prestígio social não esteja diretamente ligado a questões linguísticas, mas ao fato de que essas normas são amplamente relacionadas às classes de maior poder econômico.

3. O FENÔMENO DA CONCORDÂNCIA

Como você define concordância verbal?

Eu sou muito péssima em Português, professora, que coisa mais difícil pra mim, mas eu acho assim que no caso aí o verbo tem que concordar com o sujeito, não é? Tipo em 'nós fomos estudar na casa de um amigo' o sujeito como 'nós' e o 'fomos' é o verbo, plural com plural, não sei muito bem como explicar.

V., feminino, 54 anos.

Neste capítulo, será discutido o fenômeno da concordância de número no PB e seu caráter variável. Para tanto, divide-se este capítulo em três seções: documentação gramatical que existe em seu entorno, uma contextualização linguística desse fenômeno no PB e os trabalhos acadêmicos em nível de Mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, que foram selecionados para em um estado da arte.

3.1 A CONCORDÂNCIA NAS GRAMÁTICAS

As gramáticas normativas são resultado do trabalho de gramáticos com o objetivo de prescrever os usos da língua. Essas gramáticas pautam-se na norma padrão e são, geralmente, as gramáticas mais utilizadas na escola. As gramáticas descritivas são escritas por linguistas que têm o objetivo de descrever normas linguísticas com base nos usos reais de uma língua. Existem ainda gramáticas consideradas intermediárias, algumas que tentam descrever a norma padrão de uma perspectiva mais real, ou trazem exemplos presentes nas normas cultas, ou até exemplos das normas populares.

Para uma definição mais ampla do que a norma gramatical prescreve para a concordância verbal de número, foram escolhidas seis gramáticas – normativas, descritivas e intermediárias – para o estudo desse fenômeno. O critério para a escolha dessas gramáticas foi, primeiramente, por representarem uma diversidade de olhares para a norma, do normativo para o descritivo. Também foi considerado que essas gramáticas apresentaram um amplo uso, portanto seus conceitos podem ter sido responsáveis pela formação gramatical e linguística de diversas pessoas.

3.1.1 *Língua Portuguesa Luso=Brasileira* (F.T.D., 1925)

Publicada em 1925 pela FTD, editora do Grupo Marista, a obra “Língua Portuguesa Luso=Brasileira (1925)” é uma gramática escolar. Não foi possível reunir muitas informações sobre esta gramática. Sabe-se que é o quinto livro da série “Língua Portuguesa: Estudo completo, concêntrico essencialmente”, por isso denominada como “curso superior”.

Quanto a sua autoria, a gramática está creditada a “uma reunião de professores” e não há mais informações. Trata-se de uma gramática escolar normativa que conta com explicações, exemplos e exercícios. Os exemplos baseiam-se majoritariamente em trechos de obras literárias, o que é comum nas gramáticas até os dias atuais, e os exercícios também seguem modelos ainda encontrados em materiais didáticos atualmente. A escolha dessa gramática aconteceu para que fosse possível trazer uma visão histórica de como o fenômeno da concordância era apresentado na escola há quase 100 anos atrás.

Não há descrita na gramática uma seção em que sejam tratadas as questões da concordância. No entanto, na parte em que são expostas as classes gramaticais, há a descrição de flexão de cada uma dessas classes em que é definida a concordância para cada uma.

A concordância dos verbos contém descrições mais complexas do que as das outras classes gramaticais. A primeira descrição apresentada na seção é a de regência do sujeito, que diz respeito à norma da gramática tradicional de que o verbo deve concordar com o sujeito: “REGÊNCIA do sujeito. – O sujeito rege o verbo em número e pessoa: v. g. *Incertas são todas as nossas providências. – Intentou êle matar por isso a todos, e o fizera sem dúvida, a se não **interporem valedores; maliciar é cegar-se.*** M. BERNARDES.” (F.T.D, 1925, p. 248, grifos dos autores).

Em seguida, é descrita a regra para as orações em que o sujeito tem mais de um núcleo: “Havendo vários sujeitos de pessoas diferentes, exerce a regência pessoal do verbo a pessoa que tiver a prioridade: a 2ª. sobre a 3ª. e a 1ª sobre as outras duas, número plural; v.g.: **Mamãe e eu, fomos viajar. – Tu e teu primo, ireis.**” (F.T.D., 1925, p. 248, grifos dos autores). Não são citados os termos plural ou singular; assim, a regra para os sujeitos com mais de um núcleo segue a hierarquia descrita pelos autores.

As flexões de plural e singular aparecem um pouco depois. A flexão plural é descrita da seguinte forma: “Flexão PLURAL. – É exigida, - 1º. Por um sujeito no plural,

v. g.: Hoje, **são cinco** do mês; 2º. por dois ou mais sujeitos no singular, quer sejam êstes unidos por conectivos [...] quer sejam simplesmente juxtapostos, v.g.: Nem o coração nem o espírito aceitam. CAMILO. (F.T.D., 1925, p. 250, grifos dos autores)”. Nesse ponto, também não há descrições sobre a variação dessa norma.

A Flexão singular diz respeito ao sujeito posposto: “Flexão SINGULAR.- é lícito efetuar-se a concordância do verbo unicamente com o sujeito mais próximo. Os autores o praticam frequentemente sobretudo em se tratando de sujeitos pospostos; v. g.: Lá vai o nosso govêrno os nossos lugares e dignidades, e a nossa nação. M. B.” (F.T.D., 1925, p. 250, grifos dos autores). O sujeito posposto é descrito por Scherre (2005) como um dos fatores influenciáveis para a variável da concordância. O fato de esta gramática escolar prescrever que o verbo pode concordar com o termo mais próximo e exemplificar esse fenômeno a partir do texto literário demonstra uma descrição da variável de concordância verbal de número conforme o uso linguístico da época.

É possível observar, em relação à abordagem da concordância nessa gramática, que há um posicionamento aproximado de um conservadorismo linguístico. No entanto, os autores afirmam que as regras gerais podem variar de acordo com o gênero e essas variações são valoradas enquanto corretas.

3.1.2 Gramática Normativa da Língua Portuguesa (ROCHA-LIMA, 2011)

Esta gramática foi elaborada por Rocha-Lima é uma gramática normativa bastante tradicional. Após a morte do autor, em 1991, foram elaboradas novas edições, principalmente para abranger o acordo ortográfico de 2008.

Há, na gramática, um capítulo inteiro dedicado à concordância verbal, contudo existem apenas duas regras classificadas como as regras gerais:

Reduzem-se a duas as regras gerais de concordância verbal: 1) *Havendo um só núcleo* (sujeito simples), com ele concorda o verbo em pessoa e número [...] 2) ***Havendo mais de um núcleo*** (sujeito composto), o verbo vai para o plural e para a pessoa que tiver primazia, na seguinte escala **a)** A 1ª pessoa prefere todas as outras. **b)** Não figurando a 1ª pessoa, a precedência cabe a 2ª. **c)** Na ausência de uma e outra, o verbo assume a forma da 3ª pessoa (ROCHA-LIMA, 2011, p. 472-473, grifos do autor).

Após a apresentação das regras gerais, há uma seção dedicada ao que o autor chama de “concordância facultativa com o sujeito mais próximo”. Nessa seção, o autor aponta que existem situações em que o sujeito composto concorda apenas com o núcleo mais próximo e isso pode ocorrer “Quando o sujeito composto for constituído de palavras *sinônimas* ou *quase sinônimas*, de sorte que se nos apresentem ao espírito como um todo indiviso, ou como elementos que simplesmente se reforçam” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 474, grifos do autor) ou “Quando os núcleos do sujeito composto se ordenarem numa *gradação* de ideias, concentrando-se no último deles a atenção do escritor” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 475, grifo do autor). Esses são os únicos casos em que o autor considera corretas as variações por sujeito composto.

Ao discorrer sobre a concordância da voz passiva com a partícula “se”, o autor afirma que:

Atenção especial deve merecer a concordância de verbo acompanhado da partícula ‘se’ e seguido de substantivo *no plural*, em construções deste tipo: *Alugam-se casas. Regulam-se relógios. Venderam-se todos os bilhetes.* Este substantivo, representado (geralmente) por *ser inanimado*, e o sujeito da frase —, razão pela qual com ele há de concordar o verbo. A índole da língua portuguesa inclina para a posposição desse sujeito ao verbo; aponta-se por menos comum a sua presença antes do verbo [...] **Observação:** **Se o nome no plural estiver precedido de preposição, o verbo ficará no singular [...] em casos como esses, deixa-se completamente indeterminada a pessoa que pratica a ação** (ROCHA-LIMA, 2011 p. 475- 476, grifos do autor).

Além dos casos de sujeito composto e da partícula “se”, são mencionados outros dezenove casos particulares que estão dispostos no quadro a seguir:

Quadro 1 – Casos especiais da concordância conforme Rocha-Lima (2011)

Caso especial	Descrição do caso especial conforme Rocha-Lima (2011)
1. Um e outro	“O substantivo que se segue a expressão <i>um e outro</i> só se usa no singular, mas o respectivo verbo pode empregar-se no singular ou no plural (ROCHA-LIMA, 2011, p. 477, grifos do autor).
2. Um ou outro	“Já a expressão <i>um ou outro</i> , seguida ou não de substantivo, reclama o verbo somente no singular” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 477, grifos do autor).
3. Nem um, nem outro	“Também a expressão <i>nem um, nem outro</i> , seguida ou não de substantivo, exige o verbo no singular” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 478, grifos do autor).

4. Um dos que	“Há dupla sintaxe: com o verbo no singular, construção talvez mais lógica; ou, atendendo-se de preferência a eufonia, com o verbo no plural (ROCHA-LIMA, 2011, p. 478, grifos do autor).
5. Mais de um	“Fica no singular o verbo, concordando com o substantivo que acompanha a expressão (ROCHA-LIMA, 2011, p. 478).
6. Sujeitos resumidos	“Quando a vários sujeitos se seguir uma das palavras de síntese — <i>tudo, nada, algo, alguém, ninguém</i> , etc. —, fica o verbo no singular, mesmo que entre os sujeitos haja algum ou alguns no plural (ROCHA-LIMA, 2011, p. 479, grifos do autor).
7. Expressões de sentido quantitativo acompanhadas de complemento no plural	“Se a um nome ou pronome no plural antepomos uma expressão quantitativa como <i>grande número de grande quantidade de parte de grande parte de a maior parte de</i> , e equivalentes, o verbo fica no singular ou no plural” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 479- 480, grifos do autor).
8. Quais, quantos, alguns, muitos, poucos, vários + de nós, de vós, dentre nós, dentre vós	“Com sujeitos deste tipo, o verbo fica na 3ª pessoa do plural, ou concorda com o pronome <i>nós</i> ou <i>vós</i> (ROCHA-LIMA, 2011, p. 480, grifos do autor).
9. Qual de nós ou de vós, dentre nós ou dentre vós	“Se o interrogativo está no singular, torna-se impossível a concordância com o pronome que figura no complemento. Neste caso, fica o verbo somente na 3ª pessoa do singular” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 481).
10. Sujeitos unidos por com	“O mais frequente é usar-se o verbo no plural, visto que ambos os sujeitos aparecem em pé de igualdade tal, que se podem considerar como enlaçados por <i>é</i> ” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 481, grifo do autor).
11. Tanto... Como, assim... Como, não só... Mas também etc.	“e o sujeito é construído com a presença de uma <i>fórmula correlativa</i> , deve preferir-se o verbo no plural” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 483, grifos do autor).
12. Sujeitos unidos por e	“Quando concorrem vários sujeitos de 3ª pessoa, coordenados assindeticamente ou unidos pela conjunção <i>e</i> , a regra normal (já estudada) é pôr-se o verbo na 3ª pessoa do plural se os sujeitos estão antepostos. No entanto, quebra-se este princípio, ficando o verbo na 3ª pessoa do singular, nos casos seguintes: a) Quando os sujeitos se dispõem numa escala gradativa, de tal forma que a atenção do leitor se concentre no último. b) Quando os sujeitos estão de tal maneira unidos, que formam como um todo indivisível, expressando uma ideia única” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 483-484 grifos do autor).
14. Sujeitos unidos por nem	“É caso difícil de disciplinar; mas pode-se ter por norma empregar o verbo no plural quando os sujeitos são da 3ª pessoa” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 484).
15. Cerca de, perto de, mais de, menos de obra de	“Postas antes de um número no plural para indicar <i>quantidade aproximada</i> , estas expressões requerem a concordância no plural, exceto como verbo <i>ser</i> , em que há vacilação” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 487 grifos do autor).
16. Dar, bater, soar (horas)	“Em frases assim, estes verbos têm por sujeito o número que indica as horas” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 487).
17. Verbos impessoais	“Em português, são impessoais, isto é, empregam-se sem sujeito, os seguintes verbos, principalmente: a) Os que, no sentido próprio, indicam fenômenos naturais: <i>chover, gear, nevar, alvorecer, amanhecer, anoitecer</i> , etc. b) <i>Fazer</i> , acompanhado de

	objeto direto, quando indica fenômenos devidos a fatos astronômicos (<i>fazer calor, frio, vento, trovões, sol, etc.</i>), ou que e decorrido tanto tempo depois que uma coisa aconteceu ou desde que ela acontece (<i>faz seis meses que ele morreu, que não o vejo, etc.</i>)” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 488 grifos do autor).
18. Sujeito pronome relativo	“ São por igual excelentes as construções dos tipos seguintes: a) <i>Fui eu que resolvi a questão.</i> b) <i>Fui eu o que resolvi a questão.</i> c) <i>Fui eu quem resolveu a questão.</i> d) <i>Fui eu quem resolvi a questão</i> ” (ROCHA-LIMA, 2011, p. 491 grifos do autor).

Fonte: Elaboração da autora

De acordo com o quadro apresentado, é possível verificar que os casos particulares não diferem, em grande medida, das regras gerais. O autor apenas opta por tratá-los separadamente em virtude de a maioria ser de expressões e formas específicas e sua conjugação pode gerar dúvida ao seu leitor de como realizar a concordância. Nesse sentido, o único momento em que a gramática prescreve algo que difere realmente das normas gerais, é na menção da concordância facultativa para o sujeito composto. Em geral, esta gramática demonstrou-se bastante normativa e não há menção alguma a como a concordância no PB possa variar além da regra citada anteriormente.

3.1.3 Moderna Gramática Portuguesa (BECHARA, 2009)

Esta gramática é considerada normativa. Há uma seção específica para a descrição da concordância verbal de número, mas o assunto também é mencionado na seção destinada à classe dos verbos. Nesse momento, foi considerada apenas a seção específica destinada à concordância verbal, por ser mais detalhada.

A seção é iniciada a partir de considerações gerais: “**Considerações gerais –** Em português a *concordância* consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada” (BECHARA, 2009, p. 442, grifos do autor). Tratando especificamente da concordância verbal, há a seguinte definição:

Diz-se *concordância verbal* a que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o *predicativo*) e o verbo da oração [...]. A concordância pode ser estabelecida de *palavra* para *palavra* ou de *palavra* para *sentido*. A concordância de *palavra* para *palavra* será *total* ou *parcial* (também chamada *atrativa*), conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo das palavras determinadas numa série de coordenação (BECHARA, 2009, p. 442, grifos do autor).

Em seguida, o autor considera a possibilidade de variação nas regras da concordância, as quais chama de “discordâncias”, porém afirma que esse fenômeno ocorre apenas na fala por a escrita ser mais elaborada e formal.

Na língua oral, em que o fluxo do pensamento corre mais rápido que a formulação e estruturação da oração, é muito comum enunciar primeiro o verbo – elemento fulcral da atividade comunicativa – para depois se seguirem os outros termos oracionais. Nestas circunstâncias, o falante costuma enunciar o verbo no singular, porque ainda não pensou no sujeito a quem atribuirá a função predicativa contida no verbo; se o sujeito, neste momento, for pensado como pluralidade, os casos de discordância serão aí frequentes. O mesmo ocorre com a concordância nominal, do particípio. A língua escrita, formalmente mais elaborada, tem meios de evitar estas discordâncias (BECHARA, 2009, p. 442).

Nesse sentido, é possível inferir que o autor não considera, exatamente, a concordância variável como um fenômeno de caráter positivo, uma vez que escolhe a palavra “discordância” para sua descrição. O autor também desvincula a variação da língua escrita, afirmando que esta língua é mais formal e elaborada, o que ocorre, em grande medida, mas não é uma regra universal.

A seguir, são descritos os casos de concordância nominal, sobre os quais não se aprofundará neste estudo, e, logo após, apresentam-se os casos específicos da concordância verbal que se iniciam pela relação sujeito/verbo:

- 1) Há um só sujeito:
 - a) Se o sujeito for simples e singular, o verbo irá para o singular, ainda que seja um coletivo [...]
 - b) Se o sujeito for simples e plural, o verbo irá para o plural [...]
- 2) Há mais de um sujeito: Se o sujeito for composto, o verbo irá, normalmente, para o plural, qualquer que seja a sua posição em relação ao verbo (BECHARA, 2009, p. 450)

A partir das normas prescritas, em seguida, o autor faz algumas observações que consideram variações para essas normas. A primeira, “Pode dar-se a concordância com o núcleo mais próximo, *principalmente se o sujeito vem depois do verbo [...]*” (BECHARA, 2009, p. 450, grifos do autor), indica variação no tipo de sujeito composto em que a concordância, conforme o autor, pode ocorrer de forma singular se o núcleo mais próximo for singular, especialmente nos casos de sujeito posposto,

fator que já incentiva a variável da concordância em geral. As demais observações de variável das regras apresentadas anteriormente são as seguintes:

- 2.^a) Quando o núcleo é singular e seguido de dois ou mais adjuntos, pode ocorrer o verbo no plural, como se tratasse na realidade de sujeito composto [...]
- 3.^a) Nas obras com mais de um autor adota-se modernamente o hábito alemão de se indicar a autoria com os nomes separados por hífen, caso em que o verbo da oração vai ao plural ou ao singular (levando-se, neste caso, apenas em conta a obra em si) [...]
- 4.^a) Pode ocorrer o verbo no singular ainda nos casos seguintes:
 - a) se a sucessão dos substantivos indicar gradação de um mesmo fato [...]
 - a) se a sucessão dos substantivos indicar gradação de um mesmo fato [...]
 - b) se se tratar de substantivos sinônimos ou assim considerados [...]
 - c) se o segundo substantivo exprimir o resultado ou a consequência do primeiro [...]
 - d) se os substantivos formam juntos uma noção única [...]
- 5.^a) Quando o verbo se põe entre os núcleos do sujeito, como acontece às vezes em poesia e no estilo solene, a concordância pode ser feita com o núcleo mais próximo ou gramaticalmente com a totalidade do sujeito [...] (BECHARA, 2009, p. 450, grifos do autor).

Em seguida, em uma seção intitulada “concordância de palavra para o sentido”, o autor apresenta mais uma variação das regras primeiramente expostas, em que afirma que o sujeito simples, se coletivo, pode ter verbo plural:

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, pode o verbo ir ao plural. A língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido construção do tipo: O povo trabalham ou A gente vamos. Se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a ideia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor (BECHARA, 2009, p. 451).

É notável que o que o autor chama de “regra estética” está diretamente ligado à valoração social que os exemplos exercem, tanto a construção “o povo trabalham” como “a gente vamos” é associada à língua de pessoas de classes mais baixas e com menos escolaridade. Nesse sentido, não há uma norma clara e lógica para a “regra estética” de um ponto de vista linguístico. Conforme o autor, as variedades que correspondem à norma culta são esteticamente agradáveis e as que não estão, não são agradáveis.

Logo após, são abordados o que o autor chama de outros casos de concordância verbal, que se iniciam pelo sujeito constituído por pronomes pessoais: “Se o sujeito composto é constituído por diferentes pronomes pessoais em que entra *eu* ou *nós*, o verbo irá para a 1.a pessoa do plural [...] Se na série entra *tu* ou *vós* e nenhum pronome de 1.a pessoa, o verbo irá normalmente para a 2.a pessoa do plural [...] (BECHARA, 2009 p. 451, grifos do autor). É destacada apenas uma variação para estas regras: “Ou porque avulta como ideia principal o último sujeito ou porque, na língua contemporânea, vai desaparecendo o tratamento *vós*, nestes casos, a norma consagrou o verbo na 3.a pessoa do plural [...] (BECHARA, 2009, p. 451).

Ainda na categoria de outros casos da concordância verbal, é elencada uma série de normas ligadas aos sujeitos:

2) Sujeito ligado por série aditiva enfática

Se o sujeito composto tem os seus núcleos ligados por série aditiva enfática (não só... mas, tanto... quanto, não só... como, etc.), o verbo concorda com o mais próximo ou vai ao plural (o que é mais comum quando o verbo vem depois do sujeito) [...]

3) Sujeito ligado por *com*

Se o sujeito no singular é seguido imediatamente de outro no singular ou no plural mediante a preposição *com*, ou locução equivalente, pode o verbo ficar no singular, ou ir ao plural *para realçar a participação simultânea na ação* [...]

4) Sujeito ligado por *nem... nem*

O sujeito composto ligado pela série aditiva negativa *nem... nem* leva o verbo normalmente ao plural e, às vezes, ao singular [...] Constituído o sujeito pela série *nem um... nem outro*, fica o verbo no singular [...]

5) Sujeito ligado por *ou*

O verbo concordará com o sujeito mais próximo se a conjunção indicar:

a) *exclusão* [...]

b) *retificação de número gramatical* [...]

c) *identidade* ou *equivalência* [...]

Se a ideia expressa pelo predicado puder referir-se a toda a série do sujeito composto, o verbo irá para o plural mais frequentemente, porém pode ocorrer o singular [...]*são* como a maioria dos homens

6) Sujeito representado por expressão como *a maioria dos homens*

Se o sujeito é representado por expressões do tipo de *a maioria de*, *a maior parte de*, *grande parte de*, *parte de* e um nome no plural, o verbo irá para o singular ou plural [...]*de + plural*

7) Sujeito representado por *cada um de + plural*

Neste caso, o verbo fica no singular [...] (BECHARA, 2009, p. 451-452, grifos do autor).

É possível afirmar que esta gramática considera variações para a norma da concordância. Em diversos momentos citados, o autor afirmou ser possível utilizar a

forma plural ou singular em casos específicos de sujeito composto ou coletivo. Contudo, observa-se que as formas variáveis consideradas pelo autor como corretas são apenas as que são aceitas socialmente como cultas e não estereotipadas.⁷ Mesmo que o autor tenha afirmado que a modalidade escrita não sofre esse tipo de variação, foi demonstrado que as duas regras principais apresentadas, com o sujeito singular concorda o verbo singular e com o sujeito plural concorda o verbo plural, podem demonstrar variação ao tradicional mesmo na escrita.

3.1.4 *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (CUNHA; CINTRA, 2016)

Quanto à “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, embora os autores considerem-na uma gramática descritiva, a maior parte dos exemplos citados pelos são do texto literário e não de usos correntes da língua como se espera desse tipo de gramática. No entanto, esses usos correntes são mais considerados do que seriam em uma gramática de toda normativa; por essa razão, pode-se considerar esta gramática um intermédio entre o normativo e o descritivo.

Há, na gramática, uma seção para tratar apenas da concordância verbal, que assim é definida:

1. A solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na concordância, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. 2. A concordância evita a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 510).

Em seguida, são descritas duas regras gerais para a concordância, uma para a concordância de um só sujeito: “O verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 511) e outra para o verbo que tem mais de um sujeito: “O verbo que tem mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural e, quanto à pessoa, irá: a) para a 1.a pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da 1.a pessoa [...] b) para a 2.a pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1.a pessoa, houver um da 2.a. c) para a 3.a pessoa do plural, se

⁷ Nesse ponto, retoma-se o que o autor chama de “regra estética”, em que afirma que algumas construções não seriam possíveis por não serem “agradáveis ao ouvido”. Essa regra não tem base gramática, lógica ou científica e está pautada apenas no que o autor acredita enquanto de boa estética na língua, que são as construções mais características da elite intelectual.

os sujeitos forem da 3.a pessoa” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 511, 512). Após essa exposição das regras gerais da concordância na norma padrão, os autores fazem menção a como essas normas ocorrem de fato na língua:

Na linguagem corrente do Brasil, evitam-se as formas do sujeito composto que levam o verbo à 2.a pessoa do plural, em virtude do desuso do tratamento vós e, também, da substituição do tratamento *tu* por *você*, na maior parte do país. Em lugar da 2.a pessoa do plural, encontramos, vez por outra, tanto em Portugal como no Brasil, o verbo na 3.a pessoa do plural, quando um dos sujeitos é da 2.a pessoa do singular (*tu*) e os demais da 3.a pessoa (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 512).

Observa-se que os autores não fazem uma menção direta a todos os casos possíveis de concordância variável, uma vez que se limitam ao desuso dos pronomes de segunda pessoa pela preferência dos falantes brasileiros às formas “você” e “vocês”. Em seguida, os autores apresentam as variações que podem ocorrer nas duas regras gerais, os chamados casos particulares, que estão dispostos no Quadro 2:

Quadro 2 – Casos Particulares da concordância verbal conforme Cunha e Cintra (2016)

Caso Particular	Descrição conforme Cunha e Cintra (2016)
1. O sujeito é uma expressão partitiva	“Quando o sujeito é constituído por expressão partitiva (como: <i>parte de, uma porção de, o grosso de, o resto de, metade de</i> e equivalentes) e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural [...] <i>Observação:</i> A cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 513, grifos dos autores).
2. O sujeito denota quantidade aproximada	“Quando o sujeito, indicador de quantidade aproximada, é formado de um <i>número plural</i> precedido das expressões <i>cerca de, mais de, menos de</i> e similares, o verbo vai normalmente para o plural [...] Enquanto o sujeito de que participa a expressão

	<p><i>menos de dois</i> leva o verbo ao plural, o sujeito formado pelas expressões <i>mais de um</i> ou <i>mais que um</i>, seguidas de substantivo, deixa o verbo de regra no singular [...] Emprega-se, porém, o verbo no plural quando tais expressões vêm repetidas, ou quando nelas haja ideia de reciprocidade” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 513, grifos dos autores).</p>
<p>3. O sujeito é o pronome relativo que</p>	<p>“1. O verbo que tem como sujeito o pronome relativo <i>que</i> concorda em número e pessoa com o antecedente deste pronome [...] Se o antecedente do relativo <i>que</i> é um demonstrativo, que serve de predicativo ou aposto de um pronome pessoal sujeito, o verbo do relativo pode: a) concordar com o pronome pessoal sujeito, principalmente quando o antecedente é o demonstrativo <i>o (a, os, as)</i>[...] b) ir para a 3.a pessoa, em concordância com o demonstrativo, se não há interesse em acentuar a íntima relação entre o predicativo e o sujeito [...] 3. Quando o relativo <i>que</i> vem antecedido das expressões <i>um dos, uma das</i> (+ substantivo), o verbo de que ele é sujeito vai para a 3.a pessoa do plural ou, mais raramente, para a 3.a pessoa do singular [...] Observação: O verbo no singular destaca o sujeito do grupo em relação ao qual vem mencionado, ao contrário do que ocorre se construirmos a oração com o verbo no plural. 4. Depois de <i>(um) dos que</i> (= um daqueles que) o verbo vai normalmente para a 3.a pessoa do plural” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 513, grifos dos autores).</p>
<p>4. O sujeito é o pronome relativo quem</p>	<p>“1. O pronome relativo <i>quem</i> constrói-se, de regra, com o verbo na 3.a pessoa do singular [...] 2. Não faltam, porém, exemplos de bons autores em que o verbo concorda com o pronome pessoal, sujeito da oração anterior. Neste caso, põe-se em relevo, sem rodeios mentais, o sujeito efetivo da ação expressa pelo verbo [...]” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 517, grifos dos autores).</p>
<p>5. O sujeito é um pronome interrogativo, demonstrativo ou indefinido plural, seguido de <i>de</i> (ou <i>dentre nós</i> (ou <i>vós</i>))</p>	<p>“Se o sujeito é formado por algum dos pronomes interrogativos (<i>quais? quantos?</i>), dos demonstrativos (<i>estes, esses, aqueles</i>) ou dos indefinidos no plural (<i>alguns, muitos, poucos, quaisquer, vários</i>), seguido de uma das expressões <i>de nós, de vós, dentre nós</i> ou <i>dentre vós</i>, o verbo pode ficar na 3.a pessoa do plural ou concordar com o pronome pessoal que</p>

	designa o todo [...] Se o interrogativo ou o indefinido estiver no singular, também no singular deverá ficar o verbo” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 518, grifos dos autores).
6. O sujeito é um plural aparente	“Os nomes de lugar, e também os títulos de obras, que têm forma de plural são tratados como singular, se não vierem acompanhados de artigo [...] Quando esses nomes são precedidos de artigo, o verbo assume normalmente a forma plural [...] O <i>sujeito é indeterminado</i> : Nas orações de sujeito indeterminado, já o dissemos, o verbo vai para a 3.a pessoa do plural [...] Se, no entanto, a indeterminação do sujeito for indicada pelo pronome se, o verbo fica na 3.a pessoa do singular” (CUNHA; CINTRA, 2016, p. 518-519, grifos dos autores).

Fonte: Elaboração da Autora

É notável que, tanto nas regras gerais, como nos casos particulares, os objetivos dos autores se concentram em descrever uma norma padrão. As citações ao funcionamento da concordância pouco diferem do prescrito pelas gramáticas normativas analisadas anteriormente. Fica claro, ainda, que a concordância do PB, para os autores, parte sempre num movimento do sujeito para o verbo e não o contrário, porque em todos os casos particulares há menção apenas em como o sujeito pode controlar a realização da concordância e nunca o contrário. Por esses motivos, essa gramática, no aspecto da concordância verbal, concentrou-se mais na normatividade do que na descrição.

3.1.5 Gramática Descritiva do Português (PERINI, 2005)

Como seu título já mostra, a gramática de Mario Perini é uma gramática descritiva. Há uma seção específica para o trato da concordância verbal, em que o autor inicia conceituando o termo conforme a gramática tradicional: “Tradicionalmente, entende-se a concordância verbal como um sistema de condições de harmonização entre o sujeito e o núcleo do predicado das orações” (PERINI, 2005, p. 186). No entanto, logo em seguida, fica claro que a análise proposta na gramática

não está diretamente relacionada à norma padrão, portanto a concordância verbal é (re)conceituada pelo autor:

A concordância verbal, tal como entendida nesta análise, compreende basicamente alguns procedimentos que rotulam certos sintagmas, atribuindo-lhes funções sintáticas. Esses procedimentos repetem em parte as definições das funções sintáticas estudadas no capítulo 3; mas como não as contradizem, podemos aceitar essa redundância para efeitos da presente descrição (PERINI, 2005, p. 187)

O autor também pontua que a regra tradicional não é capaz de explicar o que chama de “erro de concordância”. Nessa perspectiva, o erro não é a variável realizada fora das prescrições da gramática normativa, o erro seria uma má formação de determinadas combinações inaceitáveis na língua.

O mecanismo visto na seção precedente, como é claro, não consegue explicar a inaceitabilidade de certas frases usualmente consideradas exemplos de “erros de concordância”. Acontece que o “erro de concordância” não é uma decorrência direta do mecanismo da concordância, mas de outros fatores gramaticais — em outras palavras, o “erro de concordância” em si não existe. Trata-se, antes, da violação de certos filtros e restrições independentes do mecanismo da concordância. Em um primeiro momento, qualquer combinação (quaisquer SNs acompanhando qualquer forma de verbo no NdP) é bem formada. No entanto, em um segundo estágio, aplicam-se filtros e restrições que marcam como mal formadas muitas dessas combinações; o resultado final, que é o que se observa no uso da língua, é certas combinações serem inaceitáveis (PERINI, 2005, p. 188- 189).

Ao discorrer sobre o que seriam as restrições mencionadas, o autor explica que tais restrições são de dois tipos: as restrições de transitividade (RT) e as restrições de caso (RC). As restrições de transitividade são condições independentes necessárias, uma vez que a transitividade dos verbos necessita de ser obedecida em todas as orações. As restrições de caso estão ligadas ao fato de que “Os pronomes pessoais têm forma especializadas quando desempenham a função de OD nenhuma outra forma desses pronomes pode desempenhar essa função (PERINI, 2005, p. 190). A partir do entendimento dessas restrições, é possível inferir que algumas variações ocorrem dentro da língua, enquanto outras seriam agramaticais, as que o autor caracteriza como as que sofreram má formação de algum tipo.

A solução tradicional se baseia na noção da concordância verbal como regra: a forma do verbo é modificada para se harmonizar com os traços de número e pessoa do sujeito. Já a solução proposta aqui entende a concordância como um sistema de filtros (independentemente motivados) que suprime certas estruturas por apresentarem má formação de algum tipo. É importante enfatizar que esses filtros nunca são específicos dos casos de concordância verbal, mas são necessários na gramática de qualquer maneira (PERINI, 2005, p. 191- 192).

É notável que, nessa gramática, a perspectiva normativa se faz presente, mas está longe de ser central. A concordância verbal é abordada enquanto um fenômeno complexo que pode ocorrer pela motivação de fatores diversos. Além disso, o autor pontua que a concordância verbal não necessariamente está num sujeito que rege as formas do verbo, mas por filtros que motivam ou desmotivam a sua realização.

3.1.6 *Nova Gramática do Português Brasileiro* (CASTILHO, 2010)

A edição utilizada é de 2010 e o autor propõe-se a descrever o Português Brasileiro; trata-se, portanto, uma gramática descritiva. A concordância verbal está colocada em uma subseção específica em que é descrito o sintagma verbal. Primeiramente, o autor conceitua a regra da concordância conforme a norma padrão:

A concordância é a conformidade morfológica entre uma classe (nesse caso, o verbo) e seu escopo (neste caso, o sujeito). Essa conformidade implica, portanto, na redundância de formas, ou seja, se houver marcação de plural no sujeito haverá marcação de plural no verbo [...]. Já vimos nessa gramática que a sentença é assimétrica com relação à concordância. No PB padrão, o verbo concorda em pessoa e número com seu sujeito, e não concorda com os argumentos internos nem com os adjuntos. A assimetria vem daí: concordância com o sujeito, expresso no caso reto, não concordância com os complementos, expressos nos casos oblíquos. Mas o PB não padrão exibe outras regras de concordância (CASTILHO, 2010, p. 411-412).

Em suma, a concordância verbal padrão, para o autor, consiste na redundância entre sujeito e verbo, uma vez que caso o sujeito se apresente como plural, sujeito simples plural ou sujeito composto, o verbo será conjugado no plural e uma vez que o sujeito seja singular, simples, o verbo será conjugado no singular. É importante destacar que já na definição inicial o autor chama a atenção para o fato de que o PB tem outras regras de concordância além das prescritas pela norma padrão e, ao fazê-

lo, não há nenhum movimento de não valoração dessas regras. Todas as normas são tratadas em igualdade dentro da gramática.

O autor baseia-se em Lemle e Naro (1977) e Scherre (1988) para descrever os cinco fatores que motivam as regras variáveis da concordância elencados na gramática: saliência morfológica, proximidade/distância entre o verbo e o sujeito, posição do sujeito na sentença, paralelismo linguístico e nível sociocultural dos falantes.

A saliência morfológica relaciona-se com a saliência fônica, já descrita anteriormente. O autor explica que, como, geralmente, as formas de conjugação de P3 e P6 diferenciam-se apenas pelo fonema nasal final, principalmente em verbos de primeira e segunda conjugação, essa nasalidade tende a desaparecer. Nos verbos em que há um distanciamento morfológico entre as formas de P3 e P6, como é o caso do verbo “ser” (ele/ela é; eles/elas são) é menos provável que ocorra variação.

A proximidade/distância entre verbo e sujeito influencia quando o verbo se localiza adjacente ao sujeito, como nos exemplos propostos pelo autor. O primeiro exemplo está de acordo com a norma padrão e o segundo apresenta variável pelo distanciamento entre verbo e sujeito: “a) **As contas pesaram** muito na minha decisão de fazer mais economia. b) **As contas** deste ano, sobretudo depois que eu tive um pequeno aumento salarial, **pesou** na minha decisão de fazer mais economia (CASTILHO, 2010 p. 413, grifos do autor).

Quanto à posição do sujeito na sentença, o autor afirma que o sujeito anteposto favorece a concordância padrão, enquanto o sujeito posposto a desfavorece.

O paralelismo verbal influencia a concordância a partir do que o autor chama de marcas e zeros. Marcas são as situações em que a concordância padrão ocorreu em um primeiro verbo, portanto, tende a ocorrer em um segundo ou terceiro, num mesmo período. Zeros são as situações em que a concordância padrão não ocorreu em um primeiro verbo e, portanto, tende a não ocorrer em um segundo ou terceiro dentro de um mesmo período. Conforme o autor, marcas conduzem a marcas e zeros conduzem a zeros.

Quanto ao nível sociocultural dos falantes:

Pesquisas sobre o PB mostraram que as classes socioculturais altas dispõem de mais regras de concordância que as classes mais baixas. Mas daí a sinonimizar nível baixo com ignorância gramatical vai uma enorme distância, pois no PB popular há uma sofisticada relação entre

concordar e não concordar o verbo com o sujeito na dependência da complexidade maior ou menor da morfologia verbal, como vimos no item número 1 (saliência morfológica) anterior. Pode-se reconhecer que as regras de concordância são variáveis tanto entre os brasileiros cultos quanto entre os brasileiros não escolarizados. O que distingue essas classes é a seleção do fator determinante da regra. Assim, para os primeiros os fatores 2 (proximidade/distância entre o verbo e o sujeito) e 3 (posição do sujeito na sentença) são decisivos e, para os seguintes, os fatores 1 (saliência morfológica) e 4 (paralelismo linguístico). Do ponto de vista diacrônico, parece que as regras de concordância deixarão de ser uma propriedade gramatical, visto que a colocação dos constituintes sentencionais se torna progressivamente rígida. A rigidez da colocação identifica as funções argumentais, tornando dispensável fazê-lo através da concordância (CASTILHO, 2010, p. 413).

Dessa forma, o autor ressalta que as variáveis de concordância são comuns a todos os brasileiros, contudo motivadas por fatores distintos. Ao fazer essa relação, mais uma vez não há uma sobreposição de variedades, todas são tratadas com o mesmo valor social. Nesta gramática, portanto, a variação é amplamente considerada e descrita, bem como também a prescrição da norma padrão.

3.2 A OCORRÊNCIA DA CONCORDÂNCIA VERBAL DE NÚMERO NO PB

A concordância é entendida no PB como um fenômeno gramatical em que a forma de uma palavra dentro de um período é determinada pela forma de outra palavra com que estabeleça uma relação gramatical (CARDOSO; COBUCCI, 2014). A gramática tradicional propõe as normas de concordância verbais e nominais. As normas verbais dizem respeito a como a conjugação verbal é determinada para concordar com o sujeito dentro de um sintagma verbal; a concordância nominal determina como as demais classes de palavras como substantivos, artigos e adjetivos concordam em gênero e número entre si dentro de um sintagma nominal. Tanto a concordância verbal, quanto a concordância nominal variam devido a questões diastráticas e diafásicas no PB.

Existem duas hipóteses que explicam a concordância verbal variável no PB: a teoria da crioulização e a teoria da deriva linguística.

Alguns teóricos, como é o caso de Lucchesi (2008), afirmam que a concordância variável do Português Brasileiro seria uma herança da crioulização do Português na época da colonização. A crioulização ocorre a partir do contato entre

uma língua europeia e línguas africanas, foi um fenômeno relativamente comum nas línguas da América Latina, especialmente na região caribenha, que deu origem, por exemplo, à língua do Cabo Verde, um crioulo Português, e à língua do Haiti, um crioulo francês. A criouliização, conforme Lucchesi (2019), “implica uma violenta redução gramatical da língua dominante e uma profunda regramaticalização da língua que se forma na situação de contato, a língua crioula, que é uma língua qualitativamente distinta da língua europeia, da qual recebeu a grande maioria do seu vocabulário” (LUCCHESI, 2019, p. 264). O autor ainda afirma que houve um processo de descrioulização no Brasil, o que explicaria como hoje existem traços de uma língua crioula no PB sem que acontecesse uma maior evolução para uma língua de fato crioula.

Naro e Scherre (2007), porém, basearam seus estudos numa teoria de deriva linguística, que afirma que a variável na concordância descendeu da própria variedade europeia do Português, imposta durante o período de colonização. A partir desse estudo, outros pesquisadores, como Bazenga e Vieira (2015), passaram também a tomar como base a deriva linguística. Essa teoria foi sustentada por “dados do Português arcaico, que demonstrariam a gênese da falta de concordância padrão, e do Português Europeu contemporâneo, que também evidenciam a ausência da marca plural, embora com variações menos frequentes e com maiores limitações sociais” (BAZENGA; VIEIRA, 2015, p. 29).

Independentemente das origens das variáveis de número da concordância verbal, é possível afirmar que algumas dessas variantes seriam as mais estigmatizadas do Português Brasileiro e o maior alvo de preconceito linguístico. Por essa razão, são, geralmente, classificadas como uma variante social pertencente às classes mais baixas e de pessoas menos escolarizadas, ou seja, consideradas falantes não cultos.

O estudo desse fenômeno tem se mostrado muito importante para os estudos sociolinguísticos. Conforme Bazenga e Vieira (2015) “[...] a realização das marcas morfológicas da concordância tem sido um dos tópicos mais importantes para definir e caracterizar variedades do português” (BAZENGA; VIEIRA, 2015, p. 29).

A concordância no sintagma nominal, como já definida anteriormente, é a que ocorre entre as classes de palavras que não são verbos, dentro de um sintagma nominal. A concordância de gênero se realiza no Português Brasileiro, de maneira geral, sem descontinuidade. Não é comum que um falante discorde as questões de

gênero entre artigos e substantivos, portanto a variável que é objeto de estudo ocorre na concordância de número.

O português tem como característica da concordância de número uma redundância entre os termos que compõem um sintagma nominal,

[...] em português, a concordância nominal é a equivalente entre o número do substantivo e o dos determinantes e/ou dos participípios com ele relacionados: a forma do substantivo determina a forma dos determinantes e/ou dos participípios a ele interligados. Assim, se o substantivo estiver no plural, os determinantes e/ou participípios provavelmente também estarão e isso é uma característica redundante do português que o diferencia, por exemplo, do inglês e do japonês [...] (CARDOSO; COBUCCI, 2014, p. 87).

A variação de número no PB ocorre exatamente pela quebra desta redundância, como resultado dessa o número marcado por plural no artigo do sintagma nominal não é repetido no substantivo, no pronome ou no adjetivo que o segue, como no exemplo de Cardoso e Cobucci: “Gastamos uns quatro quilo de peixe” (CARDOSO; COBUCCI, 2014, p. 89). No exemplo, a palavra “quilo” não concorda em número com o artigo “uns”, já que o artigo está marcando o plural, enquanto o substantivo “quilo” aparece no singular. Construções como a do exemplo são frequentes no Português Brasileiro e podem ser alvo de preconceito linguístico.

A concordância no sintagma verbal refere-se à concordância entre o verbo e sujeito, a forma do sujeito deveria, então, determinar a forma do verbo. As formas variáveis, assim como nos casos de concordância nominal, também se relacionam às flexões de número. Cardoso e Cobucci (2014) associam as variedades de concordância verbal ao paradigma pronominal. A partir do processo de gramaticalização das formas “você” e “a gente”, o quadro de conjugação verbal a partir dos pronomes pessoais do caso reto sofreu modificações que tornaram a flexão verbal de parte dos pronomes a mesma, como exemplificado no quadro 3, a partir das conjugações do verbo andar no presente do indicativo.

Quadro 3 – Conjugação do verbo andar no presente do indicativo.

Eu ando.	Eu ando.
Tu andas.	Você anda.

Ele/Ela anda.	Ele/Ela anda.
Nós andamos.	A gente anda.
Vós andais.	Vocês andam
Eles/Elas andam.	Eles/Elas andam.

Fonte: RODRIGUES, 2020.

O número de conjugações possíveis foi reduzido pela metade, de seis, uma para cada pronome, para três: uma comum à segunda pessoa do singular, à terceira pessoa do singular e à primeira pessoa do plural, outra comum à segunda e à terceira pessoa do plural e uma exclusiva ainda para a primeira pessoa. Assim, a redução nas formas de conjugação dos pronomes à direita no quadro teria influenciado o modo como os falantes realizam a concordância.

Lucchesi, Baxter e Silva (2009) afirmam que mesmo a conjugação de verbos em primeira pessoa do singular sofreu variação de concordância em algum momento durante o período de colonização e ainda pode sofrer essa variação em regiões específicas por influência de línguas africanas.

O encaixamento linguístico do uso do morfema verbal de 1ª pessoa do singular na gramática da comunidade rural afro-brasileira de Helvécia revelou que a concordância verbal é favorecida quando o sujeito pronominal está realizado imediatamente antes do verbo e é muito desfavorecida quando o sujeito está posposto ao verbo. Essa é uma correlação que se aplica ao fenômeno da concordância verbal como um todo no Português Brasileiro, independentemente da pessoa do discurso, e se observa também em outras línguas, tornando-se um sério candidato à condição de ser um condicionador universal do processo de variação e mudança em relação à regra de concordância verbal (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 345).

Vale ressaltar que essa variante de concordância na primeira pessoa do singular ocorre apenas, como descrevem os autores, em contextos específicos de influência de línguas de matriz africana, o que torna esta variação menos recorrente do que as variações que ocorrem com outros pronomes pessoais do caso reto.

Para Scherre (2005),

[..] concordância verbal em português não é regida pelo núcleo do sujeito, mas por traços, que podem aparecer também em outras funções sintáticas, a saber, no núcleo do adjunto ou do complemento nominal e no núcleo do predicativo. Normalmente os traços controladores da concordância – o principal deles é o número sintático

singular ou plural – concentram-se no núcleo do sujeito, provocando a ilusão de que é o núcleo do sujeito que controla a concordância e que os demais casos são particulares ou especiais (SCHERRE, 2005, p. 134).

Assim, é possível inferir que, de acordo com a autora, ao contrário do que é prescrito pela gramática tradicional, nas práticas de uso da língua, existiriam outros fatores, além dos núcleos do sujeito que motivam a ocorrência da concordância. Um exemplo trazido pela própria autora comprovaria esta hipótese: “O peso dos trajes representam” (SCHERRE, 2005), em que o verbo “representam” concorda com “trajes” e não com o núcleo do sujeito “peso”. Isso ocorre por questão da proximidade do verbo com o termo no plural. Construções como essa são muito comuns, tanto na língua escrita, quanto na língua falada, não são alvo de estigmatização e são plenamente aceitas em situações de uso da norma culta.

Naro (1981), um dos principais pesquisadores e pioneiro nos estudos sobre a concordância e seus fenômenos variáveis, destaca, ainda, que a saliência fônica influencia a realização da concordância verbal. Para Scherre, “Esse processo consiste em estabelecer que as formas mais salientes, e por isso mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes (SCHERRE, 1989, p. 301).

No contexto da concordância verbal, a saliência fônica ou a proximidade fônica influenciam na alteração de um fonema marcador de plural em coda de conjugações verbais. Conforme Scherre, “[...] os itens que apresentam maior diferenciação de material fônico na relação singular/plural, são os que mais favorecem a inserção de -S por serem os mais perceptíveis” (SCHERRE, 1989, p.324). Nesse sentido, quanto mais parecidas forem as formas de conjugação entre a terceira pessoa do plural e a terceira pessoa do singular, por exemplo, maior é a chance de que o último fonema, que marca o plural, seja apagado. Dessa forma, a proximidade fônica influencia na alteração desses fonemas finais, enquanto que a saliência fônica, no entanto, desmotivaria a ocorrência em alguns casos exatamente porque nem todas as formas de conjugação possuem similaridade significativa entre si. Conforme Vieira, Brandão e Gomes,

[...] quanto maior a diferenciação fônica entre as formas singular e plural, maior a marcação de pluralidade. Em outras palavras, produzir eles canta, em vez de eles cantam, seria mais provável do que eles cantou, em vez de eles cantaram. O chamado princípio da saliência fônica, ao que parece, está relacionado ao plano da percepção da

presença de marca de plural, variante avaliada ao menos em meios urbanos e letrados de forma absolutamente positiva. Nesse sentido, a ausência da marca de plural, por ser apreciada como um estereótipo linguístico (cf. LABOV, 1972), não soaria minimamente admissível em contextos cuja percepção da variante fosse praticamente absoluta. (VIEIRA; BRANDÃO; GOMES, 2015, p. 104).

Desse modo, é notável que a saliência fônica e a proximidade fônica são de grande influência para a realização desse fenômeno no Português Brasileiro. É importante ressaltar que construções como “eles cantou” são possíveis no PB, porém são menos frequentes do que as variáveis de concordância que ocorrem quando a saliência fônica entre singular e plural é menor.

Portanto foram apresentados no presente trabalho três fatores influenciadores para a variável da concordância verbal: a redundância do plural entre sujeito e verbo, o paradigma pronominal a partir da gramaticalização das formas “a gente”, você e vocês, e a saliência ou proximidade fônica.

3.3 A REALIZAÇÃO DA VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA (estado da arte)

Os estudos da concordância variável no Brasil ganharam mais relevância a partir dos anos 1980, com os estudos de Anthony Julius Naro e de Maria Marta Pereira Scherre (cf. NARO; LEMLE (1976); NARO (1981); SCHERRE (1989); SHERRE (2005); NARO; SCHERRE (2007)), que fizeram importantes descobertas sobre o fenômeno em questão e a incidência de fatores linguísticos, como a saliência fônica, e extralinguísticos, como a escolarização, em sua realização.

A fim de verificar qual a repercussão dos estudos sobre concordância variável em trabalhos em nível de pós-graduação *stricto sensu*, foi realizado um levantamento de dissertações de mestrado e de teses de doutoramento sobre o tema, disponíveis no banco de teses e dissertações da CAPES. Foram considerados nesse estado da arte um total de 30 teses e dissertações. Em pesquisa com as palavras-chave “concordância verbal variável”, foram encontrados 57.426 textos. Esses resultados foram filtrados para que fossem contabilizados apenas os trabalhos ligados à grande área de Linguística, Letras e Artes. Assim, foram computados 5.331 textos. Em seguida, foram filtrados os trabalhos publicados a partir do ano de 2010 até 2019 (último ano em que há trabalhos publicados na plataforma), os quais mostrariam um panorama mais recente a respeito do assunto. Nessa busca, foram computadas 1.111 dissertações de Mestrado e Mestrado Profissional e 520 teses de doutorado. Também

foram desconsiderados os trabalhos que não tratavam da concordância de terceira pessoa.

O quadro a seguir mostra os 30 resultados dessa busca no banco de teses e dissertações da Capes que foram considerados mais relevantes para o desenvolvimento dessa dissertação, os trabalhos que serão considerados nesse estado da arte, por ordem decrescente de seu ano de publicação:

Quadro 4 – Teses e Dissertações sobre a concordância variável de 2010 a 2019.

Título	Autoria	Grau de Titulação	Ano	IES
A percepção da concordância verbal no continuum rural-urbano: uma análise sociolinguística da fala de estudantes do município de Tucano-BA	SOUSA, Nilton Carlos Carmo	Mestrado	2019	UEFS
O português afro-brasileiro: a concordância verbal na terceira pessoa do plural na comunidade quilombola Rio das Rãs – BA	CANGIRANA, Juscimaura Lima	Mestrado	2019	UESB
A variação na concordância verbal na língua falada no Sertão do Pajeú	SILVA, Juliana da	Mestrado	2019	UFPE
A marcação da concordância verbal de terceira pessoa do plural no Português de contato dos Guarani do Espírito Santo	CALAZANS, Poliana Claudiano	Doutorado	2018	UFRJ
Identidade social e atitude linguística: um estudo da fala de Bonfim Paulista	GARCIA, Bruna Loria	Mestrado	2018	UNESP
Análise sociofuncionalista da variação de concordância verbal em construções de voz passiva sintética em textos jornalísticos cearenses	MAGALHÃES, Hugo Leonardo Pereira	Mestrado	2018	UFC
Padrões morfossintáticos variáveis na fala de Quirinópolis-GO: a concordância verbal de	CARVALHO, Marilda Alves Adão.	Doutorado	2018	UFU

terceira pessoa do plural – p6				
A variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos escritos e orais de alunos do ensino fundamental da rede pública de Florianópolis e Itajaí	FERMINIO, Patricia Correa	Mestrado	2017	UFSC
A concordância verbal de terceira pessoa do plural na variedade moçambicana do português: uma abordagem sociolinguística	PISSURNO, Karen Cristina da Silva	Doutorado	2017	UFRJ
A Concordância Verbal Na Fala De Vitória	BENFICA, Samine de Almeida	Mestrado	2016	UFES
A Variação Na Concordância Verbal: Um Estudo Na Escrita De Acadêmicos De Letras	CASTRO, Maria Luiza de	Mestrado	2016	UNIR
Variação linguística e processamento: investigando o papel da distância entre sujeito e verbo na realização da concordância verbal variável no PB	HENRIQUE, Kessia Da Silva	Mestrado	2016	UFJF
Uma Proposta Interventiva No Ensino Da Concordância Verbal Na Perspectiva Sociolinguística	MARQUES, Pedro Thales Chagas	Mestrado Profissional	2016	UERN
Refletindo sobre a Concordância Verbal: uma proposta de intervenção com o auxílio do Wikispaces	ALVES, Renata Cristina das Dores	Mestrado Profissional	2015	UFJF
Concordância Verbal No Contexto Escolar: Variação Na Terceira Pessoa Do Plural Em Textos De Alunos De Ensino Fundamental	FONSECA, Leila Cristina Bartilote	Mestrado Profissional	2015	UESB
Variação Linguística Em Palmas De Monte Alto: Análise Da Concordância Verbal Na Escrita De	NOGUEIRA, Maria Zelia Alves	Mestrado Profissional	2015	UESB

Estudantes Do Ensino Fundamental				
A Variação Estilística Na Concordância Nominal E Verbal Como Construção De Identidade Social	SALOMAO, Mircia Hermenegildo	Doutorado	2015	UNESP
Gramática e Ensino: ampliando o desempenho linguístico dos alunos do 9º ano do ensino fundamental acerca de concordância verbal	SANTOS, Leyrson Da Silva	Mestrado Profissional	2015	UESPI
A concordância verbal no português falado em Feira de Santana (BA): sociolinguística e sócio-história do português brasileiro	ARAUJO, Silvana Silva De Farias	Doutorado	2014	UFBA
A Concordância Verbal De 3ª Pessoa Do Plural No Português Europeu	BARRETO, Fernanda Villares Vianna	Mestrado	2014	UFRJ
A Concordância Verbal Na Mídia Radiofônica De Belo Horizonte	SANTOS, Camila Patricia dos	Mestrado	2013	PUC-MG
A Escolaridade E A Concordância Verbal Na Escrita De Menores Carentes Que Vivem Em Entidades Filantrópicas Na Cidade De Maceió	SANTOS, Renata Livia de Araujo	Doutorado	2013	UFAL
A Concordância Verbal De Terceira Pessoa Do Plural No Português Popular Do Brasil: Um Panorama Sociolinguístico De Três Comunidades Do Interior Do Estado Da Bahia	SILVA, Jorge Augusto Alves da	Doutorado	2013	UFBA
Concordância Verbal E Variação: Um Estudo Descritivo-Comparativo Entre o Português Brasileiro e o Português Europeu	MONTE, Alexandre	Doutorado	2012	UNESP
A Concordância Verbal Na Fala De Alunos Do Ensino Fundamental De Ribeirão das Neves/MG	OLIVEIRA, Evani Valéria Sabino de	Mestrado	2012	PUC-MG

As inversões sujeito-verbo e a concordância verbal: um estudo sobre a influência da posposição do sujeito em gêneros escritos de imprensa do Português Brasileiro	LIMA, Paola Goussain de Souza	Mestrado	2011	UNESP
Variação na concordância verbal com nomes coletivos em Fortaleza-CE	MAIA, João Paulo Ferreira	Mestrado	2011	UFC
Uso e norma: variação da concordância verbal em redações escolares	ALMEIDA, Evanilda Marins	Doutorado	2010	UFRJ
A Concordância Verbal Na Região Noroeste De São Paulo	OLIVEIRA, Natalia Cristina de	Mestrado	2010	UNESP
A Concordância Verbal na Fala De Menores Carentes Que Vivem Em Entidades Filantrópicas De Maceió	SANTOS, Renata Livia de Araújo	Mestrado	2010	UFAL

Fonte: Elaboração da autora

Em análise aos textos destacados no quadro 4, foi possível distribuí-los em duas categorias: a) Trabalhos de natureza descritiva e b) Trabalhos relacionados ao ensino de língua. Nesse contexto, foi perceptível que os trabalhos variacionistas estudaram majoritariamente o fenômeno na modalidade falada, enquanto os trabalhos educacionais estiveram mais próximos da modalidade escrita. A seguir, apresentam-se brevemente os objetivos, objetos e resultados das 30 pesquisas analisadas.

3.5.1 Trabalhos de natureza descritiva

Observou-se que, dos 30 trabalhos analisados, 21 desenvolveram-se no campo da Sociolinguística Variacionista e se ocuparam de descrever o fenômeno da concordância verbal variável.

Sousa (2019) teve como objetivo analisar as crenças e atitudes linguísticas de 8 alunos do 6.º ano do Ensino Fundamental residentes em área rural e urbana sobre variação da concordância verbal na primeira e terceira pessoa do plural. O *corpus* foi gerado por meio de entrevista sociolinguística e aplicação de testes de crenças e atitudes linguísticas. O autor identificou que todos os alunos reconheceram a variante

padrão da concordância verbal e julgaram como “erradas” as variantes não-padrão. Os estudantes da área rural, conforme o autor, mostraram uma percepção sociolinguística mais afluída e se monitoraram mais durante a entrevista sociolinguística, o que pode ser considerado para explicar os resultados quantitativos, que mostraram que os alunos da área rural aplicaram mais a regra de concordância verbal padrão que os estudantes da área urbana.

Cangirana (2019) analisou a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos informantes da comunidade remanescente de quilombo Rio das Rãs, localizada no município de Bom Jesus da Lapa – BA, a partir de 24 entrevistas. Os informantes foram selecionados a partir dos seguintes critérios: (a) Sexo (12 do sexo masculino e 12 do sexo feminino); (b) Faixa etária (08 jovens –25 a 35 anos; 08 adultos – 45 a 55 anos; 08 idosos – com mais de 65 anos); (c) Grau de escolaridade (sem escolarização e semiescolarizado); (d) Exposição à mídia; e (e) Redes de relações sociais. O *corpus* apresentou 993 ocorrências de concordância verbal, 14,4% de marcação de concordância verbal padrão de P6 e 85,6% de não marcação. O *corpus* apresenta 993 ocorrências do fenômeno em estudo. Desse total, obtivemos um percentual de 14,4% de marcação de concordância verbal de P6 contra 85,6% de não marcação. Foram observados os seguintes fatores linguísticos: realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, indicação do plural no SN sujeito, caracterização semântica no sujeito, tipo de verbo, tempo e modo verbais, saliência fônica e forma do último constituinte do SN que está antes do verbo.

Silva (2019) investigou a concordância verbal com a 3.^a pessoa do plural e com os pronomes *nós* e *a gente* em dois municípios pernambucanos. O *corpus* foi composto de 54 entrevistas – 27 do município de Serra Talhada e 27 do município de Afogados da Ingazeira. Os dados foram estratificados a partir das seguintes variáveis extralinguísticas: faixa etária e escolaridade. Para a concordância verbal de terceira pessoa do plural, os resultados alcançados no município de Serra Talhada apontaram maior produtividade da marcação de concordância padrão (73%). Em Afogados da Ingazeira, houve um percentual de 67% para a presença de marcas de concordância verbal de terceira pessoa do plural. Para Serra Talhada, foram selecionadas como significativas as seguintes variáveis: saliência fônica, tipo estrutural de sujeito, faixa etária e escolaridade. Para Afogados da Ingazeira, foram selecionadas as seguintes variáveis: saliência fônica, animacidade do sujeito, faixa etária e escolaridade.

Calazans (2018) estudou a realização explícita da concordância verbal na terceira pessoa do plural na variedade do português em uma comunidade bilíngue, dos Guarani do Espírito Santo e discutiu fatores socioculturais envolvidos nesse processo de contato linguístico e de aquisição de uma segunda língua (L2). O *corpus* foi composto de entrevistas realizadas em três aldeias, que versaram sobre as tradições históricas e o meio ambiente. Os resultados verificaram que a comunidade Guarani estava adquirindo as marcas explícitas da concordância de terceira pessoa do plural devido à proximidade com os não-indígenas e que os mesmos condicionamentos que atuam na variação da concordância verbal no PB como L1 regulam a aquisição das formas marcadas desses verbos na variedade do PB que os Guarani estavam adquirindo. A saliência fônica foi considerada a variável linguística significativamente mais relevante. Dentre os fatores extralinguísticos, a variável sexo se sobrepôs às demais porque os homens se encontraram em um estágio aquisitivo mais avançado que as mulheres devido aos papéis sociais que ambos representam na cultura indígena.

Garcia (2018) analisou a concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala de informantes de Bonfim, distrito de Ribeirão Preto – SP e também as atitudes linguísticas em relação a esse fenômeno, em dois grupos distintos: os moradores dos condomínios fechados e os moradores das áreas rurais. O *corpus* foi gerado a partir da aplicação de um teste de atitudes linguísticas. Como resultado, foi demonstrado que os moradores dos condomínios fechados estão mais associados às normas linguísticas prestigiadas e com índices mais altos de concordância verbal, ao estilo de vida mais urbano e a um grau maior de escolarização, enquanto os moradores das áreas rurais se associam mais aos valores sociais rurais, ao estilo de vida mais pacato e a um menor grau de escolarização.

Magalhães (2018) observou a realização variável de concordância verbal em construções de voz passiva sintética, com a alternância entre a presença e a ausência de marca explícita de plural no verbo de 3.^a pessoa em dois jornais cearenses: “O Povo” e “Diário do Nordeste”. O *corpus* foi composto de 240 edições, durante o período de janeiro a dezembro de 2016, considerando três gêneros textuais: editoriais, artigos de opinião e notícias. Foram encontradas 121 ocorrências de concordância verbal com a construção de voz passiva sintética. Os fatores para a não marcação do plural foram distribuídos em dois grupos, um grupo de fatores linguísticos, *forma verbal*, e outro extralinguístico, *gênero textual*.

Carvalho (2018) estudou a variável da concordância na terceira pessoa do plural a partir de entrevistas com 36 informantes naturais de Quirinópolis – GO de quatro faixas etárias - 14 a 30 anos; 31 a 45; 46 a 60 e acima de 60 anos - e três níveis de escolaridade - de 0 a 6 anos, de 7 a 11 anos e acima de 11 anos. A autora ressalta que, por mais que esta seja considerada uma comunidade urbana, há muitos traços característicos da ruralidade. A fala dos informantes mostrou 1.112 ocorrências de concordância verbal da terceira pessoa do plural em que 66.3% das ocorrências não foram realizadas conforme as regras gerais da norma padrão. Foram analisadas as variáveis linguísticas saliência fônica, realização e posição do sujeito, traço semântico do sujeito, material interveniente entre sujeito e verbo e tipo de verbo. De um ponto de vista social, a concordância padrão foi favorecida por informantes com maior nível de escolaridade, do sexo feminino e que fossem adultos.

Pissurno (2017) estudou o contexto do Português Moçambicano e como os contextos bilíngues e multilíngues do país influenciam a realização da concordância de terceira pessoa. O *corpus* foi gerado a partir da técnica de entrevista e faz parte de uma amostra elaborada e construída pela autora e sua orientadora, Professora Silvia Rodrigues Vieira, em pesquisa de campo realizada no período de 15 a 29 de setembro de 2016, em Maputo, Moçambique-África. Os resultados demonstraram que a concordância é uma regra semicategórica, em termos quantitativos, pois houve 96.8% de aplicação das marcas de número no *corpus*. Conforme a autora, a particularidade da situação multilíngue de Moçambique estabeleceria uma posição única para a variedade moçambicana, localizando-a em uma disposição entre as variedades europeias e brasileiras dentro de um *continuum* de padrões de concordância da Língua Portuguesa.

Benfica (2016) analisou o fenômeno concordância verbal em primeira e terceira pessoa do plural no português falado na cidade de Vitória – ES. Os dados foram coletados a partir da técnica de entrevista e foram analisados quanti-qualitativamente. Como resultados, a autora destacou que, nas variáveis observadas, a fala dos sujeitos difere da variante padrão, com maior ocorrência de concordância padrão na fala dos mais jovens e mais escolarizados. A marcação da concordância verbal foi de 90,4% dos casos de ocorrência verbal para a primeira pessoa e de 78,8% para a terceira pessoa. Dessa forma, a terceira pessoa apresentou menos concordância que a primeira. A autora afirmou que, em geral, as análises reforçam a ideia de que terceira pessoa e primeira pessoa do plural são variáveis dependentes distintas, o que foi

justificado, por três razões: índice de incidência na fala, percentual global de concordância e significado social de cada uma.

Castro (2016) investigou, por meio de uma análise quantitativa, o fenômeno da variação da concordância verbal na terceira pessoa do plural a partir de redações elaboradas por acadêmicos de Letras, da Universidade Federal de Rondônia, *campus* de Vilhena. Após análise, os resultados demonstraram que a marcação da concordância verbal, na terceira pessoa do plural, surge com maior frequência em construções linguísticas dentro dos padrões normativos quando a diferença entre a forma verbal singular e a forma verbal plural é mais perceptível. Como motivadores para os casos de não concordância encontrados no *corpus*, foram destacados a saliência fônica, sujeito em relação ao verbo, tipo de verbo, tipo de sujeito e material interveniente. A autora comprovou também que anos de escolarização contribuem para o processo de aquisição de um padrão linguístico propenso a apresentar progressivamente a marcação da concordância verbal.

Henrique (2016) analisou o processamento da concordância verbal variável no PB, ou seja, como os falantes reagem à marcação variável de número entre sujeito e verbo. Foram conduzidas três atividades experimentais com adultos falantes de PB, a técnica utilizada nas atividades foram, respectivamente, leitura automonitorada, produção eliciada por repetição e leitura automonitorada por meio de uma tarefa de labirinto. Os resultados comprovaram que os falantes com um maior grau de escolaridade classificaram as sentenças de concordância redundante e não redundante como opções gramaticais na língua e que uma maior distância entre sujeito e verbo pode contribuir para a não marcação de concordância.

Araujo (2014) buscou discutir a realidade sociolinguística do Brasil a partir da realização da concordância da terceira pessoa do plural na cidade de Feira de Santana- BA. Foram analisadas 48 entrevistas, 36 da norma popular (12 gravadas na zona rural e 24 na zona urbana) e 12 da norma culta urbana. Os resultados constataram que, além das contínuas mudanças ocorridas no Brasil a partir do século XX, ainda há uma bipolarização de normas no português falado em Feira de Santana. A fim de explicar a bipolarização, a autora afirma que as variedades populares do PB têm como característica uma redução na sua morfologia flexional que poderia estar relacionada a questões socio-históricas como o contato entre línguas, resultado da importação de uma enorme população de africanos escravizados por três séculos no Brasil que sofreram com um perverso sistema de exclusão social ao longo da história

brasileira. Dessa forma, para a autora, essas condições sociais foram significativas para a estrutura da língua portuguesa, o que deu origem a uma bipolarização de normas linguísticas no Brasil, em que um dos polos representa as variedades cultas e outro que abriga as variedades populares, marcadas por processos de redução na sua morfologia flexional como exposto anteriormente.

Barreto (2014) descreveu os padrões de concordância verbal no PE terceira pessoa do plural a fim de verificar se a regra da concordância de número seria variável ou categórica. Foi utilizada a técnica de entrevista, os entrevistados residiam em Oeiras, Cacém ou Funchal, todos municípios portugueses, e foram analisadas 18 entrevistas de cada uma das localidades. A autora chegou à conclusão de que há 2.2% de não marcação do plural, o que configurou a regra da concordância verbal de número no PE como semicategórica. Tanto quantitativa como qualitativamente, conforme a autora, os dados de não concordância – de praticamente todos os estratos sociais controlados – foram muito particulares e aconteceram em contextos específicos, como o caso de sujeitos pospostos, com referentes inanimados, representados na oração pelo pronome relativo “que”, com verbos de baixa saliência fônica, inacusativos ou copulativos, e, por vezes, influenciados pelo contexto fonético seguinte, iniciado por som vocálico ou nasal.

Santos (2013) descreveu a variável da concordância da terceira pessoa do plural na fala, a partir dos programas de rádio transmitidos em Belo Horizonte-MG. O resultado demonstrou que o fenômeno da variação linguística atingiu os meios de comunicação e que as variáveis independentes estruturais e sociais influenciam na escolha das variantes da variável dependente. Como variáveis independentes estruturais e sociais são mencionadas a saliência fônica, posição do sujeito em relação ao verbo, ambiente fonológico que sucede o verbo, estilo de fala, gênero⁸ do falante, função do falante no programa, programa radiofônico, idade, posição no mercado de trabalho e gênero do programa. Dessa forma, a realização ou não realização da concordância foi relacionada a fatores linguísticos e não linguísticos.

Silva (2013) estudou a concordância verbal na terceira pessoa do plural no português popular brasileiro de três comunidades, duas rurais (Cinzento e Morrinhos) e uma urbana (Poções) do interior do estado da Bahia. O *corpus* foi composto a partir de 12 entrevistas de cada uma das localidades, os entrevistados eram analfabetos ou

⁸ O termo gênero, nesse trabalho, é utilizado como um sinônimo de sexo biológico, por essa razão as possibilidades de gênero trabalhadas pela autora são masculino e feminino.

possuíam apenas a primeira etapa do ensino fundamental, todas as entrevistas foram conduzidas de maneira informal. Os resultados constataram que os homens tendem a fazer mais concordância do que as mulheres, os jovens e os adultos apresentaram números de realização de concordância semelhantes, mas tendem a efetuar mais concordância do que os idosos. O estudo também mostrou que o nível de escolarização pode favorecer o contato com outros grupos sociais e inserir na fala do informante um novo padrão mais próximo do português culto.

Santos (2013) analisou a escrita de menores em situação de vulnerabilidade social ligados a uma instituição filantrópica que acolhe pessoas com diferentes escolaridades e faixas etária, o *corpus* foi formado por produções escritas de 16 informantes. A autora também utilizou do *corpus* levantado em sua dissertação de mestrado, entrevistas que observavam a fala desses mesmos informantes, para estabelecer uma comparação entre a modalidade falada e a escrita. Como resultado, foi verificado que há variação entre ausência e presença de marcas de concordância verbal na escrita dos sujeitos e que essa variação é motivada por diversos fatores como a escolaridade, a distância entre sujeito e verbo, a natureza do sujeito e o paralelismo formal. Também foi observado que há semelhanças entre a fala e a escrita dos informantes a respeito da concordância variável.

Monte (2012) teve como objetivos descrever a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE e discutir o estatuto dessa variação nas duas variedades. Foi analisada a fala de 18 brasileiros residentes no mesmo município e 18 portugueses residentes do mesmo município, essas pessoas foram estratificadas em função do sexo e do nível de escolaridade. Os resultados mostraram que, no PB, houve 48,2% (686/1.422) de concordância verbal, o que configura o fenômeno como uma regra variável. Já no PE, houve 93,1% (1.340/1.440) de concordância verbal, o que configura o fenômeno como semicategórico. No PB, a não concordância foi motivada pelos seguintes fatores linguísticos e sociais: escolaridade, saliência fônica verbal, tipo estrutural do sujeito/SN, paralelismo formal no nível oracional, sexo, posição do sujeito/SN em relação ao verbo, traço semântico do sujeito/SN, tipo de verbo (verbo 'ser' *versus* outros verbos), distância entre o sujeito/SN e o verbo em número de sílabas e presença ou ausência do 'que' relativo ou complementizador. No PE, houve apenas seis motivadores de não concordância: posição do sujeito/SN em relação ao verbo, traço semântico do sujeito/SN, tipo estrutural do sujeito/SN, tipo de verbo (verbo 'ser' *versus* outros verbos), saliência fônica verbal e sexo.

Lima (2011) estudou estruturas que apresentam posposição do sujeito e sua influência no processo de concordância verbal em gêneros escritos de imprensa, entre 2008 e 2010. Como resultado, foi levantada a hipótese de que o sujeito posposto na escrita, assim como na fala, desfavorece a aplicação da regra padrão da concordância verbal.

Maia (2011) estudou a variação na concordância verbal com nomes coletivos em Fortaleza-CE, em dados de dois *corpora*: Português Oral Culto de Fortaleza (Porcufort) e Norma Popular de Fortaleza (Norpofof). Os resultados demonstraram que o fenômeno, nesses *corpora*, foi influenciado apenas por variáveis linguísticas e não houve influência significativa de questões sociais. Os fatores linguísticos observados foram o número do sintagma nominal encaixado no sujeito, tipo de verbo, saliência fônica e material interveniente entre sujeito e verbo.

Oliveira (2010) observou a concordância na fala e na escrita do noroeste paulista. Os *corpora* utilizados para a realização da pesquisa foram “O português falado no interior paulista: constituição de um banco de dados anotado para o seu estudo” (PROCESSO FAPESP 03/08058-6) pertencente a IBILCE/ UNESP e redações escolares de alunos do Ensino Fundamental I ao Ensino Médio. Os resultados demonstraram que a concordância verbal é uma regra variável tanto na escrita quanto na fala dessa comunidade. Como fatores linguísticos para a realização da variável, foram destacados a saliência, o paralelismo formal, a posição do sujeito e a estrutura do sujeito. Como fatores extralinguísticos, a faixa etária e o grau de escolaridade. Em ambas as modalidades, foram encontrados 85% de aplicação da regra.

Santos (2010) analisou a concordância verbal na fala de crianças e de adolescentes que viviam em entidades filantrópicas de Maceió - AL. Como resultados, a autora apresentou que há variação entre ausência e presença de marcas de concordância verbal na fala dos sujeitos e que essa variação é influenciada por fatores linguísticos e extralinguísticos. Como fatores linguísticos, são apresentados a posição do sujeito e o número de elementos entre o sujeito e o verbo, como fatores extralinguísticos são apresentados a escolaridade, o tempo de permanência na instituição e o local em que o informante vivia antes de ser acolhido pela instituição.

3.5.2 Trabalhos relacionados ao ensino de língua

Foram selecionados 9 trabalhos para esta categoria; dessa forma, foi observada uma predominância dos estudos descritivos sobre a concordância. As pesquisas a seguir ocuparam-se da relação concordância verbal variável e o ensino de línguas. A seção anterior também tem trabalhos relacionados com a educação que têm alunos como participantes de pesquisa, porém os trabalhos selecionados para esta seção tratam do contexto escolar de maneira mais específica, de um ponto de vista não apenas descritivo, mas educacional. Vale ressaltar que 5 dos trabalhos descritos nessa categoria foram desenvolvidos no contexto do mestrado profissional oferecido pelo programa nacional PROFLETRAS, que tem como pós-graduandos apenas professores ligados à educação pública em nível básico. Dessa forma, as pesquisas realizadas nesse programa são sempre ligadas à educação.

Ferminio (2017) objetivou investigar os grupos de fatores linguísticos e sociais que condicionam a variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural nas modalidades oral e escrita de alunos das séries finais do Ensino Fundamental da Rede Pública de Ensino de Florianópolis e Itajaí. O *corpus* foi constituído de produções escritas e entrevistas que estão disponíveis para pesquisas no Núcleo VARSUL (Variação Linguística da Região Sul do Brasil) da UFSC. Os resultados evidenciaram que a variável 'presença e localização do SN sujeito' possui forte influência no controle da concordância verbal em P6. A autora também ressalta a intrínseca relação entre os fatores posposição do sujeito, verbos inacusativos e traço [-humano] do sujeito com a não marcação de concordância verbal na terceira pessoa do plural.

Marques (2016) investigou como a concordância acontecia nas produções textuais do 8.º ano do Ensino Fundamental. Foram selecionados vinte e seis em duas turmas de 8.º ano de ensino fundamental, foi aplicado um questionário que teve o objetivo de traçar o perfil linguístico dos participantes e uma atividade escrita do gênero entrevista. Ambas produções foram analisadas em conjunto. A partir dos resultados observados, o autor desenvolveu uma intervenção pedagógica em que recomenda que o ensino de conteúdos prescritivos seja direcionado ao aluno de uma forma alternativa, contextualizada, interativa e social.

Alves (2015) analisou como os meios digitais podem ser utilizados para um melhor ensino do conteúdo de concordância verbal. A autora elaborou e aplicou uma sequência de atividades baseadas em uma gramática reflexiva para uma turma de 9.º

ano do Ensino Fundamental. O conceito de concordância verbal foi trabalhado com os alunos a partir dos estudos da Linguística Funcional e da Sociolinguística Variacionista. Nesse sentido, a autora discutiu o ensino de concordância dentro de uma proposta de análise linguística que alinhe gramática e linguística. Os resultados mostraram que o uso das tecnologias de informação e comunicação contribui satisfatoriamente como instrumento pedagógico para o estudo da língua.

Fonseca (2015) voltou-se para casos de concordância da terceira pessoa do plural em textos escritos de alunos do 9.º ano do Ensino Fundamental do Colégio da Polícia Militar Professor Magalhães Neto, na cidade de Jequié – BA. As produções escritas foram geradas a partir do desenvolvimento de três atividades de leitura e interpretação em que os alunos opinariam sobre três obras: o filme “2 filhos de Francisco”, uma charge em linguagem não verbal e a narrativa “História de amor” também em linguagem não verbal. Também foi aplicado um questionário para traçar o perfil dos 20 informantes. Os resultados mostraram que existe variável nos textos analisados, porém, das 339 ocorrências de concordância, 310 ocorreram da forma padrão. Foram classificadas como variáveis linguísticas para a concordância variável a realização e a posição do sujeito, a forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo e como variáveis extralinguísticas o sexo, a escolaridade da mãe e a renda familiar.

Nogueira (2015) investigou a variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos narrativos escritos por 20 alunos do 6.º e 7.º anos do Ensino Fundamental, na cidade de Monte Alto-BA. Os resultados concluíram que os alunos obtiveram êxito em relação à aprendizagem da concordância verbal, pois entenderam os objetivos da proposta, conseguiram relacionar o conteúdo estudado à língua em uso. Como fatores linguísticos que motivaram essa variação foram destacados realização e posição do sujeito, concordância nominal no sujeito, indicação do plural no SN sujeito, caracterização semântica do sujeito, tipos de verbo, saliência fônica e forma do último constituinte do SN sujeito que está antes do verbo. Do ponto de vista extralinguístico, a autora destacou sexo, renda familiar, acesso à web, acesso à leitura e monitoração discursiva.

Santos (2015) analisou a concordância verbal de 25 alunos do 9.º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública da rede municipal de Teresina – PI a partir de uma atividade diagnóstica sobre a concordância verbal. Como resultados, o autor pontua que os alunos apresentaram deficiências em quatro aspectos da concordância

verbal: relação entre o verbo e o sujeito ou núcleo do sujeito, sujeito formado por numerais/porcentagem e expressões de sentido quantitativo, concordância com o uso do verbo acompanhado do pronome *se* e a concordância formada quando há verbos impessoais.

Salomão (2015) analisou como a marcação ou não da concordância verbal e nominal poderiam ser sinalizadores da construção de identidade de dois grupos de estudantes ideologicamente distintos. Os grupos identitários, caracterizados como opostos, foram denominados *funkeiros* e *ecléticos*, o acompanhamento aconteceu por dois anos numa pesquisa de caráter etnográfico. O grupo dos funkeiros era formado por adolescentes que aparentavam não dar muito valor à instituição de ensino e se identificam com a cultura do *hip hop*, *funk* e *rap*. Os caracterizados como ecléticos, conforme a autora, gostavam de frequentar a escola, de fazer atividades extracurriculares e manifestavam uma preocupação maior com o ensino superior no futuro. A autora destaca que os estudantes se autodenominavam como pertencentes aos grupos. Os resultados mostraram que os processos variáveis de concordância nominal e verbal nesses grupos são parte de uma produção estilística ativa de diferenciação social.

Oliveira (2012) estudou a realização da concordância na fala de alunos do Ensino Fundamental de Ribeirão das Neves-MG. O *corpus* foi composto pela técnica de entrevista e contou com 20 informantes. Os resultados constataram que, entre os sujeitos entrevistados, a ausência das marcas de concordância verbal é recorrente. Como fatores linguísticos que motivam a variável da concordância, a autora destaca a constituição morfológica da forma verbal, o ambiente fonológico subsequente ao verbo, a posição e a distância do SN sujeito, a constituição do SN sujeito e o paralelismo formal. Já os fatores sociais encontrados foram o estilo de fala, o sexo, a idade, a classe social, o ano escolar e a repetência.

Almeida (2010) analisou a concordância verbal de terceira pessoa de plural na escrita do PB e do PE a partir de produções escritas de alunos do 9.º ano do Ensino Fundamental e 3.ª série do Ensino Médio, no Brasil, e 9.º e 12.º anos, em Portugal. Os resultados mostraram uma discrepância de 2.5% entre o comportamento dos alunos das escolas públicas e particulares, assim como entre os dos turnos da manhã e da noite, 3.1%, no PB.

O desenvolvimento desse estado da arte foi de grande importância para a realização desta pesquisa como um todo, pois possibilitou a resolução de algumas

questões sobre os estudos de concordância variável. Foram selecionadas 21 dissertações e 9 teses, o que mostrou que o tema tem sido preferido pelos pesquisadores em nível de mestrado. Dentre essas 21 dissertações, 5 foram realizadas no âmbito do mestrado profissional. Ficou evidente, como destacado anteriormente, que as pesquisas que relacionam diretamente o ensino de língua e a concordância verbal variável são predominantes nesse mesmo ambiente do mestrado profissional. Foi possível constatar, ainda, que, de maneira geral, os trabalhos que propuseram a descrição, majoritariamente estudaram a concordância verbal na modalidade da fala, enquanto os ligados ao ensino de línguas estudaram majoritariamente a modalidade escrita.

Dentre os fatores linguísticos que motivaram a concordância verbal variável, a maioria dos autores observou a saliência fônica e a posição do sujeito em relação ao verbo. Como fatores extralinguísticos, os mais citados foram sexo e escolaridade.

Também foi observado que são raros os estudos que fazem a relação entre crenças e atitudes linguísticas e concordância verbal. Há apenas um estudo que cita diretamente se ocupar das atitudes linguísticas.

4. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Como se faz uma pesquisa científica?

Eu acho que os cientistas pesquisam várias coisas no computador daí eles descobrem várias coisas novas misturando uma com as outras.

A., masculino, 7 anos.

Apresentam-se, neste capítulo, os encaminhamentos metodológicos adotados neste trabalho, o qual se situa no campo da Sociolinguística Educacional. A Sociolinguística, desde seus primórdios, tinha já como um de seus objetivos melhorar o desempenho escolar de crianças, o que motivou a nomenclatura da Sociolinguística Educacional enquanto uma área de estudos (BORTONI-ROCARDO; FREITAS, 2009). Desde então, esses estudos têm contribuído para maior efetividade no ensino de Língua Portuguesa como língua materna, principalmente no sentido de desconstruir o preconceito linguístico.

Nesta pesquisa, especificamente, as bases teóricas da Sociolinguística Educacional serviram para fundamentar as discussões sobre a variedade linguística na escola, bem como para analisar e refletir sobre os questionários respondidos por acadêmicos formandos em Letras. Trabalhos da Sociolinguística Variacionista também foram utilizados como apoio teórico, uma vez que, nessas pesquisas, fundamentaram-se as discussões sobre a concordância verbal e seus aspectos variáveis no Português Brasileiro e também sobre preconceito linguístico. Também estão presentes, neste trabalho, pressupostos teóricos dos estudos de Crenças e Atitudes Linguísticas.

O estudo desenvolve-se a partir de uma abordagem de natureza quanti-qualitativa. A pesquisa qualitativa é de grande importância para os estudos sobre o ensino em geral. Para Bortoni-Ricardo (2009), “é tarefa da pesquisa qualitativa em sala de aula construir e aperfeiçoar teorias sobre a organização social e cognitiva da vida em sala de aula que é contexto por excelência para a aprendizagem dos educandos” (BORTONI-RICARDO, 2009, p. 42). Dessa forma, ressalta-se a importância deste tipo de estudo para que o ensino de Língua Portuguesa, de maneira mais específica, possa estar em processo de renovação constante. Dada a natureza qualitativa desta pesquisa, propõe-se uma reflexão que qualifique os fenômenos observados nos *corpora*.

A metodologia quantitativa, por sua vez, Segundo Knechtel (2014), consiste numa modalidade de pesquisa em que parte de um problema humano ou social é composta por variáveis quantificadas. Nesta pesquisa, as questões objetivas respondidas no questionário de crenças e atitudes serão quantificadas em gráficos a fim de demonstrar os resultados da análise de maneira estatística.

Este trabalho se classifica como uma pesquisa exploratória, pelo fato de o objetivo geral não ser exatamente o de testar uma hipótese, mas o de realizar descobertas que proporcionem uma visão geral do fenômeno estudado. Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória tem como objetivo desenvolver, esclarecer e modificar ideias, relevando a familiaridade com o problema, para torná-lo mais claro e construir hipóteses que podem ser investigadas em estudos posteriores, o que constrói uma visão geral do fato.

Nesta pesquisa, serão utilizadas duas técnicas para coleta de dados e desenvolvimento do estudo proposto: a pesquisa bibliográfica e o questionário. A pesquisa bibliográfica tem seu desenvolvimento por meio de fontes constituídas por material elaborados posteriormente, como livros e artigos científicos. Na pesquisa bibliográfica, esses materiais são uma ferramenta importante no levantamento de dados e informações relacionados ao objeto de pesquisa (SEVERINO, 2007).

Neste trabalho, a pesquisa bibliográfica esteve presente no levantamento e discussão dos capítulos que fundamentam a teoria deste estudo, os capítulos 2 e 3, e também na coleta de teses da área das Ciências Sociais Aplicadas, que foram defendidas na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e na Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre os anos de 2016 e 2021.

Já o questionário “[...] é uma técnica bastante viável e pertinente para ser empregada quando se trata de problemas cujos objetos de pesquisa correspondem a questões de cunho empírico, envolvendo opinião, percepção, posicionamento e preferências dos pesquisados” (CHAER; DINIZ; RIBEIRO, 2011, p. 257). Como se objetiva verificar crenças e atitudes, a técnica do questionário foi a escolhida por ser de fácil aplicação, por poder alcançar maior número de sujeitos, poder ser feita em uma modalidade a distância e, também, como afirmado pelos autores, por ser pertinente para verificar posicionamentos e opiniões.

4.1 CONSTITUIÇÃO DOS *CORPORA* DE PESQUISA

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados dois *corpora* distintos: as teses ligadas à área das Ciências Sociais Aplicadas e os questionários respondidos por acadêmicos formandos em Letras.

4.1.1 Teses

As teses coletadas de programas de pós-graduação da área de Ciências Sociais Aplicadas da UEM e da UEL foram analisadas para verificar como ocorre a concordância verbal e se há variação em sua realização. A escolha dessas universidades ocorreu porque os locais em que estão situados seus *campi* sede, as cidades de Maringá e Londrina, são próximos e também representam um ponto de influência linguística para todo o estado do Paraná. Já a escolha do gênero tese justifica-se pelo fato de seus autores representarem, de certa forma, parte da elite intelectual, ou seja, usuários da língua considerados cultos. Também se destaca que esse gênero, de forma geral, passa por diversas revisões e reescritas antes de sua versão final, incluindo, muitas vezes, a revisão de um profissional de Letras, o que demonstra que, se encontradas variantes da concordância, é porque foram consideradas como pertencentes à norma culta. Optou-se pelos textos ligados aos cursos de Ciências Sociais Aplicadas por ser uma área das ciências não diretamente ligada ao campo da linguagem. O recorte temporal de 2016 a 2021 ocorreu por se tratar de um período recente, o que poderia dar um melhor panorama de como a concordância tem acontecido nesse gênero nos dias atuais.

Foram coletadas em torno de vinte mil palavras, o que resulta em aproximadamente quinhentas palavras por tese. A coleta ocorreu manualmente, evitando os trechos de introdução, considerações finais e capítulos teórico-metodológicos nos quais pode haver uma padronização devido ao gênero ou à ocorrência de muitas citações de outros autores. Os resultados foram analisados qualitativamente, com base nos pressupostos teórico-metodológicos definidos para o desenvolvimento do trabalho.

4.1.2 Questionário de Crenças e atitudes dos acadêmicos formandos em Letras

Para a geração do segundo *corpus*, foi desenvolvido um questionário com questões de múltipla escolha para verificar crenças e atitudes linguísticas de acadêmicos formandos em Letras. Dessa forma, o questionário engloba questões que tentam perceber tanto as crenças quanto as atitudes dos participantes em relação ao fenômeno da concordância variável.

As questões 1 e 2 dizem respeito à experiência dos acadêmicos com a Sociolinguística na graduação e como julgam a existência de variações na escrita. Na questão 3, são dispostas dez sentenças, todas com a concordância verbal variável. Foi solicitado aos acadêmicos que marcassem apenas os enunciados que, segundo seu julgamento, acreditassem estar corretos. As questões 4 e 5 dizem respeito às atitudes que os acadêmicos teriam em sala de aula ao se deparar com seus alunos reproduzindo as variáveis da concordância na fala e na escrita. A questão 6 observa qual é a importância de se trabalhar com exemplos de variáveis da concordância para o acadêmico. As questões 7 e 8 apontam para as crenças dos acadêmicos sobre os indivíduos que realizam as variáveis da concordância e sobre o fenômeno em si. Após a aplicação e resposta das primeiras 8 perguntas em meio *on-line*, para complementar a investigação, foi aplicada uma última questão presencialmente com o apoio do professor regente da turma, o Prof. Dr. Flávio Brandão Silva. A resposta para a questão 9 foi redigida a mão de maneira aberta, para que os acadêmicos pudessem demonstrar suas crenças e atitudes de maneira mais específica. O quadro a seguir demonstra o questionário aplicado.

Quadro 5 – Questionário de crenças e atitudes linguísticas aplicado aos acadêmicos de Letras.

Questão 1 - Assinale a alternativa que melhor reflete a sua experiência com a teoria Sociolinguística durante a graduação.

- a) Durante a graduação houve uma disciplina específica para a Sociolinguística, na qual foram estudadas suas vertentes e aplicabilidades na licenciatura.
- b) A teoria Sociolinguística foi abordada como um conteúdo de uma das disciplinas de Linguística.
- c) Apesar de não ter cursado uma disciplina de Sociolinguística específica, as abordagens desta ciência estiveram presentes durante todo o meu processo de formação docente em todas ou na maioria das disciplinas.
- d) Houve menção à teoria Sociolinguística em algumas disciplinas.
- e) Nunca tive contato com a Sociolinguística durante a minha graduação.

Questão 2 - Na sua opinião, na escrita, podem ocorrer variação linguística e fenômenos variáveis em geral?

- a) Não, a escrita deve sempre seguir todos os padrões impostos pela gramática tradicional por mais que a fala permita variações.
- b) Todas as manifestações linguísticas devem seguir as prescrições da gramática tradicional.
- c) A escrita, ao contrário da fala, caracteriza-se por uma estabilidade absoluta que não permite variações.
- d) Sim, mas apenas a escrita em contextos informais em gêneros em que a forma não é tão relevante.
- e) A escrita, enquanto parte da língua, indubitavelmente sofre variação.
- f) Sim, a escrita, apesar de ter uma estabilidade muito maior que a fala, também está sujeita a variações nos mais diversos gêneros.

Questão 3 - Analise a concordância dos enunciados a seguir e selecione os que você considerar como certos, ignore os que você considerar errados.

- a. Até 50% dos casos não vai a julgamento.
- b. Seguiria em frente o esposo e sua esposa.
- c. Aqueles que faltou deve justificar.
- d. A multidão de manifestantes ultrapassaram o número previsto.
- e. Precisam-se de ajudantes.
- f. Pareceu, por um segundo, que as coisas ia melhorar.
- g. Durante o evento, houveram diversas palestras sobre variação.
- h. Vende-se casas.
- i. A gente vamos levando enquanto dá.
- j. Assim que concordaram a maioria, foi suspensa a reunião.
- k. Somos nós quem arquitetou essas melhorias.
- l. Elas anda meio cabisbaixa mesmo nos últimos tempos.
- m. Foi comprovada a eficácia e a eficiência da vacina a partir de estudos diversos realizados pelo mundo todo.
- n. Eles canta muito bonito, os dois irmãos, desde pequenos.

Questão 4 - Suponha que, em uma de suas aulas, você ouça um aluno ou aluna dizer a outro a seguinte frase: “A gente vamos ver ainda pra onde vai mais tarde.” O que você faria ou como responderia?

- a) Diria que há uma construção não adequada para alguns contextos formais, como a escrita de determinados gêneros que exigem registro formal.
- b) Aproveitaria a oportunidade para falar sobre variação linguística.
- c) Explicaria que o correto é se falar “nós vamos” ou “a gente vai”.
- d) Não me manifestaria.

Questão 5 - E se um aluno ou aluna utilizasse a seguinte construção: “Passava, apesar da repressão política, manifestantes contrários ao governo”, durante um texto escrito, por exemplo, qual seria a sua atitude?

- a) Diria que há uma construção não adequada para alguns contextos formais, como a escrita de determinados gêneros que exigem registro formal.
- b) Aproveitaria a oportunidade para falar sobre variação linguística.
- c) Explicaria que há um erro de concordância nesse período.
- d) Não me manifestaria.

Questão 6 - Na sua opinião, é importante trabalhar com frases semelhantes às das questões 4 e 5 em sala de aula?

- a) Apenas a frase da questão 5 em que não há erro de concordância.
- b) Apenas a frase da questão 4 por indicar uma variedade específica.

- c) Sim, ambas indicam uma variação linguística comum no Brasil.
- d) Sim, pois fazem parte de um dialeto específico do aluno que deve ser estudado e entendido por ele.
- e) Não, pois se trata de uma forma agramatical.
- f) Não, ambas retratam uma variante desprestigiada.

Questão 7 - Em sua opinião, a ocorrência da concordância verbal variável pode ser um obstáculo para a aprendizagem de Língua Portuguesa?

- a) Sim, pois o costume de falar errado pode influenciar a escrever errado.
- b) Sim, pois essa forma de falar e escrever é desprestigiada socialmente.
- c) É muito necessário para que o professor possa corrigir erros da fala e da escrita que acontecem por causa dessa variante.
- d) O aluno já utiliza essas construções naturalmente, portanto não é tão necessário falar desse fenômeno variável.
- e) Não, pois o aluno necessita aprender e ser capaz de falar e escrever em variedades distintas.
- f) Não, porque o fato de o aluno ter a sua própria variedade não o impede de aprender outras.

Questão 8 - Marque a alternativa que melhor descreve a sua opinião sobre o emprego de formas de concordância em sua fala e escrita que são diferentes das formas prescritas na gramática normativa.

- a) Essa é uma variante muito desprestigiada e pertence às pessoas sem estudo.
- b) Esse tipo de variação incentiva seus falantes a cometerem erros gramaticais.
- c) A comunicação não é prejudicada por essas variantes, apesar de serem muito estigmatizadas.
- d) É uma variante que é muito utilizada no Português Brasileiro e que está presente em diversas classes sociais, falada por pessoas de níveis de escolaridade diferentes.
- e) É uma variante que deve ser aceita amplamente na fala, porém na escrita, principalmente nos textos de maior formalidade, deve ser evitada.
- f) Essa variante faz parte de uma variedade que tem o seu valor, no entanto não cabe nos espaços mais formais de uso da língua, tanto na fala quanto na escrita.

Questão 9 – Você considera a concordância verbal um fenômeno variável do Português Brasileiro na fala e na escrita? Por quê?

Fonte: elaboração da autora.

O questionário foi desenvolvido na plataforma *Google* Formulários e enviado aos acadêmicos participantes por e-mail, com a colaboração do colegiado do curso. Juntamente com os questionários, inserido no próprio formulário, foi enviado um termo de consentimento e livre esclarecimento em que os participantes de pesquisa puderam marcar se concordam ou não em participar da pesquisa após leitura do termo. A questão 9 foi aplicada durante a disciplina de Linguística II, ministrada pelo docente responsável. Nenhum participante foi identificado no decorrer da pesquisa. As respostas foram analisadas em um aspecto quantitativo e qualitativo, de modo a

refletir as crenças e atitudes dos participantes da pesquisa, em relação à variação linguística e sua abordagem no ensino de língua materna.

Para a análise presente neste texto, foram coletadas trinta respostas para as perguntas de 1 a 8 e 23 respostas para a questão 9. Os resultados serão quantificados a partir de gráficos e analisados qualitativamente, com base nos pressupostos teórico-metodológicos definidos para o desenvolvimento do trabalho.

4.2 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Conforme as normas de pesquisa desta instituição, todas as pesquisas que de alguma forma envolvam seres-humanos devem ser submetidas ao trâmite e aprovação por comitê de ética. Por isso, já que o segundo *corpus* foi gerado a partir da técnica de questionário que foi respondido por acadêmicos, destaca-se que o projeto de pesquisa, bem como o questionário proposto para a realização deste trabalho foram devidamente submetidos e aprovados pelo comitê de ética da Universidade Estadual de Maringá a partir do parecer 5.028.874.

É importante ressaltar, ainda, que todos os acadêmicos que participaram da pesquisa receberam um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento que foi encaminhado juntamente com o questionário e permitiram, assim, que suas respostas fossem utilizadas pela pesquisadora para o desenvolvimento deste trabalho, desde que não tivessem seu nome e demais informações pessoais reveladas.

5. ANÁLISE, RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para você o que é escrever e falar errado?

Escrever errado é quando eu tenho que apagar e fazer de novo e se eu errar de novo, eu vou ter que fazer de novo e se eu não conseguir eu preciso de ajuda então. Falar errado é quando eu falo alguma coisa e alguém me corrige.

A.L, feminino, 7 anos.

Neste capítulo, apresentam-se as análises e são discutidos os seus resultados. A análise está dividida em dois subcapítulos, um para cada um dos *corpora* presente. No primeiro, são discutidos os resultados da análise das teses e, no segundo, os resultados da análise dos questionários.

5.1 TESES DE DOUTORADO DA ÁREA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Conforme descrito no capítulo metodológico, as teses foram coletadas dos *sites* dos programas de pós-graduação em ciências sociais aplicadas da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina, totalizando quarenta teses na amostra. A escolha de dois programas para a geração da amostra aconteceu pelo fato de que, em ambos os programas, há teses que foram escritas em Língua Inglesa, portanto, para abranger o período de 2017 a 2021, foi necessária a coleta em dois programas distintos.

A coleta ocorreu de modo a evitar as seções de introdução e considerações finais, pois, pelo gênero, nessas seções há uma uniformidade entre os textos que pode não demonstrar a real escrita do autor. Também foram evitadas as seções de fundamentação teórica em que há a presença de citações de outros autores, o que poderia interferir na veracidade da análise. Por essas razões, foram coletadas em torno de 500 palavras de cada uma das teses, respeitando os períodos do texto, ou seja, foram coletados períodos inteiros, por isso alguns excederam as 500 palavras. Nesta amostra, portanto, o total foi de aproximadamente quarenta mil palavras.

Nesse momento, as ocorrências de variável na concordância serão chamadas de erros, pois o gênero tese, por ser extremamente formal e estar situado na esfera acadêmica, não permite a utilização de outra norma que não a padrão. Nesse sentido, os fenômenos que não se enquadram na norma padrão na escrita do gênero tese são

considerados erros⁹. Foram encontradas dez ocorrências de erro em oito períodos no que diz respeito à concordância verbal de número de terceira pessoa. A seguir, dispõem-se essas ocorrências, destacando-se, em *itálico*, os núcleos de seus sujeitos e, em **negrito**, os verbos:

(1) Conforme pode ser visto a *participação* dos repasses do IPVA **são** residuais para os municípios, sobretudo para as pequenas unidades onde os valores médios não correspondiam a 1,00% do total arrecadado.

(2) Tais afirmativas me levaram entender que a *maioria* de seus moradores professa a religião evangélica e, por isso, não **professam** nem a fé católica, nem as religiosidades ancestrais (a não ser em datas em que **são convidados** a relembrar, como por exemplo, apresentações culturais nas cidades de Guarapuava, Reserva do Iguaçu e Pinhão).

(3) Na reunião, os *moradores* do quilombo em conjunto com o *Conselho de Anciãos* **decidiu** prestar uma homenagem a este morador por meio de uma oração.

(4) De acordo com o entrevistado, outras características da transação com a cooperativa são: a menor *flutuação* de preços, que tradicionalmente **afetam** esse mercado devido à sazonalidade [...]

(5) Como mecanismos de proteção ex-post, na mesma linha proposta por Barzel, (2001), observa-se que a *utilização* de mecanismos legais **podem** ser utilizados, constituindo-se¹⁰ nos múltiplos mecanismos identificados por Barzel (2005).

(6) A *divisão* historicamente existente e perpetuada nestas instituições¹¹, entre temas agrícolas e sociais, reflete não somente características conservadoras destas instituições mas, **refletem** sobretudo, construções e orientações do modelo de gestão brasileiro para ATER [...] ¹²

⁹ A tese é um gênero muito formal que não permite o desvio da norma padrão. Nesse sentido, fica esclarecido que erro, neste trabalho, representou o que não está de acordo com a norma padrão e, portanto, não adequado ao gênero tese no que diz respeito à concordância verbal de número de terceira pessoa.

¹⁰ Segue a grafia da fonte.

¹¹ Segue a grafia da fonte.

¹² Período na íntegra: A divisão historicamente existente e perpetuada nestas instituições¹², entre temas agrícolas e sociais, reflete não somente características conservadoras destas instituições mas, refletem sobretudo, construções e orientações do modelo de gestão brasileiro para ATER que mesmo apresentando traços de mudanças, continuam a seguir a lógica neoliberal para políticas sociais, materializados na operacionalização de programas de característica assistencialistas (segue grafia da fonte) e de políticas compensatórias para população empobrecida do campo.

(7) [...]que as *restrições* decorrentes da obrigatoriedade de frequência das séries finais do ensino fundamental e das três do ensino médio em escola pública **impediria** uma parcela de negros de usufruírem da cota a eles reservada [...]¹³

(8) Nesse processo **reaparece** em Yazbek *tendências* presentes em outros autores analisados que **envolve** a transformação do Estado [...]¹⁴

Em (1), o erro acontece pela não concordância entre o verbo “são” conjugado na terceira pessoa do plural e o sujeito simples “a *participação* dos repasses do IPVA”, que tem como núcleo “participação”. Por se tratar de um sujeito simples, a única conjugação possível, conforme a norma padrão, seria uma conjugação singular, no entanto, no período, ocorre o plural. Esse erro aconteceu pela influência do adjunto adnominal “dos repasses do IPVA” em que a palavra “repasses” encontra-se no plural. Dada a maior proximidade do verbo com o adjunto do que com o núcleo do sujeito, o verbo foi conjugado na terceira pessoa do plural para fazer a concordância com “repasses”.

Em (2), não fica claro se o autor quis concordar o verbo “professam” e a locução verbal “são convidados” com “maioria” ou “moradores”. Considerando que o núcleo do sujeito seja “maioria” e “dos moradores” um adjunto adnominal, o correto, conforme a norma padrão, seria concordar o verbo com o núcleo de seu sujeito simples. Também por anteriormente o verbo ser utilizado no singular, dá a entender que a intenção foi a de concordar “professam” com o sujeito simples “maioria”, porque é afirmado que a maioria professa uma fé e não professa outra, com apoio num ponto de vista semântico, é possível que a intenção do autor tenha sido a de que o sujeito

¹³ Período na íntegra: Na questão de concorrer ou não pelas cotas raciais, identificamos, por meio desta pesquisa, como principais fatores de definição desta decisão: I – a compreensão de como funciona o sistema de cotas e que, em nenhuma hipótese é desvantajoso para o candidato, que preencha os requisitos de inscrição, concorrer por um dos sistemas de cotas a que tenha direito; II – que as restrições decorrentes da obrigatoriedade de frequência das séries finais do ensino fundamental e das três do ensino médio em escola pública impediria uma parcela de negros de usufruírem da cota a eles reservada; III – Identificação da possibilidade de concorrer pelo sistema de cotas como um direito legítimo e não como um privilégio ou o ingresso pelo sistema como menos respeitável, por se tratar de uma forma de “entrar pela porta dos fundos”; IV – Dúvidas dos que se identificam como pardos, se terão sua inscrição homologada pela Comissão de Verificação (heteroidentificação).

¹⁴ Período na íntegra: Nesse processo reaparece em Yazbek tendências presentes em outros autores analisados que envolve a transformação do Estado, de mediação determinada fundamentalmente pelo movimento do capital, em sujeito com vontade própria, com a autonomia relativa, mais uma vez, transformando-se em uma forma de autonomia absoluta: Quando a tendência do tratamento da mediação Estado como se fosse sujeito com autonomia absoluta em relação às classes sociais básicas da sociedade é atenuada, a análise cai no polo oposto, a que se aproxima da formulação de ‘Estado instrumento’.

dos dois verbos fosse “maioria”. O plural no verbo “processam” pode ter levado a um paralelismo com a locução verbal “são convidados”. De um ponto de vista semântico, a locução “são convidados” não parece se relacionar com o núcleo do sujeito simples “maioria”; porém, de um ponto de vista sintático, não há outro sujeito possível.

Em (3), mostra-se um sujeito composto com os núcleos “moradores” e “Conselho de Anciãos”, contudo, o verbo que segue “decidiu” não concorda com os núcleos porque foi conjugado no singular. Conforme a norma padrão, o sujeito composto deveria ser conjugado no plural, mesmo que um dos núcleos do sujeito seja singular, o que não aconteceu. O erro, nesse contexto, foi motivado pela posição do verbo, pois, em razão de o verbo estar mais próximo do núcleo “Conselho de Anciãos”, a concordância foi realizada apenas com este núcleo. Há, ainda, uma influência semântica por o termo “Conselho de Anciãos” apresentar mais importância dentro do significado do texto. Conforme alguns gramáticos, como Bechara (2009) e Rocha-Lima (2011), esse seria considerado um caso especial em que a concordância é opcional entre o plural ou o singular para o núcleo do sujeito mais próximo. Como os casos especiais não são baseados nas regras gerais da concordância, não são unanimidades na norma padrão e variam conforme as opiniões de diferentes gramáticos, optou-se por classificar este caso como erro.

Em (4), assim como em (1), a maior proximidade do verbo com o adjunto adnominal “preços” do que com o núcleo do sujeito simples “flutuação” influencia a não concordância com o verbo conjugado no plural “afetam”. Destaca-se, ainda, a interferência semântica, uma vez que os preços mencionados pelo autor, frutos de uma flutuação, afetariam o mercado mencionado. Os mesmos movimentos ocorrem no período (5).

Em (6), a concordância não ocorre por motivações parecidas com os dos períodos (1), (4) e (5). Contudo destaca-se um não paralelismo do autor em relação à concordância do verbo “refletir” que deveria concordar com o núcleo do sujeito “divisão”. Na conjugação do verbo refletir que se encontra mais próxima ao núcleo do sujeito, a concordância ocorre pela conjugação do verbo na terceira pessoa do singular “reflete”; já quase no final do período em que há uma distância considerável entre núcleo do sujeito e verbo, a concordância se dá com o objeto direto, mais próximo, “características conservadoras dessas instituições”.

Em (7), a não concordância ocorre por motivo semelhante aos dos períodos, (1), (4), (5) e (6), o distanciamento entre o núcleo do sujeito e o verbo. Porém, nesse

caso específico, diferentemente das ocorrências anteriores, há um núcleo do sujeito plural, “restrições” e um verbo conjugado na terceira pessoa do singular “impediria”. Acredita-se que a intenção do autor foi a de concordar o verbo com o termo sintático mais próximo, o objeto direto “uma parcela de negros”.

Em (8), o sujeito do verbo “reaparece” encontra-se posposto em relação ao primeiro verbo, o que não favorece a concordância no PB (CASTILHO, 2010). O sujeito do verbo “envolve” é o pronome relativo “que”, conforme a norma da gramática tradicional, nos casos em que o pronome relativo é o sujeito, o verbo deve concordar com o termo referenciado pelo pronome, no caso, a palavra “tendências”, mesmo núcleo do sujeito do verbo “reaparece”. Os erros ocorrem porque o núcleo do sujeito “tendências” encontra-se no plural, enquanto os verbos “reaparece” e “envolve” estão conjugados no singular. Conforme Castilho (2010), a tendência da concordância entre verbos que se relacionam com um mesmo núcleo do sujeito é que ocorra um paralelismo. Ou seja, visto que o primeiro verbo está conjugado no singular, é mais provável que o segundo também esteja, exatamente como acontece nesse período.

Todos os erros observados ocorreram motivados sintaticamente por uma questão do posicionamento do verbo. Na maioria dos casos observados, o verbo concorda com o termo mais próximo exceto em (8) em que o sujeito está posposto e o verbo não estabelece concordância com nenhum termo. Em (1), (2), (4) e (5), esse termo é o adjunto adnominal; em (3), esse termo é um dos núcleos do sujeito composto e em (6), (7) objeto direto. Dessa forma, até o presente momento, a posição do sujeito foi um grande motivador sintático para a variável da concordância no *corpus* analisado de um ponto de vista sintático. É importante destacar que o fator semântico também foi um motivador dos erros, principalmente nas ocorrências em que o núcleo do sujeito era um coletivo, ou que, semanticamente, aquele que pratica a ação demonstrada pelo verbo fosse outro termo sintático que não o núcleo do sujeito.

Os períodos (2) e (3) foram encontrados no mesmo texto e os períodos (2) e (8) continham duas ocorrências cada, ou seja, dos quarenta recortes analisados na amostra, apenas sete continham erro de concordância. O número dos textos que continha erro representa, portanto, 17,5% dos recortes analisados. Essa porcentagem pode ser considerada baixa, mas significativa, pois demonstra que o gênero tese permanece enrijecido na formalidade da esfera acadêmica. O fato de todos os erros possuírem a mesma motivação sintática pode demonstrar que esse tipo de variável

da concordância seja mais aceita na norma culta escrita do que outras. No entanto, é difícil fazer tal afirmação diante da baixa ocorrência de variável.

A escrita, pelo que os dados levantados sugerem, parece manter-se mais conservadora do que a fala e, por essa razão, menos produtiva quanto ao processo de variação. Nesse sentido, a ocorrência, mesmo que baixa, de casos de concordância que não seguem rigidamente as prescrições em um gênero tão conservador sugere variação.

5.2 QUESTIONÁRIOS DOS ACADÊMICOS: QUESTÕES OBJETIVAS

O questionário objetivo, questões de 1 a 8, obteve trinta respostas, porém três respostas tiveram que ser desconsideradas porque os acadêmicos não se encaixavam no perfil da pesquisa.

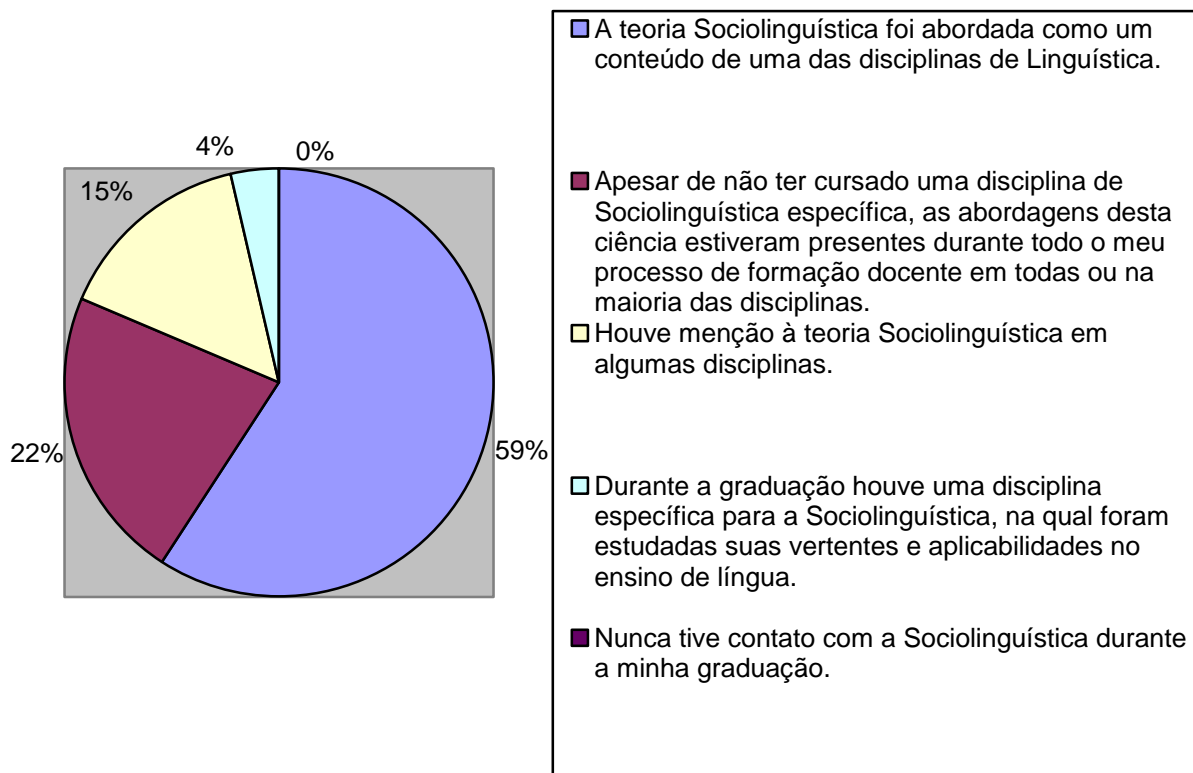
Após passar por uma questão de identificação de perfil e pelo TCLE, os acadêmicos foram direcionados para as questões. Distribuiu-se cada uma das questões em subseções para que a abordagem de cada uma pudesse ser mais clara.

5.2.1 Questão 1

O objetivo da elaboração dessa questão foi o de verificar qual era a experiência dos acadêmicos com a Sociolinguística, esperava-se que a maioria afirmasse, pelo menos, conhecer a teoria. O gráfico 1 mostra a relação das respostas para a questão 1.

Gráfico 1- Respostas à questão 1:

Assinale a alternativa que melhor reflete a sua experiência com a teoria Sociolinguística durante a graduação.



Fonte: elaboração da autora.

A maioria dos acadêmicos, 59%, optou pela alternativa “A teoria Sociolinguística foi abordada como um conteúdo de uma das disciplinas de Linguística”. Isso já era esperado, uma vez que é o mais condizente com a grade curricular do curso em que os acadêmicos estão matriculados. Em seguida, a segunda maior parte, 22 %, escolheu a alternativa “Apesar de não ter cursado uma disciplina de Sociolinguística específica, as abordagens desta ciência estiveram presentes durante todo o meu processo de formação docente em todas ou na maioria das disciplinas”. Esse seria um cenário ideal do ponto de vista da Pedagogia da Variação, porque a variação estaria presente em todas ou, pelo menos, na maioria das disciplinas de modo a promover um processo de análise linguística constante que é tão necessário à vivência do professor. 15% escolheram a alternativa “Houve menção à teoria Sociolinguística em algumas disciplinas”. Essa parcela demonstra uma formação em Sociolinguística mais vaga do que a maioria dos acadêmicos, porque a

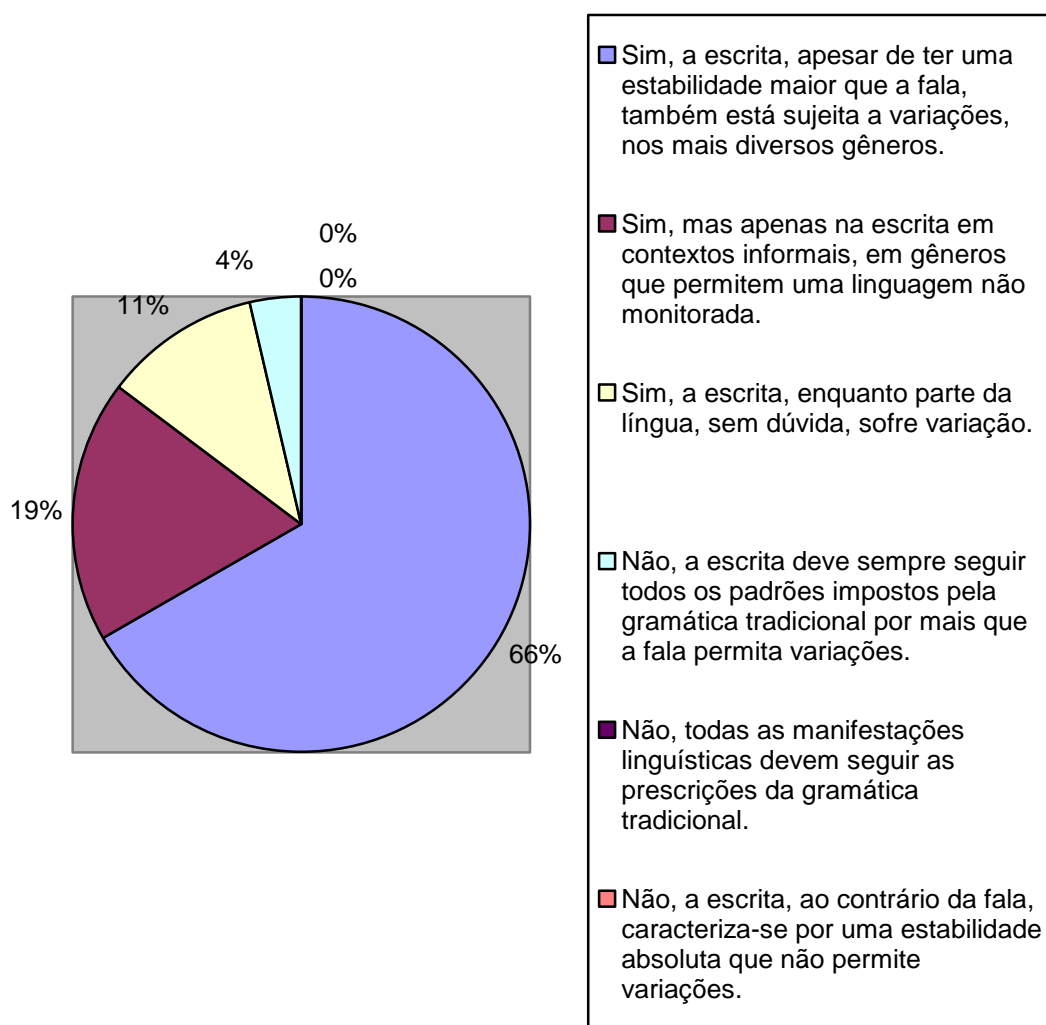
menção não infere uma abordagem profunda. Por fim, 4% dos acadêmicos afirmaram que houve uma disciplina específica apenas para tratar das questões de Sociolinguística. A alternativa “Nunca tive contato com a Sociolinguística durante a minha graduação” não foi escolhida por nenhum dos acadêmicos. Esse é um dado significativo, que leva a inferir que esses acadêmicos, em alguma medida, podem adotar uma postura menos conservadora a respeito da língua. É um grande passo que todos conheçam a teoria.

5.2.2 Questão 2

O objetivo dessa questão foi o de verificar se os acadêmicos acham a variação possível no contexto da escrita, esperava-se, baseado na questão anterior, que a maioria votasse afirmativamente. O gráfico a seguir demonstra o esquema de respostas da questão 2:

Gráfico 2- Respostas à questão 2:

Na sua opinião, na escrita, podem ocorrer variação linguística e fenômenos variáveis em geral?



Fonte: elaboração da autora.

Como era esperado, a maioria afirmou que sim: a escrita está sujeita à variação, porém as justificativas foram variadas. Mais da metade, 66%, afirmou que “Sim, a escrita, apesar de ter uma estabilidade muito maior que a fala, também está sujeita a variações nos mais diversos gêneros”. 19% escolheram a alternativa “Sim, mas apenas a escrita em contextos informais em gêneros em que a forma não é tão relevante”, relacionaram, assim, a variação da escrita à informalidade. 11%

escolheram a opção “A escrita, enquanto parte da língua, indubitavelmente sofre variação”.

Quanto aos acadêmicos que manifestaram que a escrita não pode sofrer variação, apenas uma das opções negativas foi escolhida. 4% escolheram a alternativa “Não, a escrita deve sempre seguir todos os padrões impostos pela gramática tradicional por mais que a fala permita variações”.

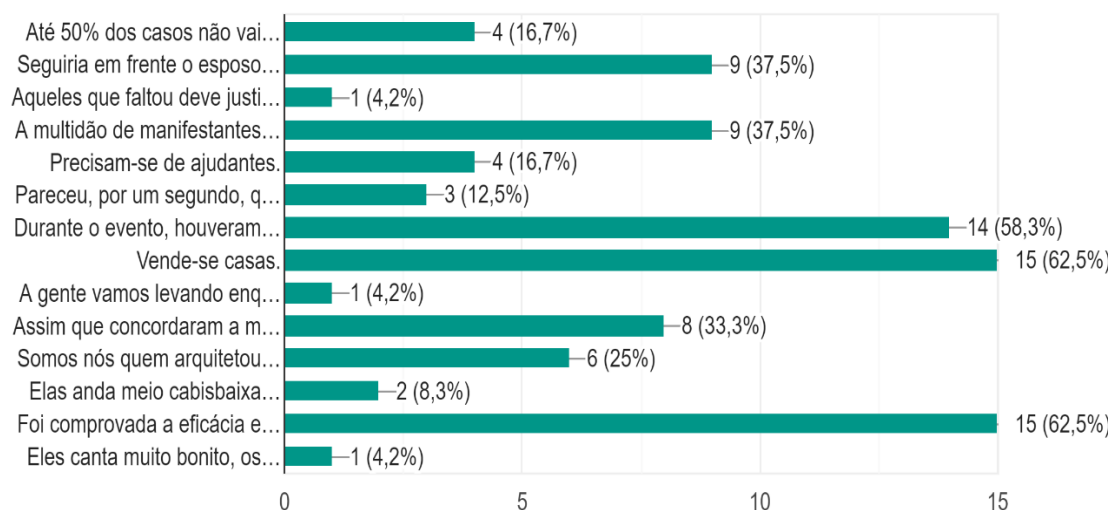
As respostas a essa segunda questão refletem as respostas da primeira, as crenças demonstram que os acadêmicos possuem uma base nos estudos Sociolinguísticos. Mesmo os que afirmaram que a escrita não varia, optaram por fazê-lo na opção que reconhecia que a variação é uma realidade ao menos na fala.

5.2.3 Questão 3

Essa questão teve uma dinâmica diferente das anteriores, pois, em vez de escolher apenas uma opção, os acadêmicos foram convidados a marcar todas as alternativas que, conforme as suas crenças, fossem corretas. Todas as questões, com a exceção de “Somos nós quem arquitetou essas melhorias”, continham, conforme a norma padrão, ao menos um erro relacionado à concordância. E mesmo a alternativa que não continha erro está colocada como um caso especial. O gráfico 3 mostra as respostas dessa questão.

Gráfico 3- Respostas à questão 3.

Analise a concordância dos enunciados a seguir e selecione os que você considerar como certos, ignore os que você considerar errados.



Fonte: Elaboração da autora.

Essa questão recebeu vinte e quatro respostas, o que demonstra que três acadêmicos consideraram todas as sentenças erradas, por isso não as assinalaram.. É notável que as alternativas mais votadas como corretas são aquelas cuja variável da concordância não é descrita de forma estereotipada, o que demonstra que os acadêmicos consideram erradas as frases não relacionadas à norma culta e corretas as que são mais aceitas nessa norma. É importante ressaltar que, nesse ponto, não se defende que nenhuma das sentenças utilizadas como exemplo seja tratada como correta de um ponto de vista da norma padrão em sala de aula. Apenas se destaca o fato de que, nas crenças dos acadêmicos, o que foi percebido como erro são as construções relacionadas aos traços descontínuos (BORTONI-RICARDO, 2005).

Também foi levantada a hipótese de que as sentenças mais consideradas como erradas seriam as que são mais características das situações informais. É possível afirmar que houve essa influência, mas que não foi completamente decisiva para todos os casos. O quadro a seguir ordena as alternativas das consideradas mais formais para as menos formais, e constata como as formais foram mais creditadas como corretas, enquanto as menos formais foram mais creditadas como erradas. Conforme Vieira (2019), “consoante o suposto grau de letramento ou de

formalidade atribuídos ao gênero textual em questão, maior é o uso da variante considerada de prestígio” (VIEIRA, 2019, p. 253). Nesse sentido, essa ordem de formalidade foi feita a partir do assunto tratado nas sentenças, de forma a relacionar os assuntos que seriam mais comuns aos gêneros mais formais e os assuntos que seriam mais comuns aos gêneros informais.

Quadro 6 – Sentenças da questão 3 por ordem de formalidade

Sentenças ordenadas por grau de formalidade	Número de votos como correta	Percentual de votos
1.Foi comprovada a eficácia e a eficiência da vacina a partir de estudos diversos realizados pelo mundo todo.	15	62,5%
2.Assim que concordaram a maioria, foi suspensa a reunião.	8	33,3%
3.Até 50% dos casos não vai a julgamento.	4	16,7%
4.Durante o evento, houveram diversas palestras sobre variação.	14	58,3%
5. A multidão de manifestantes ultrapassaram o número previsto.	9	37,5%
6.Somos nós quem arquitetou essas melhorias.	6	25%
7.Seguiria em frente o esposo e sua esposa.	9	37,5%
8.Vende-se casas.	15	62,5%
9.Precisam-se de ajudantes.	4	16,7%
10.Aqueles que faltou deve justificar.	1	4,2%
11. Pareceu, por um segundo, que as coisas ia melhorar.	3	12,5%
12Elas anda meio cabisbaixa mesmo nos últimos tempos.	2	8,3%
13. Eles canta muito bonito, os dois irmãos, desde pequenos.	1	4,2%
14.A gente vamos levando enquanto dá.	1	4,2%

Fonte: elaboração da autora.

Dentre as sentenças, algumas se destacaram por receber um alto número de votos como corretas: “Vende-se casas”, em que o sujeito está posposto e não concorda com o verbo; “Foi comprovada a eficácia e a eficiência da vacina a partir de estudos diversos realizados pelo mundo todo”, em que há sujeito composto sem a concordância do verbo, que está no singular, destaca-se, ainda, que o sujeito está posposto, o que favorece a não concordância. E “Durante o evento, houveram diversas palestras sobre variação”, em que a impessoalidade do verbo “haver” não foi respeitada. Essas sentenças receberam quinze, quinze e quatorze votos, respectivamente. Por isso, foram as mais creditadas enquanto corretas, mais da metade dos acadêmicos as considerou dessa forma. Todos esses períodos podem ser classificados como formas não estigmatizadas socialmente, por isso não percebidas como erradas conforme a gramática tradicional.

Também obtiveram um número alto e parecido de votos as sentenças “Seguiria em frente o esposo e sua esposa”, em que o sujeito composto está posposto e não concorda com o verbo, “A multidão de manifestantes ultrapassaram o número previsto”, em que o núcleo do sujeito simples passa a ideia de número plural, e “Assim que concordaram a maioria, foi suspensa a reunião”, em que ocorre variação pelo mesmo motivo do anterior com o adicional de que o sujeito está posposto. Foram nove, nove e oito votos, respectivamente. Essas construções também não são estigmatizadas e já foram encontradas de maneira parecida, por exemplo, em textos jornalísticos (BRANDÃO-SILVA; ALMEIDA-BARONAS, 2019).

As sentenças “Até 50% dos casos não vai a julgamento”, em que o verbo não concorda com o sujeito simples, “Precisam-se de ajudantes”, em que o sujeito é indeterminado e o verbo deveria aparecer no singular, e “Somos nós quem arquitetou essas melhorias”, em que o verbo concorda com o pronome relativo “quem”, o seu sujeito simples, por isso correta conforme a gramática tradicional, receberam, respectivamente, quatro, quatro e seis votos como corretas. Essas construções também poderiam ser aceitas em situações de maior formalidade, especialmente na fala; porém, na escrita, são mais facilmente identificáveis, o que pode ter levado ao número mais reduzido de votos se comparadas às anteriores.

Já as sentenças “Elas anda meio cabisbaixa mesmo nos últimos tempos”, “Eles canta muito bonito, os dois irmãos, desde pequenos”, em que os erros ocorrem por saliência fônica, “Aqueles que faltou deve justificar”, em que há um núcleo do sujeito plural e o verbo é conjugado no singular, e “A gente vamos levando enquanto

dá”, em que há um núcleo do sujeito singular que passa uma ideia de coletivo por isso com um verbo conjugado no plural, foram as menos votadas como corretas, contando dois, um, um, um votos, respectivamente. Essas construções são, popularmente e de maneira preconceituosa, relacionadas à fala de pessoas de classes mais baixas e com menor escolaridade. Pode ser que, por não estarem presentes nas normas cultas, os seus erros foram de mais fácil identificação.

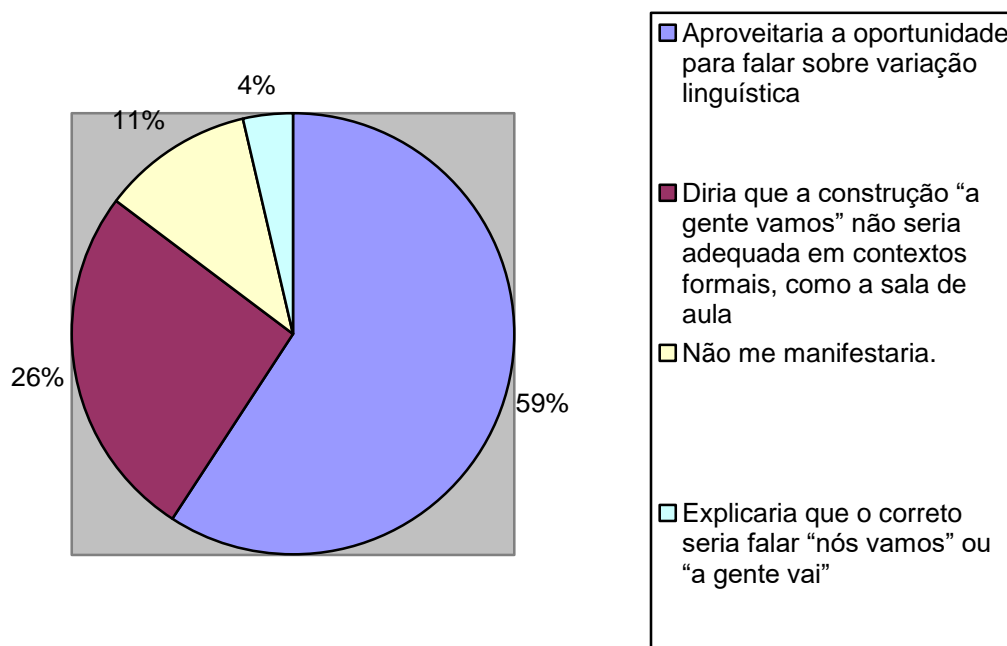
Ainda sobre os acadêmicos que consideraram essas sentenças como corretas, cria-se, ainda, a hipótese de que o conceito de erro tenha sido entendido como o conceito de agramaticalidade, de construções que não seriam possíveis na língua. Como todas as construções são possíveis e correntes no PB, pode ser que alguns tenham considerado todas como corretas. Também se cria uma hipótese baseada no distanciamento que existe entre a norma padrão e as normas correntes no PB, o que faz com que mesmo os acadêmicos de Letras, considerados falantes cultos, não sejam capazes de reconhecer erros ligados a construções não estigmatizadas.

5.2.4 Questão 4

O objetivo dessa questão foi o de verificar as atitudes dos acadêmicos enquanto professores; para isso, foi descrita uma situação da sala de aula relacionada a uma variável da concordância na fala. Era esperado que a maioria se manifestasse de alguma forma. O gráfico 4 demonstra as respostas da questão 4.

Gráfico 4 – respostas à questão 4

Suponha que, em uma de suas aulas, você ouça um aluno ou aluna dizer a outro a seguinte frase: “A gente vamos ver ainda pra onde vai mais tarde. ” O que você faria ou como responderia?



Fonte: elaboração da autora.

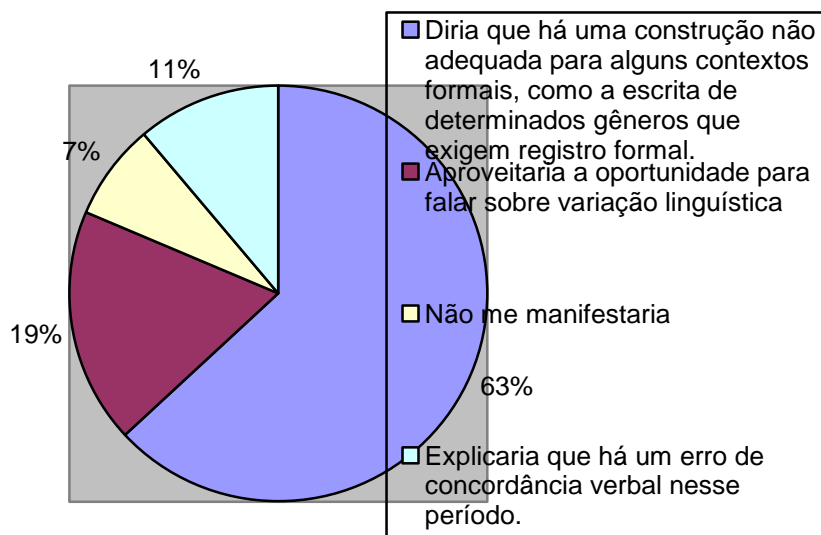
A maioria, 59%, afirmou que “Aproveitaria a oportunidade para falar sobre variação linguística” e 26% que escolheram a alternativa “Diria que a construção ‘a gente vamos’ não é adequada em alguns contextos formais, como a sala de aula” também falaria de variação, mais especificamente, sobre a situacionalidade da sala de aula. O número de acadêmicos que não se manifestaria foi de 11%. Cria-se a hipótese de que afirmaram dessa forma por não considerarem a construção inadequada ao contexto. 4% afirmaram que “Explicaria que o correto seria falar ‘nós vamos’ ou ‘a gente vai’ trazendo o conceito de erro, portanto faria uma correção mais conservadora do aluno que se manifestasse falante dessa variável.

5.2.5 Questão 5

O objetivo da questão cinco era muito semelhante ao da questão quatro, tanto que foram utilizadas as mesmas alternativas para as respostas de ambas. A única diferença foi a sentença escolhida e a situação em que essa sentença se apresentaria. Nessa questão, os acadêmicos se deparariam com uma variável na escrita. Por essa razão, foi escolhida uma sentença não estereotipada, em que a variação da concordância ocorre por motivação do sujeito posposto, que é mais aceita dentro das normas cultas que a sentença da questão anterior. O gráfico 5 demonstra as respostas à questão 5.

Gráfico 5 – Respostas à questão 5

E se um aluno ou aluna utilizasse a seguinte construção: “Passava, apesar da repressão política, manifestantes contrários ao governo”, em um texto escrito, por exemplo, qual seria a sua atitude?



Fonte: elaboração da autora.

Por mais que as situações descritas nas questões quatro e cinco fossem parecidas e as opções de resposta iguais, a maioria dos acadêmicos respondeu de forma diferente.

63% optaram pela alternativa “Diria que há uma construção não adequada para alguns contextos formais, como a escrita de determinados gêneros que exigem registro formal”, ou seja, conduziria o debate de modo a falar sobre o que é adequado ou não aos contextos formais.

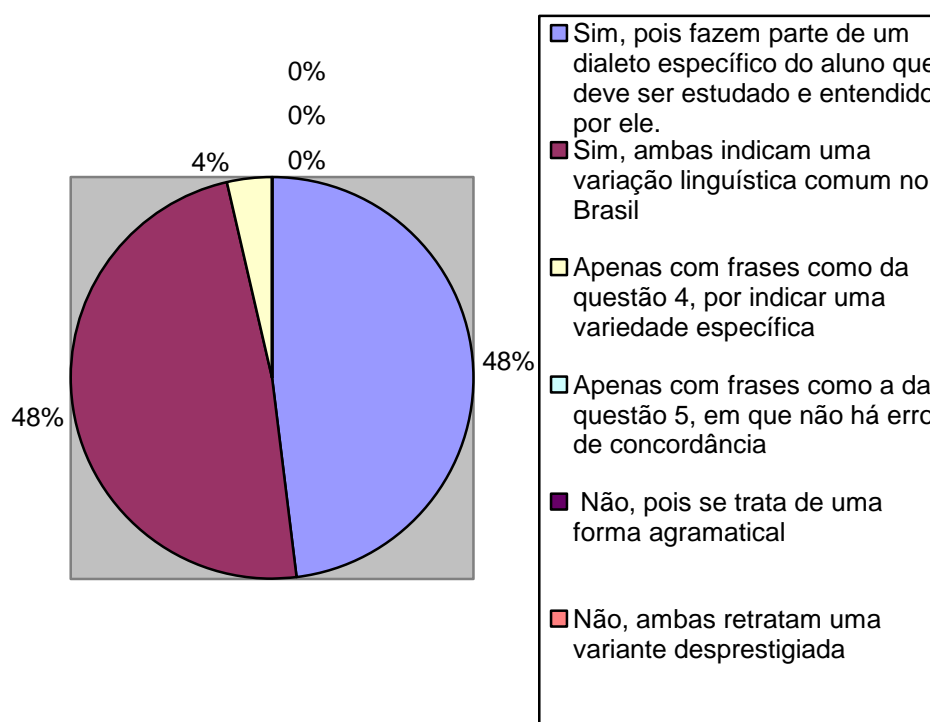
19% afirmaram que “Aproveitariam a oportunidade para falar sobre variação linguística”. Essa inversão nos valores dessas opções pode levar a inferir que os acadêmicos têm a crença de que a variação é mais característica da fala, porque, na questão em que a fala era o foco, mais acadêmicos optaram por marcar a opção que explicitamente colocava a variação linguística. 11% optaram por “Explicaria que há um erro de concordância nesse período”, portanto corrigiria o aluno. Houve uma redução no número de acadêmicos que não se manifestaria em relação à questão anterior, de 11 % para 7%, o que pode levantar a hipótese de que acreditam que, nesse contexto da escrita, uma intervenção é mais necessária que na fala.

5.2.6 Questão 6

Nessa questão, o objetivo foi de verificar se os acadêmicos consideravam importante trabalhar com exemplos da concordância variável e, conseqüentemente, se o fariam, também as motivações pelas quais eles considerariam importante ou não. O gráfico 6 demonstra as respostas à questão seis.

Gráfico 6- Respostas à questão 6

Na sua opinião, é importante trabalhar com frases semelhantes às das questões 4 e 5 em sala de aula?



Fonte: elaboração da autora.

As alternativas “Apenas a frase da questão 5 em que não há erro de concordância”, “Não, pois se trata de uma forma agramatical” e “Não, ambas retratam uma variante desprestigiada” não foram escolhidas. Isso demonstra que todos os acadêmicos classificaram importante trabalhar com as variáveis da concordância. As alternativas “Sim, ambas indicam uma variação linguística comum no Brasil” e “Sim, pois fazem parte de um dialeto específico do aluno que deve ser estudado e entendido por ele” foram igualmente escolhidas com o percentual de 48% cada. A escolha por estas respostas mostra a base sociolinguística dos acadêmicos em sua formação e que a maioria tende por valorizar as variações apresentadas na questão. Enquanto

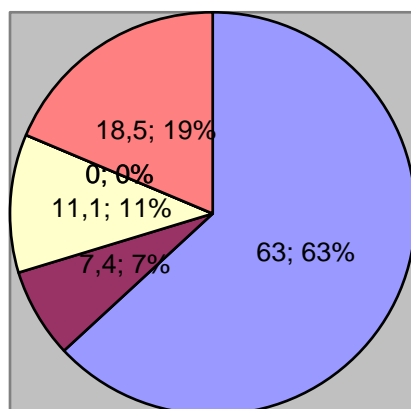
apenas 4% escolheram a alternativa “Apenas a frase da questão 4 por indicar uma variedade específica”, o que demonstra que esses respondentes não consideram a sentença da questão 5 uma variedade específica, provavelmente pelo fato de o exemplo da questão 4 ser relacionado à fala, modalidade que é popularmente mais relacionada como a que permite variações. Essas respostas mostram que todos os acadêmicos estão dispostos a trabalhar com exemplos de variedade linguística a partir da concordância verbal variável em sala de aula, o que poderia ser um reflexo de sua formação.

5.2.7 Questão 7

O objetivo dessa questão foi perceber as crenças dos acadêmicos em relação aos alunos que realizam a variável da concordância em sua fala e escrita, a partir do modo como julgam que esse fenômeno atrapalha ou não a aprendizagem de Língua Portuguesa na escola. O gráfico 7 mostra as respostas para a questão sete.

Gráfico 7 – Respostas à questão sete

Em sua opinião, a ocorrência da concordância verbal variável pode ser um obstáculo para a aprendizagem de Língua Portuguesa?



- Não, porque o fato de o aluno ter a sua própria variedade não o impede de aprender outras
- Não, o estudo da concordância é muito necessário para que o professor possa corrigir erros da fala e escrita que acontecem por causa dessa variante.
- Sim, pois o costume de falar errado pode influenciar a escrever errado
- Sim, pois essa forma de falar e escrever é desprestigiada socialmente
- Sim, o aluno já utiliza essas construções naturalmente, portanto não é tão necessário falar desse fenômeno variável
- Não, pois o aluno necessita de aprender e ser capaz de falar e escrever em variedades distintas.

Fonte: elaboração da autora.

Mais da metade, 63%, destacou que o aprendizado de outra variedade não é atrapalhado pela variedade do aluno pela escolha da alternativa “Não, porque o fato de o aluno ter a sua própria variedade não o impede de aprender outras”. 19%, além de concordarem com a afirmativa anterior, ainda escolheram a opção que era complementada pela valoração da importância de que o aluno aprenda variedades diversas, a alternativa “Não, pois o aluno necessita de aprender e ser capaz de falar e escrever em variedades distintas”.

11% escolheram a alternativa “Sim, pois o costume de falar errado pode influenciar a escrever errado”, dessa forma, colocando essa variedade como um obstáculo por classificá-la um erro da fala que influencia a escrita. E 7%, nesse mesmo sentido, escolheram a alternativa “ É muito necessário para que o professor possa corrigir erros da fala e escrita que acontecem por causa dessa variante”, portanto também classificaram a variável como um erro, mas afirmaram que essa variedade precisa de ser estudado para que não seja cometido. A soma do percentual dessas duas alternativas é de 18%. Essas respostas contradizem, de certa forma, a perspectiva variacionista, por trabalhar com o conceito de erro na fala de uma maneira não específica. Ou seja, como não havia o amparo de uma especificação se tal variedade ocorreria em gêneros formais ou informais e, mesmo no âmbito da fala, esses acadêmicos consideraram a variável da concordância como um erro que necessita de correção.

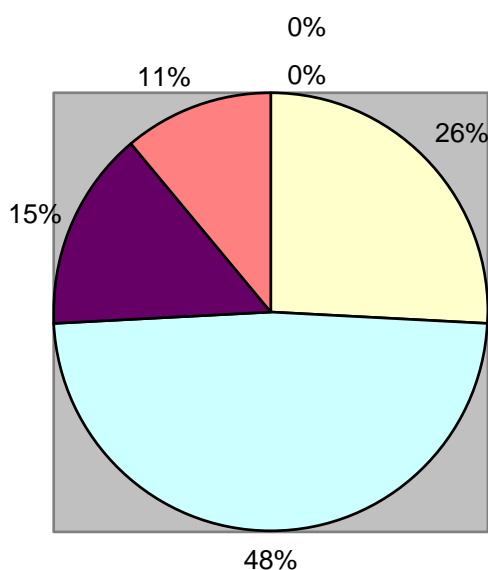
A opção “Sim, pois essa forma de falar e escrever é desprestigiada socialmente” não foi escolhida. Com isso, é possível inferir que os acadêmicos não consideram o desprestígio social como um motivo para não trabalhar com determinadas construções em sala de aula.

5.2.8 Questão 8

Nessa questão, o objetivo também foi o de verificar as crenças sobre as pessoas que realizam a variável da concordância, porém em um contexto separado da escola e inserido na sociedade em geral. O gráfico 8 mostra as respostas para a questão oito.

Gráfico 8 – Respostas à questão 8

Marque a alternativa que melhor descreve a sua opinião sobre pessoas que realizam fenômenos variáveis da concordância em sua fala e escrita.



- A concordância variável é muito desprestigiada que pertence às pessoas sem estudo.
- A concordância variável incentiva os falantes a cometerem erros gramaticais
- A comunicação não é prejudicada pela realização da concordância variável, apesar de ser muito estigmatizada.
- A realização variável da concordância é muito frequente no Português Brasileiro e ocorre em diversas classes sociais, e entre pessoas de níveis de escolaridade diferentes.
- A concordância variável deve ser aceita amplamente na fala, porém na escrita, principalmente nos textos de maior formalidade, deve ser evitada.
- A concordância variável tem o seu valor, no entanto, não cabe nos espaços mais formais de uso da língua, tanto na fala quanto na escrita.

Fonte: elaboração da autora.

Os acadêmicos não desvalorizaram a variável da concordância; as alternativas “A concordância variável é muito desprestigiada e pertence às pessoas sem estudo” e “A concordância variável incentiva seus falantes a cometerem erros gramaticais”, que classificavam essa variável como característica das pessoas sem estudo ou como errada, não foram escolhidas. Pelo contrário, 48%, a maioria, escolheram a alternativa “A realização da variável da concordância é muito frequente no Português Brasileiro e ocorre em diversas classes sociais, e entre pessoas de níveis de escolaridade

diferentes”. 15% afirmaram que essa variável deve ser aceita apenas na fala pela escolha da alternativa “A variável da concordância deve ser aceita amplamente na fala, porém na escrita, principalmente nos textos de maior formalidade, deve ser evitada”, o que mostra que, na escrita, por essa porcentagem, a variável foi considerada inadequada por deter maior formalidade. 11% escolheram a alternativa “A concordância variável tem o seu valor, no entanto, não cabe nos espaços mais formais de uso da língua, tanto na fala quanto na escrita”, colocando a variável como valorosa, mas característica das situações informais, considerando que, nas situações de formalidade, o falante ou escrevente deve adaptar-se.

5.2.9 Considerações Gerais Sobre As Questões Objetivas

De maneira geral, as respostas à primeira questão foram refletidas em todas as outras respostas, é possível afirmar que os alunos têm bases na Sociolinguística porque esta base esteve presente na maioria das respostas. Contudo, mesmo que a maioria das respostas se baseassem, em alguma medida, nos estudos Sociolinguísticos, foram encontradas respostas que contrariam os valores sociolinguísticos.

É importante destacar o conceito que os acadêmicos têm de erro. Na questão 3, em que todas as sentenças, com exceção de uma, continham ao menos um problema relacionado à concordância considerando a norma padrão, de erro ou de caso especial, as que foram valoradas como corretas foram as sentenças mais formais e mais ligadas à língua de uma elite letrada. Não se afirma, que, dentre as sentenças erradas, alguma fosse mais correta do que outra; contudo foi possível observar que as construções mais características da elite intelectual foram mais consideradas como corretas e as mais estereotipadas foram mais consideradas como erradas. Esse conceito de erro também apareceu na questão 7, em que alguns acadêmicos consideraram que o trabalho com o fenômeno variável serviria apenas para facilitar a correção de erros na escrita. Essa é uma perspectiva que não favorece o eixo da análise linguística, porque o trabalho com os fenômenos variáveis deve ocorrer de maneira a motivar a reflexão linguística, o que transcende os conceitos de certo e errado.

Se comparadas ao estereótipo do professor de Português purista e conservador que, em todos os momentos, fala e escreve “corretamente” conforme

uma norma padrão ainda presente no senso comum (BRANDÃO-SILVA, ALMEIDA-BARONAS, 2019), as respostas mostram que esse estereótipo não é verdadeiro na atualidade. Todos os acadêmicos demonstraram que consideram importante, de diferentes formas, o trabalho com os fenômenos variáveis, pois a maioria se manifestaria em situações em sala que trouxessem a variação, e absolutamente nenhum relacionou as variáveis da concordância como sem valor e/ou totalmente desprestigiadas.

5.3 QUESTIONÁRIOS DOS ACADÊMICOS: QUESTÃO SUBJETIVA

A questão 9, “Você considera a concordância verbal um fenômeno variável do Português Brasileiro na fala e na escrita? Por quê? ”, foi aplicada separadamente das questões objetivas, para que os acadêmicos pudessem escrever à mão, sem a interferência de corretores ortográficos automáticos. A aplicação ocorreu durante uma das aulas da disciplina de Linguística IV, ministrada no último ano do curso de Letras. Portanto, os respondentes seriam os mesmos das questões subjetivas. Foram obtidas, nesse momento, 23 respostas.

Em análise às respostas dos acadêmicos, foi possível desenvolver quatro categorias de crenças e atitudes: “sim, esse fenômeno ocorre tanto na fala quanto na escrita”; “sim, mas de maneira mais explícita na fala”; “sim, mas apenas na fala”; “sim, mas a partir de condições específicas”. A seguir, discutem-se as respostas que se enquadraram nestas categorias.

5.3.1 Sim, esse fenômeno ocorre tanto na fala quanto na escrita

Foi contabilizado um total de 7 respostas nessa categoria, o que representa a porcentagem aproximada de 30%. De maneira geral, os acadêmicos dessa categoria descreveram que a concordância verbal é um fenômeno variável por ser factível e comum na fala dos brasileiros. Dois acadêmicos afirmaram, ainda, que este fenômeno é resultado de um processo natural de variação, mesmo que não esteja de acordo com a gramática normativa. Um acadêmico também relacionou sua resposta afirmativa ao fato de que as línguas sofrem mudanças, o que também faz referência ao fato de que a gramática normativa não prescreve essa variável.

Dentre essas respostas, destacam-se dois pontos em duas respostas distintas que demonstraram crenças consideravelmente diferentes das demais apresentadas. O acadêmico 1 afirmou que “Até mesmo na fala de pessoas letradas a concordância verbal varia”. O operador argumentativo “até mesmo”, de maneira geral, é utilizado para descrever o inesperado. Nesse sentido, pode-se inferir que o acadêmico acredita que não seria da crença de seu interlocutor que o fenômeno variável da concordância pudesse fazer parte da fala de pessoas letradas, ou que quis destacar que este é um fenômeno de fato valoroso, uma vez que pertence à fala das pessoas letradas.

O acadêmico 2 afirmou que a concordância verbal variável é natural no Português Brasileiro, mas pode também ocorrer por motivo de vício de linguagem: “[...] mas ocorre também por vícios, ou por características de linguagem própria”. Os vícios de linguagem são popularmente conhecidos como “erros gramaticais” que se tornam comuns na fala de uma pessoa específica. Esses vícios, conforme a crença popular, são um problema que deve ser erradicado na fala. O fato de o acadêmico relacionar o fenômeno ao conceito de vício de linguagem leva a inferir que, por mais que o fenômeno seja considerado em ambas as modalidades, o acadêmico tem uma crença negativa sobre esse fenômeno.

5.3.2 Sim, mas de maneira mais explícita na fala

Foi contabilizado um total de 4 respostas nessa categoria, o que representa a porcentagem aproximada de 17 % das respostas. Por mais que os 4 acadêmicos corroborassem que a concordância variável é um fenômeno mais presente na fala do que na escrita, os seus motivos foram distintos.

O acadêmico 3 afirmou que as pessoas não costumam utilizar a concordância verbal para falar; mas, na escrita de textos mais formais, a concordância é mais visível, principalmente nos gêneros que pertencem à esfera acadêmica e jornalística: “[...] na língua falada, a maioria das pessoas geralmente não costumam usar a concordância verbal na hora de se expressar enquanto em textos escritos a recorrência da concordância é algo mais visível, principalmente em textos com escrita mais formal, como artigos acadêmicos e textos jornalísticos”. Foi possível observar, ainda, que, apesar de em suas crenças o acadêmico demonstrar que o uso da regra variável da concordância não é adequado, há, em seu texto, um exemplo da variável quando o verbo “costumam” concorda com o adjunto adnominal plural “das pessoas” e não com

o núcleo do sujeito maioria. Por se tratar de um texto escrito na esfera acadêmica, o acadêmico contrariou a sua crença de que esse fenômeno não pertenceria à esfera.

O acadêmico 4 afirmou que, na fala, as pessoas têm costumes menos monitorados, por isso a variável da concordância seria mais comum. Já na escrita, os contextos menos monitorados são mais raros, por isso a variável acontece com menor frequência. Assim, é possível inferir que o acadêmico acredita que a realização desse fenômeno está diretamente ligado ao monitoramento de cada falante. De fato, os fenômenos variáveis estão relacionados à questão do monitoramento. Porém, para que haja o monitoramento da concordância normativa, é necessário que o usuário da língua tenha consciência dessa prescrição, o que não é o caso de todos os falantes do PB.

O acadêmico 5 afirma que, na fala, esse é um fenômeno comum, porém, na escrita, o fenômeno é um erro, a não ser que aconteça num contexto de diálogo escrito. Dessa forma, é possível inferir que o acadêmico relaciona diretamente a concordância variável ao gênero diálogo, que é mais característico da modalidade falada, apesar de acontecer na modalidade escrita.

O acadêmico 6 afirma que, na fala, há mais contextos informais, que seriam os contextos em que ocorre a variável da concordância por haver menos monitoramento da parte dos falantes; dessa forma, a escrita teria menos contextos favoráveis à realização do fenômeno. O acadêmico também declarou que a concordância variável, por mais desprestigiada que seja, ocorre na fala de todos os falantes de Português Brasileiro.

5.3.3 Sim, mas apenas na fala

Foi contabilizado um total de 5 respostas nessa categoria, o que representa a porcentagem aproximada de 21 % das respostas. Retomando a questão 2, em que 96% dos acadêmicos afirmaram acreditar que a escrita está sujeita à variação por motivos distintos, é contraditório que essa categoria tenha alcançado tal porcentagem, mesmo quando considerados os diferentes totais de respostas para a questão 2 (27) e para a questão 9 (23). Contudo, ao retomar às questões 4 e 5, que demonstraram que a modalidade falada foi mais considerada como aquela em que as variedades ocorrem e a modalidade escrita como aquelas nas quais as variedades precisam de correção, é possível observar que as respostas dos acadêmicos, nessa categoria,

acontecem no mesmo sentido. Também na questão 8, 15% afirmaram que o fenômeno deve ser aceito na fala, mas evitado na escrita.

Os acadêmicos 7, 8 e 9 afirmaram que, na escrita, há normas e essas normas são mais rígidas do que na fala, a fala permitiria mais variação por ser mais informal e, por isso, esse fenômeno seria comum na fala e um erro na escrita.

O acadêmico 10 afirmou que o fenômeno só ocorre na fala porque a língua é social e cada grupo tem a sua variedade. Dessa forma, entende-se que o acadêmico considera a concordância variável como característica de comunidades específicas. No entanto a base da escrita, conforme o acadêmico, seria a norma culta e o que está fora do padrão dessa norma não é considerado: “[...] na escrita não vejo a variação, tendo em vista que o Português Brasileiro baseia-se na norma culta, e o que se coloca fora deste padrão, muitas vezes nem é considerado”. Percebe-se, nesse ponto, uma confusão entre norma culta e norma padrão. Durante todo o seu texto, o acadêmico alterna os dois termos como sinônimos. Por esse motivo, não é possível inferir se há de fato a crença de que a variável da concordância não faz parte das normas cultas.

O acadêmico 11 afirmou que esse fenômeno ocorre apenas na modalidade falada porque “nessas interações é mais fácil que o falante se esqueça das regras gramaticais”. Nesse sentido, a concordância verbal variável aconteceria na escrita, conforme o acadêmico, apenas nos momentos em que existe a transcrição da fala, ou nos gêneros mais próximos da oralidade, como as conversas nas redes sociais, por exemplo. Ou seja, o erro de concordância na escrita ocorreria por influência da modalidade falada. Essa crença está de acordo com a questão 7, em que 11% dos acadêmicos afirmaram que o costume de falar errado pode influenciar a escrever errado.

5.3.4 Sim, mas a partir de condições específicas

Foi contabilizado um total de 7 respostas nessa categoria, o que representa, em porcentagem aproximada, 30% das respostas. Por mais que, em categorias anteriores, os acadêmicos tenham relacionado o fenômeno da concordância variável à informalidade de determinados contextos ou ao monitoramento por parte do falante, para essa categoria, foram encaixadas as respostas que não só estabeleceram uma relação entre fatores, mas que firmaram motivos essenciais para a ocorrência do fenômeno.

6 dos 7 acadêmicos afirmaram que um dos motivos para a realização da concordância variável, tanto na fala quanto na escrita, é a falta de escolaridade dos falantes que a realizam. Essas respostas são contraditórias em relação à questão 8 em que a maioria, 48%, afirmou que o fenômeno está presente na língua de classes econômicas variadas e em pessoas com níveis de escolaridade diferente. Destacam-se as respostas dos acadêmicos 12 e 13. O acadêmico 12 define a baixa escolaridade como justificativa para o desconhecimento das normas sintáticas, mas afirma que “[...] por outro lado, quem tem um grau consideravelmente de aquisição da língua por alfabetização também comete essas incoerências. As vezes pode acontecer por mero descuido”. O uso dos termos “incoerências” e “descuido” para descrever esse fenômeno variável demonstra uma crença negativa. Para o acadêmico 13, a variável da concordância é motivada pela baixa escolaridade, um vez que a escola é considerada o lugar onde se aprendem a norma culta e o normativo.

A crença de que o fenômeno da concordância verbal variável pertence apenas às classes que detém uma menor escolaridade é bastante comum. Contudo Camacho (1993) desenvolveu um estudo que demonstrou que essa crença não necessariamente está baseada na realidade linguística. Para o autor, mesmo na instituição escola, que seria o lugar de aprendizado da norma padrão, essa variável está presente.

Ainda que pese significativamente a influência da tradição normativa na escola, é possível afirmar que, nem mesmo no âmbito da variedade culta, esse processo sintático pode ser considerado regra categórica, que se aplique invariavelmente, independentemente de outras restrições de natureza sintático-semântica ou discursiva. Que sofre injunções de ordem externa, derivadas da diversidade sociocultural, é uma realidade óbvia e indiscutível (CAMACHO, 1993, p. 104).

Esse estudo de 1993 utilizou como objeto a fala de falantes cultos da cidade de São Paulo, em situações de uso formal e informal da língua, a amostra foi cedida pelo NURC.

Com base nas considerações acima, examina-se neste trabalho um universo quantitativamente considerável referente à variedade culta do português falado na cidade de São Paulo. O material coletado constitui uma amostragem de um registro formal tenso e de um registro coloquial distenso, relativos, respectivamente, a dois levantamentos constantes do Projeto NURC: elocuções formais, correspondente à transcrição de 60 horas de gravação (cf. Castilho & Preti, 1986) e diálogo entre dois informantes, constituído, por sua vez, de 140 horas

de gravações (cf. Castilho & Preti, 1987). Os critérios de seleção dos informantes do Projeto NURC tinham como pré-requisito que eles possuíssem formação universitária, fossem nascidos na cidade de São Paulo, fossem filhos de falantes nativos do português e estivessem numa faixa etária entre 25 e 56 anos (CAMACHO, 1993, p. 105-106).

Por mais que o quadro de informantes utilizado na pesquisa de Camacho (1993) fosse composto inteiramente de falantes considerados cultos e com formação universitária, o que representa um grau de escolarização maior do que o da maioria dos brasileiros, a concordância verbal normativa não foi unânime nas gravações. Dessa forma, ficou constatado que a concordância verbal variável ocorre na fala de pessoas altamente escolarizadas. O autor ainda destaca que existe um maior preconceito com a variável da concordância em primeira pessoa do que em terceira pessoa, justamente por a variável da primeira pessoa ser popularmente caracterizada como da fala de pessoas mais pobres e de menor escolaridade. Isso se confirma nas respostas dos acadêmicos, visto que dois deles exemplificaram a variável da concordância a partir da construção “nós vai” em primeira pessoa do plural.

A economia linguística também foi citada pelo acadêmico 14, não houve uma explicação direta do que ele entende por economia linguística. O acadêmico 14 ainda colocou a baixa escolaridade dos falantes como o outro motivador da concordância variável e foi contabilizado como tal.

O acadêmico 15 manifestou a crença de que a concordância variável ocorre por motivação dos contextos em que os falantes estão inseridos de acordo com o nível de formalidade. Dessa forma, nos contextos informais, a concordância poderia ocorrer como um fenômeno variável; porém, nos contextos mais formais, esse fenômeno não existiria. Essa resposta se relaciona com a questão 8 em que 11% dos acadêmicos afirmaram que o fenômeno da concordância variável não cabe aos contextos formais.

5.3.5 Considerações Gerais Sobre A Questão Subjetiva

A questão subjetiva foi muito importante para melhor interpretação dos dados levantados nas questões objetivas e, conseqüentemente, um panorama mais amplo das crenças e atitudes dos acadêmicos. Foi possível demonstrar como as crenças e as atitudes se aproximaram ou se distanciaram entre as duas modalidades e como a questão subjetiva ajudou a mostrar fatores que não estavam tão explícitos nas

questões objetivas, como o conceito individual que os acadêmicos tinham da concordância verbal enquanto fenômeno variável.

Como um resultado apontado pela questão 9, considerando os objetivos desse trabalho, foi possível afirmar que houve, nas respostas dos acadêmicos, apenas um erro normativo relacionado à concordância verbal. O que confirma que a crença da maioria de que a escrita está menos aberta a esse tipo de variação reflete em suas atitudes.

Também ficou evidente que a maioria dos acadêmicos relacionou, em alguma medida, o fenômeno da concordância variável à oralidade e à informalidade. Descrevendo, dessa forma, o contexto oral e o contexto informal como sinônimos. De fato, quando se considera os gêneros orais, é possível inferir que a maior parte dos gêneros que ocorrem na informalidade são gêneros orais, no entanto, há diversos gêneros orais que ocorrem em situações extremamente formais, como seria o caso dos gêneros palestra e seminário, por exemplo. Há, ainda, gêneros escritos que ocorrem na informalidade, como é o caso dos gêneros conversa por aplicativo de mensagem e publicação em rede social. A oralidade e a informalidade estabelecem relações, porém não estão sempre ligadas uma a outra.

A crença de que a concordância variável é um fenômeno muito mais presente ou presente apenas na modalidade da fala ficou muito evidente. Também se destacam as crenças de que a concordância verbal está muito relacionada ao contexto ou à escolaridade dos falantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como você descreveria o preconceito linguístico?

Eu acredito que preconceito linguístico é quando você discrimina uma pessoa por ela não conseguir falar a língua de forma correta ou quando ela tem um sotaque muito forte, por exemplo, um imigrante que ainda tá aprendendo a língua do país.

G., feminino, 14 anos.

O presente trabalho teve como objetivo geral verificar que crenças e atitudes acadêmicos (formandos) de Letras, futuros professores, apresentam em relação ao fenômeno da concordância verbal variável. Todos os acadêmicos demonstraram possuir pelo menos uma formação básica nos estudos Sociolinguísticos, essa formação fica evidente, por exemplo, no fato de que a concordância verbal de número foi considerada por todos como um fenômeno variável. Contudo, as motivações para tal se mostraram distintas e 30%, afirmaram que este é um fenômeno da fala e da escrita, 30% afirmaram que este é um fenômeno variável apenas em condições específicas, principalmente as condições informais, 21% que este é um fenômeno apenas da fala e 17% que este é um fenômeno da fala e da escrita, porém mais acentuado na fala.

Além disso, destaca-se o conceito de erro estabelecido pelos acadêmicos. Foi possível observar que os períodos considerados como errados foram os que estavam mais ligados a situações informais e à modalidade falada; também os exemplos mais estereotipados foram mais colocados como errados. Todavia os exemplos que se aproximavam da formalidade, da modalidade escrita e não estereotipados, foram mais creditados enquanto corretos. Dessa forma, mesmo que a maioria dos períodos contivesse erro de concordância, nos períodos estereotipados, informais e mais recorrentes na fala, os erros foram mais perceptíveis para os acadêmicos.

Esse conceito de erro também foi importante na interpretação da questão 7, em que alguns acadêmicos consideraram que o trabalho com o fenômeno variável serviria apenas para facilitar a correção de erros na escrita. Essa resposta mostrou a prevalência de uma crença antiga e difundida no meio educacional de que o ato de “falar errado” se relaciona diretamente com os erros da escrita.

Todos os acadêmicos manifestaram que consideram importante, de diferentes formas, o trabalho com os fenômenos variáveis. A maioria se manifestaria em

situações em sala que trouxessem a variação e absolutamente nenhum relacionou as variantes da concordância como sem valor e/ou totalmente desprestigiadas nas questões objetivas. Contudo, houve uma contradição na questão subjetiva, em que alguns acadêmicos afirmaram que a variável da concordância é uma característica apenas de situações informais ou de pessoas de baixa escolaridade, o que, conforme Camacho (1993), não condiz com a realidade linguística.

Quanto aos erros de concordância verbal de número encontrados nas teses analisadas motivados pelas regras variáveis da concordância no PB, foram constatadas 10 ocorrências analisadas em 8 períodos. Essas ocorrências foram realizadas por 5 autores diferentes, visto que houve 2 períodos que continham 2 erros cada e 2 períodos que foram encontrados no mesmo texto. A porcentagem de textos com erros baseados na regra da concordância enquanto fenômeno variável foi de 17,5%. Mesmo que esse número não seja muito alto, considerado dentro de uma amostra de 40 recortes, mostrou-se significativo. A motivação sintática de todos os erros foi a regra da concordância variável por meio da qual o verbo tende a concordar com um termo mais próximo, quando houver distância entre verbo e sujeito ou sujeito composto. Também foi observada uma motivação semântica, uma vez que houve casos do verbo não concordando com um substantivo coletivo singular, por o coletivo, semanticamente, representar uma ideia plural.

É importante também evidenciar que o gênero tese pertence à esfera acadêmica, a qual é regida pela formalidade. É também um gênero muito revisado que, por vezes, é publicado apenas após a leitura de um revisor profissional. Além de ser escrito por um falante culto que já obteve o título de mestre em alguma área sob supervisão de um doutor e professor universitário de maneira processual, em que é lido e relido diversas vezes durante a escrita. Diante desse contexto, é muito significativo que tenham sido encontradas 10 ocorrências consideradas como erro de concordância, porque os autores realmente as creditaram como corretas no momento da escrita. Isso, de alguma forma, sugere que, embora contrariando as prescrições normativas, os erros identificados, na realidade, podem indicar realização variável da regra de concordância verbal.

Diante desse contexto, que mostra a ocorrência de um fenômeno variável em uma modalidade escrita de alta formalidade e das crenças de que este fenômeno não estaria tão próximo nem da formalidade, nem da língua escrita, faz-se necessária uma formação em Sociolinguística mais contextualizada. Muito se tem discutido sobre um

ensino de Sociolinguística contextualizado na escola a partir de uma pedagogia da variação linguística (FARACO, 2008; CYRANKA 2015). A pedagogia da variação, contudo, deve também estar presente no ambiente universitário, em que a Sociolinguística, conforme o que foi majoritariamente afirmado pelos acadêmicos, é tratada apenas como um conteúdo dentro de umas das disciplinas de Linguística.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, J. D. Algumas contribuições do funcionalismo e da lingüística textual para o ensino de gramática na escola para o ensino de gramática na escola. **Acta Sci. Human Soc. Sci.**, Maringá, v. 1, n. 27, p. 1-6, jan. 2005.

BAGNO, M. **Norma linguística, hibridismo & tradução**. São Paulo: Traduzires, 2012.

_____. **Preconceito linguístico: o que é e como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola, 2013.

BARCELOS, A. M. F. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Belo Horizonte - UFMG, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007.

BAZENGA, A. M.; VIEIRA, S. R. A concordância de terceira pessoa do plural: padrões em variedades do português. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues (org.). **A concordância verbal em variedades do Português: a interface fonética morfossintaxe**. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 29-75.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.

_____. **Nós chegemu na escola, e agora?** Sociolinguística e Educação. São Paulo, Parábola, 2005.

_____. Processos interativos em sala de aula e a pedagogia culturalmente sensível. **Polifonia**, [s. l], v. 7, n. 1, p. 119-136, dez. 2003.

_____; FREITAS, V. A. L.. Sociolinguística Educacional. In: ESPÍNDOLA, L. C.; ALVES, E. F.; HORA, D. (orgs.). **ABRALIN: 40 anos em cena**. 40 anos em cena. João Pessoa: Universitária, 2009. p. 1-24.

BOTASSINI, J. O. M. **Crenças e atitudes linguísticas: um estudo dos róticos em coda silábico no norte do Paraná**. 2013. 227 f. (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

BRANDÃO-SILVA, F. **A abordagem da variação linguística no ensino de Língua Portuguesa em instituições públicas de ensino do Estado do Paraná**. 2017. 224 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

_____; ALMEIDA-BARONAS, J. E. de. Quando a norma culta se distancia da prescrição gramatical. In: BRESCANCINI, C. R.; MONARETO, V. N. de O. (orgs). **Sociolinguística no Brasil: textos selecionados**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2020. p. 177-194.

_____; BOTASSINI, J. O. M. Crenças e Atitudes Linguísticas: o que pensam os alunos de Letras sobre o ensino de Língua Portuguesa. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 31, n. 2, p. 62-85, jul. 2015.

CALLOU, D. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). **Ensino de Gramática: descrição e uso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 13-27.

CAMACHO, R. G. Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. **Alfa**, São Paulo, v. 1, n. 37, p. 101-116, jan. 1993.

CARDOSO, C. R.; COBUCCI, P. Concordância de Número no PB. In: BORTONI-RICARDO, S. M. *et al*(org.). **Por que a escola não ensina gramática assim?** São Paulo: Parábola, 2014. p. 71-107.

CASTILHO, A. T. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. A técnica do questionário na pesquisa educacional. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 251-266, jan

CORREA, D. A. Política linguística e ensino de língua. **Calidoscópio** Vol. 7, n. 1, p. 72-78, jan/abr 2009.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: COSERIU, E. **Teoria da linguagem e linguística geral**. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

CUNHA, C.; LINDLEY CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CYRANKA, L. M.. A pedagogia da variação linguística é possível? In: FARACO, C. A. *et al*(org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015. p. 31-51.

_____. **Atitudes lingüísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora – MG**. 2007. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos)_Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

DETTONI, R. **Interação em sala de aula: as crenças e as práticas do professor**. 1995. Dissertação (Mestrado). Universidade Nacional de Brasília, Brasília, 1995.

ECKERT, P. Variation, convention, and social meaning. **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**. Oakland CA. Jan. 7, 2005.

FARACO, C. A. Ensinar x não ensinar gramática: ainda cabe essa questão? **Caleidoscópio**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 15-26, jan. 2006.

_____. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002. cap.3. p. 37-61.

_____. *et al*(org.). **Pedagogia da variação linguística**: língua, diversidade e ensino. São Paulo: Parábola, 2015. p. 31-51.

FARACO, C. A. O desafio da implementação de uma pedagogia da variação linguística no ensino de língua materna. *Entrelinhas*, v. 11, n. 1, p. 132-134, 2017. Entrevista realizada por Carolina Knack. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/entrelinhas/article/view/entr.2017.11.1.09>. Acesso em 02 Abr. 2022.

F.T.D.. **Língua Portuguesa Luso=Brasileira**. São Paulo: F.T.D., 1925.

GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. Variação linguística e ensino de gramática. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 1, n. 10, p.74-91, jan. 2009. Semestral.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B. TUCKER, R. (org.). **Sociolinguistics: the essential readings**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 200- 235.

LAMBERT, W; LAMBERT, W. O significado Social das atitudes. In: **Psicologia Social**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

LIMA, R. J.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A.. Variação Linguística es livros didáticos de português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (org.). **Ensino de Português e Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 115-132.

LUCCHESI, D. **Linguística Histórica**: uma entrevista com Dante Lucchesi. *ReVEL*, v. 17, n. 32, 2019.

_____.; BAXTER, A.; SILVA, J. A. A. A concordância verbal. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (org). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 331-371.

_____. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, I. S.; CARMO, L. (Org.). **História social da língua nacional**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008b. p.151-180.

_____.; LOBO, T. Gramática e Ideologia. **Sitientibus**, Feira de Santana, ano V, nº 8, 1988, p. 73-81.

MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. Contribuição da Sociolinguística brasileira para o ensino de Português. In: MARTINS, M. A.; VIEIRA, S. R.; TAVARES, M. A. (Org.). **Ensino de Português e Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 9-36.

NARO, A.; LEMLE, M. Syntatic diffusion. In: STEEVER, S. B. et alii (Eds.) **Papers from the parasession on Diachronic Syntax**. Chicago: Chicago Linguistic Society, p.221- 241, 1976.

_____; SCHERRE, M. M. P. **Origens do PB**. Rio de Janeiro: Parábola, 2007.

_____; The Social and Structural Dimensions of a Syntatic Change. **Language**, v. 57, n.1, p. 63-98, 1981.

OLIVEIRA, I. **Bidialetalismo**: uma proposta para o ensino de língua materna.1995. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1995.

PERINI, M. A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2005.

PRETI, D. A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais. In: PRETI, D. (org.). **O discurso oral culto**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1997. p. 17-27.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

RODRIGUES, T. S. Concordância Variável e Livro Didático: Análise De Um LD do Ensino Médio. In.: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE LÍNGUA, LITERATURA E INTERCULTURALIDADE E XIX ENCONTRO DE LETRAS, 2020, Goiânia. Anais eletrônicos do I SIELLE e XIX encontro de letras. Goiânia: UEG, 2021. p. 1-11. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/sielli>.

SANTOS, E. **Certo Ou Errado?** Atitudes e Crenças no Ensino da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação linguística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Reanálise da concordância nominal em português**. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, em dois volumes, 1988.

_____. Sobre a atuação do princípio da saliência fônica na concordância nominal. In TARALLO, F. (org.). **Fotografias Sociolinguísticas**. Campinas: Pontes, 1989.

SILVA-PORELI, G. A. da; YIDA, V.; AGUILERA, V. de A. Crenças: considerações do alunado em relação ao ensino de língua portuguesa. **Entretextos**, [s. l], v. 01, n. 10, p. 123-139, jun. 2010.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17 ed. São Paulo: Ática, 2002.

TARALLO, F. **A Pesquisa Sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

VIEIRA, S. R. A interface morfossintaxe-fonética na variação da concordância: primeiras contribuições. In: VIEIRA, S. R. (org.). **A concordância verbal em variedades do Português**: a interface fonética-morfossintaxe. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 17-28.

_____; BRANDÃO, S. F.; GOMES, D. K. A expressão fonética de terceira pessoa do plural no português do Brasil: uma agenda de pesquisa para o tratamento da variável saliência fônica. In: VIEIRA, S. R. (org.). **A concordância verbal em variedades do Português**: a interface fonética-morfossintaxe. Rio de Janeiro: Vermelho Marinho, 2015. p. 104-147.

_____. Para uma norma-padrão flexível no contexto escolar: contribuições dos estudos sociolinguísticos, p. 243 -264. In: **Dimensões e experiências em Sociolinguística**. São Paulo: Blucher, 2019.